

SEMANÁRIO ANGOLENSE

2008

Higino Carneiro anuncia reposição de mil e 500 pontes até 2012 Angop

O ministro das Obras Públicas, Higino Carneiro, anunciou hoje (quinta-feira), em Luanda, a intenção do Governo Angolano construir ou reconstruir cerca de mil e 500 pontes de médio e grande porte, assim como reabilitar mais de 12 mil quilómetros da rede nacional de estradas até 2012.

Falando na sessão de abertura do II Congresso Africano de Estradas, que decorre de 26 a 28 deste mês no Centro de Convenções Talatona, o governante sublinhou que o governo, sob direcção do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, tem vindo a desenvolver um amplo programa de reconstrução nacional de infra-estruturas rodoviárias.

Segundo disse, o Instituto de Estradas de Angola (INEA) está a promover agora a actualização dos estatutos das estradas nacionais e o plano rodoviário nacional.

Acrescentou que a instituição está ainda a fixar um plano director de passagem para controlo das cargas dos veículos em circulação e a concluir um novo manual de sinalização, a fim de compatibilizar-se com as normas da Comunidade dos Países da África Austral (SADC).

Segundo afirmou, os resultados até hoje alcançados ilustram bem os esforços realizados, os benefícios obtidos e a satisfação que os cidadãos expressam pelas mudanças visíveis na circulação de pessoas e bens.

“Esta verdade é indesmentível, traduz-se hoje num elemento facilitador para organização e realização das eleições legislativas que terão lugar a 5 de Setembro de 2008”, referiu o ministro das Obras Públicas.

Na sua óptica, a estabilidade política, a estabilização macro-económica, o desenvolvimento dos actores públicos

e privados nos diferentes sectores da economia asseguram o crescimento económico que o país vem registando.

Angola com os recursos próprios tem criado condições para a reabilitação das infra-estruturas rodoviárias e outras herdadas do tempo colonial, já degradadas e até desajustadas aos tempos novos.

Higino Carneiro disse que o II Congresso vai permitir a troca de experiência e ideias entre os participantes, bem como conhecer melhor as realizações de cada um dos países presente no evento.

Pelo menos 45 delegações participam no evento de um total de 54 países africanos.

Durante três dias, os participantes abordarão temas ligados às Finanças, Investimentos e Políticas de Parceria Pública/Privado, Tecnologia e Materiais Locais e Estradas e Meio Ambiente.

26 Jun 2008
Fonte:Angop

Graça campos «apanhou» seis meses de prisão suspensa pelo recurso Apostolado

O jornalista Graça Campos (na foto), apanhou terça-feira última seis meses de prisão suspensa pelo recurso que meteu instantaneamente, inconformado com os três veredictos acumulados da juíza Mariana Caley.

O jornalista perdeu os processos levantados pelo antigo ministro da justiça, Paulo Chipilica, a ex-ministra da Cultura, Ana de Oliveira, e a ex-ministra da Saúde, Natália de Espírito Santos.

Foi absolvido no quarto processo, que era da autoria do presidente actual do Tribunal de Contas, Julião António.

Os quatro queixosos processaram o jornalista por «difamação, injúria e afectação da sua honra e personalidade» por vários artigos publicados quer na época do jornal "Angolense", quer no "Semanário Angolense".

A pena somada de seis meses corresponde a quatro meses pelo caso Chipilica e um mês cada nos dois restantes.

Teor genérico das queixas

O primeiro versou em artigos escritos entre os anos 2001 a 2004, críticos contra a gestão do então ministro e hoje provedor da justiça pela sua gestão do processo de devolução das casas nacionalizadas dos antigos colonos fugidos do país.

A queixa da então ministra da Cultura contestava os ataques e comentários de Campos e do jornalista Cristóvão Neto à gestão da senhora sobre a participação do país na "Expo 1998", realizada em Lisboa na altura. Os artigos saíram naquela época.

A ministra queixou-se em 2004, tendo a sentença abarcado o jornalista Cristóvão com um mês de prisão, igualmente suspensa pelo mesmo apelo interposto.

Datada de 2004, a queixa da antiga vice-ministra da Saúde insurgiu-se contra a versão do semanário sobre uma dupla ordem de saque atribuída à mesma.

O caso Chipilica foi um reexame ordenado pelo Tribunal Supremo, que anulou o primeiro no qual o jornalista apanhou oito meses, o primeiro cumprido, apesar do seu recurso.

O queixo Julião António meteu o seu processo no ano transacto contra a informação de que havia gasto excessivamente em transportes durante uma curta missão na sede provincial de Benguela.

Os três últimos foram novos a ser julgados, embora já idosos na sua apresentação ao tribunal, que os despachou em simultâneo na segunda-feira passada, na VI Sala dos Crimes Comuns.

A absolvição do jornalista na matéria do actual presidente do Tribunal de Contas deveu-se ao seu pedido de desculpa, aceite pela defesa da acusação, que o notou somente anteontem no tribunal.

O recurso

A defesa dos jornalistas e respectivos órgãos envolvidos tem sido assegurada pelos advogados Paulo Rangel e João Gourgel.

O primeiro balanceou o julgamento à Rádio Ecclesia, explicando que «o acórdão é muito extenso. Ele refere-se a quatro processos. No final, foi feito um cúmulo jurídico das penas aplicadas a cada um dos processos e o Sr. Graça Campos foi condenado a uma pena de prisão efectiva de seis meses».

«Nós interpusemos recurso da decisão, o recurso foi aceite. Portanto, está suspensa a execução da pena», acrescentou, aliviado em comparação ao desfecho do ano passado, em que o juiz recusara contemplar a apelação, o que sucedeu somente a posteriori por decisão do Tribunal Supremo.

Rangel explicou, ainda, que a nova postura «vai permitir à defesa estudar devidamente as alegações do acórdão afim de que possamos elaborar da maneira mais precisa e concisa as alegações do recurso».

«No meu ponto de vista, eu creio que a decisão é injusta porque excessiva», justificou a motivação do recurso.

Pois, completou o causídico, «ficamos com a impressão, da leitura que fizemos do acórdão, que o tribunal limitou-se a retomar tudo aquilo que constava da acusação ou, seja, das diversas acusações.»

«Em nenhuma circunstância pareceu-me que o tribunal tivesse tomado em conta os argumentos apresentados pela defesa, nem sequer a documentação de provas produzidas em qualquer desses processos em que ele foi condenado», rematou o advogado Rangel.

A sentença anuiu ao pedido de indemnização de USD 30 mil, exigida por cada queixoso, somando, portanto, USD 90 mil.

Os réus adiantaram 50 mil Kwanzas (cerca de USD 750 no câmbio do dia) a título dos encargos administrativos do processo perdido nesta primeira instância.

Golpe contra a liberdade de imprensa

Misa-Angola qualificou o julgamento de «golpe contra a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão».

O director executivo da ONG regional, «Noa Wete», assumiu esta reacção ao comentar o processo e o seu desfecho na Ecclesia.

Estimou-o negativo, sobretudo, nas vésperas das eleições legislativas em que se espera mais afoiteza dos jornalistas e o livre exercício da sua profissão.

Na mesma tecla, bateu o correspondente de “Repórteres Sem Fronteiras (RSF)”, Siona Casmiro, abordado pela mesma emissora.

Siona deplorou o paradoxo da demora excessiva e da repentina celeridade dos casos ora sentenciados.

26 Jun 2008

Fonte:Apostolado

080625

António Venâncio na Encib

O engenheiro António Venâncio, amigo desta casa, onde assinava uma coluna regular sobre a construção civil em Angola, é o novo director da Empresa de Construção de Infra-Estruturas Básicas (Encib) do Governo Provincial de Luanda, no quadro das últimas movimentações empreendidas por Francisca do Espírito Santo na sua equipa. António Venâncio substituíra assim o também engenheiro Afonso Luviluko, marcando deste modo um regresso ao comando de uma empresa pública, depois de já ter sido director-geral da Emproe. Nos artigos técnicos que escrevia para este jornal, António Venâncio dava bastantes contribuições teóricas ao mundo da construção civil, pelo que muita gente estará de olho nele para ver como se sairá na prática, já que uma coisa é escrever e outra fazer. Para já, ele parece muito empenhado nas suas novas funções, de tal modo, que um dia depois da tomada de posse, foi visto a «deambular» pelo Cazenga, a fazer uma radiografia ao município mais populoso de Luanda, onde a sua empresa terá certamente muito trabalho. Terça-feira, na cerimónia de empossamento, a governadora Francisca do Espírito Santo focou o seu discurso no novo titular da Encib, a quem recomendou que proceda urgentemente a avaliação dos recursos humanos, os meios e equipamentos disponíveis e a respectiva capacidade operacional,

lembrando que ela é uma empresa importante para o desenvolvimento da cidade de Luanda.

080625

Revelações embaraçam Kopelipa

O chefe da Casa Militar é dado como o principal mentor do projecto. Quem «vazou» tal informação, se o segredo é a alma do negócio?

Quem quer que tenha sido o informador que municiou o África Monitor Intelligence, as revelações escancaradas embaraçam tremendamente o chefe da Casa Militar da Presidência da República. A ser verdade que ele é o principal dinamizador desses projectos de multimédia, não é crível que ele estivesse interessado em que isso acabasse despejado para a praça pública da forma como aconteceu. Não se está a ver em nome de que argumento, o general Manuel Hélder Vieira Dias «Kopelipa», um paladino da máxima segundo a qual o segredo constitui a alma do negócio, abandonaria a discrição e o sigilo com que esse assunto vinha sendo conduzido. Do ponto de vista estritamente político, vários factores tornam proibitivo que o general Kopelipa veja o seu nome arrolado a um projecto que tem tanto de grandioso quanto de controverso. Afinal, é imperioso não perder de vista que Kopelipa é, presentemente, o principal colaborador do Presidente da República e, nessa qualidade, qualquer acto seu ser susceptível de causar igualmente constrangimentos ao Chefe de Estado. Oficialmente, por outro lado, não se tem conhecimento que o general Kopelipa disponha de rendimentos que o habilitem a levar por diante projectos empresariais de tamanha magnitude. Além disso, toda a celeuma até aqui gerada pelo facto de se ter recorrido à participação de um numero exagerado de estrangeiros, para um projecto cujas especificidades desaconselhariam tal procedimento, constitui um elemento que o inibiria de fazer ondas. Com o general Kopelipa numa posição constrangedora e sob os holofotes da opinião pública, importará agora também descortinar quem foi que vazou a informação ao África Monitor e porquê? Uma coisa é certa: quem quer que o tenha feito só pode ser alguém que também ande nas cercanias da Presidência ou que esteja muito próximo ao projecto, a avaliar pela quantidade e pela qualidade de detalhes fornecidos. Não é improvável que o África Monitor tenha toupeiras bem colocadas nos principais centros de poder e decisão de Angola. Sempre se suspeitou disso. Criado em 2005, este newsletter, propriedade do jornalista luso-angolano

Xavier Figueiredo, tem na sua origem outros de natureza semelhante, como o África Focus e o África Confidencial, publicações que no tocante à Angola sempre trabalharam com base em informação dos centros de poder do país, que deveria ser rigorosamente classificada. Pelo caudal e qualidade da informação que é vazada a Xavier de Figueiredo, supõe-se mesmo que entre os seus informadores estejam pessoas com acesso privilegiado à própria Presidência angolana. Quantas vezes, no passado, reuniões secretíssimas dirigidas pelo próprio Presidente angolano foram parar às mãos de Xavier Figueiredo, e isto numa altura em que este tinha o seu projecto editorial claramente alinhado à Unita de Jonas Savimbi?

080625

Solicitou a impugnação do mandato do ex-SG do Mpla Mello Xavier «atira-se» a João Lourenço
O empresário acredita que há interesses obscuros por trás

Provavelmente fruto de desavenças de natureza diversa, assistiu-se na última sessão da Assembleia Nacional a uma fricção entre duas conhecidas figuras, nomeadamente o primeiro vice-presidente do Parlamento e o deputado e empresário Mello Xavier. Na base desta alteração esteve um acto de João Lourenço, quando, na condição de presidente interino da casa, produziu um despacho que Mello Xavier tomou como menos correcto. Numa data não revelada do mês de Maio, o deputado Mello Xavier escreveu ao presidente da Assembleia Nacional solicitando autorização para ir ao estrangeiro a tratamento médico. Na sua qualidade de presidente em exercício da Assembleia Nacional, João Lourenço após o seguinte despacho: «Ter em consideração que foi notificado a estar presente na sessão plenária do dia 17 de Junho, estando agendado o pedido do Tribunal Supremo de suspensão temporária do seu mandato. Não é a 1ª vez que sob pretexto de razões de saúde o senhor deputado dificulta a acção da justiça». Mello Xavier não gostou do conteúdo do despacho, sobretudo a referência a dificuldades que ele supostamente estaria a criar à acção da justiça. A partir de Miami, Estados Unidos, onde entretanto já se encontrava, enviou ao presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida, uma contundente carta em que afirma, nomeadamente, não poder ficar indiferente a «insinuações como as que têm vindo a público ultimamente, saídas do seio do nosso Partido» as quais pretenderiam que ele estaria a

inviabilizar o cumprimento de uma solicitação do Tribunal Supremo visando a suspensão temporária do seu mandato para responder em juízo a um processo-crime. Na carta, Mello Xavier nega ter qualquer propósito de obstruir a realização da justiça e lembra que já foi ouvido em cinco ocasiões por juizes do Tribunal Supremo. «Jamais temi responder em juízo, mesmo no tempo colonial», escreve o deputado. Mello Xavier considera que haveria no interior do próprio Mpla pessoas que estariam a «fazer a instrumentalização política de uma questão meramente judicial» com o que estariam a defender «interesses obscuros». O deputado acredita que «a animosidade contra a minha pessoa» decorreria de «interesses económicos» que promete denunciar ao secretariado do Bureau Político do Mpla. Mello Xavier mostra-se também convencido que a «animosidade contra a minha pessoa» não seria alheia ao «negócio simulado do terminal de contentores do Porto de Luanda, em que se constata a maior sujeira da parte de dirigentes de cúpula do Mpla, uma cegueira total derivada de interesses económicos pessoais». O parlamentar estabelece um «link» entre os problemas judiciais que o apoquentam desde 2004 e a controvérsia em torno do terminal de contentores do Porto de Luanda. Mello Xavier aponta como exemplo da conspiração contra a sua pessoa uma entrevista dada à Televisão Pública de Angola pelo primeiro vice-presidente da Assembleia Nacional. Nessa entrevista João Lourenço teria feito a retrospectiva de uma sessão da Assembleia Nacional e concluiu que «foram discutidas algumas alterações à Lei Eleitoral, ficando pendente apenas o ponto que se relaciona com a suspensão do mandato do Deputado Mello Xavier». Acontece que, segundo Mello Xavier, tal matéria não foi abordada na referida plenária da Assembleia Nacional. «É de realçar que estive presente nesta reunião, intervim aquando da aprovação da agenda, pois por “ventos e sopros” já se adivinhava a instrumentalização dos órgãos (de comunicação) oficiais, o que sucedeu». Mello Xavier diz que a «falsa» informação dada por João Lourenço alimentou toda a imprensa privada, «os pasquins e levou a que o deputado fosse julgado na praça pública sem direito à defesa». O empresário e deputado pede a Roberto de Almeida a impugnação do mandato de João Lourenço pois acredita que ele seria o «cérebro» de uma vasta conspiração contra a sua pessoa.

Dani Costa

080625

Com abundância de pormenores

África Monitor escancara «segredos» da Zimbo TV

O newsletter editado em Lisboa assegura que o projecto está ligado a círculos da Presidência angolana

Pontualmente quebrado por informações marginais que aqui e ali iam sendo divulgadas na comunicação social privada angolana, o segredo à volta da criação do primeiro canal privado de televisão no país, a Zimbo TV, acaba de ser totalmente desvendado pelo África Monitor Intelligence. Entre a abundância de pormenores escancarados, este newsletter de natureza confidencial editado a partir de Portugal, revela no seu número 285, de 3 de Junho último, que a futura estação televisiva faz parte de um projecto multimédia conotado com personalidades do círculo presidencial, tendo entre os seus principais dinamizadores e supostamente um dos seus investidores o general Manuel Hélder Vieira Dias «Kopelipa», chefe da Casa Militar da Presidência da República. O África Monitor junta no rol o nome do porta-voz da Presidência angolana, Aldemiro Vaz da Conceição, e garante que o arranque do canal, cuja existência está por enquanto condicionada a uma alteração da legislação que veda o exercício da actividade de televisão a privados, deverá acontecer o mais tardar antes das eleições presidenciais, previstas para 2009. Os informadores do África Monitor confirmam a participação de diversas personagens portuguesas ao nível de consultoria e acompanhamento do projecto. Tal é o caso de José Eduardo Moniz, da Tvi, que havia desmentido essa informação quando em tempos ela foi «vazada» a órgãos de informação privados angolanos. De acordo com essa informação, Moniz aceitou participar no projecto na sequência de contactos mantidos com o próprio general Kopelipa e que pelo menos duas viagens a Luanda fez. Ele entra no projecto em associação com o seu compatriota Bernardo Bairrão, da produtora televisiva Nbp. Para o efeito, ambos formaram uma empresa, a Dinamic, integrada igualmente por Fernando Maia Cerqueira. O newsletter diz não ter apurado se a Tvi «tem ou poderá vir a ter participação no projecto». O insuspeito África Monitor confirma também um dado segundo o qual a Zimbo TV faz parte de um projecto mediático mais alargado, por diversas vezes referido pelo Semanário Angolense, que incluiria a criação de uma emissora de rádio, um jornal diário e um semanário. O newsletter junta ao rol duas revistas temáticas, sendo que todos estes produtos fariam parte da

Medianova, a empresa proprietária, ao que se diz dirigida por Mário Inglês, um engenheiro formado nos Estados Unidos, com estreitas ligações ao Presidente José Eduardo dos Santos. Mais: Manuel Ricardo Ferreira e Carlos Blanco, dois jornalistas luso-angolanos, encontram-se em Luanda contratados para trabalhar no âmbito do lançamento do projecto, enquanto o dono de uma empresa de comunicação, João Líbano Monteiro, sócio de Fernando Maia Cerqueira, também já estaria de malas aviadas para instalar-se na capital angolana. Por intermédio do África Monitor, tomamos igualmente conhecimento de um dado muito curioso e significativo: quando em Janeiro de 2007 foi travado o lançamento do jornal diário projectado pela Medianova (Diário de Angola é a sua designação), bem como do semanário, já então estariam em fase de acabamento instalações próprias - presentemente já concluídas e equipadas com uma rotativa francesa de grande capacidade. Na altura, assegura o África Monitor, por sugestão do jornalista luso-angolano Artur Queiroz, que seria o director-geral das publicações da Medianova, haviam sido recrutados dez profissionais da comunicação social portugueses, entre os quais são citados Hernani Carvalho, Miguel Braga, Gizela Coelho e Dulce Rodrigues.

080625

Derrota esclarecedora

França Van-Dúnem não «chegou ao mar»

Peter James

em Nova Iorque

França Van-Dúnem, candidato de Angola a um lugar no Tribunal Internacional do Direito do Mar, conseguiu apenas 24 dos 153 votos possíveis, sendo superado pelos representantes argelino e cabo-verdiano. O antigo presidente da Assembleia Nacional concorreu, com representantes de outros quatro países, para uma das duas vagas a que o continente africano tem direito no Tribunal Internacional do Direito do Mar. Mas ao cabo da votação, concluída na última sexta-feira em Nova Iorque, França Van-Dúnem tinha recolhido apenas 24 votos. O primeiro lugar ficou com o argelino Boulem Bouguetaia (106 votos). Com 94 votos o candidato cabo-verdiano José Luís de Jesus ficou com a segunda vaga. O candidato angolano só esteve acima do representante da Serra Leoa, que terminou a contagem com 17 votos. Apesar das garantias de apoio dadas a George Chicoti por chefes de Estado de vários países africanos, as

hipóteses de vitória de França Van-Dúnem foram sempre encaradas com muita moderação. Em meios diplomáticos angolanos as hipóteses de sucesso de França Van-Dúnem eram vistas com moderação devido ao que chamam de «relativo atraso» com que foi preparada e lançada a sua candidatura. Na corrida ao tribunal, França Van-Dúnem teve a concorrência dos juízes José Luís de Jesus, de Cabo Verde, e do camaronês Paul Bamela Engo, que procuravam a reeleição. Apresentaram-se igualmente à disputa candidatos da Argélia, Gabão, Serra Leoa, e Mali. O Tribunal Internacional do Direito do Mar está sediado em Hamburgo, na Alemanha, e os seus juízes reúnem-se pontualmente para apreciarem casos que requeiram um pronunciamento do tribunal.

080625

O empresário sente-se magoado com o partido Riquinho e «seu» Mpla em rota de colisão? Nomeado coordenador de eventos urbanos da Comissão de Artistas da campanha do Mpla, o empresário do ramo do entretenimento

No curto espaço de exactos 20 dias, o empresário Henrique Miguel «Riquinho», ligado ao ramo do entretenimento cultural e desportivo, endereçou duas cartas ao presidente do Mpla, José Eduardo dos Santos, dizendo-se vítima de um tratamento pouco sério e inamistoso por parte dos membros do partido que no «Estado-Maior» da campanha para a eleição legislativa de Setembro próximo gerem a vertente cultural. Esta informação foi prestada por fonte da própria sede do Mpla, que descreve as cartas como sendo «amarguradas», e constituindo um «desabafo» em decorrência da forma como ele e a sua empresa (a Casablanca) foram afastados dos espectáculos musicais relacionados com a campanha eleitoral, mesmo sendo o coordenador do núcleo de eventos urbanos da Comissão de Artistas da campanha dos «camaradas». Fazendo fé na nossa fonte, a primeira carta endereçada ao presidente do Mpla e com conhecimento para outras individualidades do partido (vice-presidente e secretário-geral) tem data de 11 de Maio de 2008. Nela, Riquinho terá pedido a sua demissão do cargo de coordenador do núcleo de eventos urbanos da Comissão de Artistas da campanha eleitoral dessa formação política. Na missiva, explicou as razões de tal procedimento, esperando também uma resposta concreta da direcção do Mpla. O empresário terá agido dessa forma por sentir usurpadas as suas atribuições a favor de Eugénio «Geny» Neto, que também faz parte da

Comissão de Artistas da campanha eleitoral do Mpla, mas como coordenador do núcleo de eventos suburbanos. Ele também avançou que outra beneficiária é a empresa Plataforma, cujo nome é desconhecido no «show-bizz» angolano e que se suspeita ter sido criada recentemente para este efeito. Segundo assegurou a nossa fonte, na primeira carta, «Riquinho» terá «provado» a usurpação das suas competências com os espectáculos realizados nas cidades do Huambo (durante a homenagem ao falecido militante e empresário Valentim Amões) e de Malanje, que são áreas urbanas, mas a ele sequer deram cavaco. Na carta que «Riquinho» endereçou à direcção do partido de que é militante, reclama que não entende como é que, sendo ele um dos mais bem sucedidos empresários do ramo do entretenimento cultural e tendo sido indicado para coordenar os eventos urbanos, seja marginalizado em favor do seu parceiro (para os eventos suburbanos) na tal Comissão de Artistas da campanha. A fonte que vimos citando assegurou-nos que na carta do pedido de demissão recorda a grandeza da empresa que dirige, relatando que depois do Mundial de 2006 a Casablanca já realizou quase 300 actividades e que semanalmente movimenta perto de 30 mil pessoas nos principais centros urbanos do país e até no exterior. Ao que o nosso jornal apurou da mesma fonte, a carta de «Riquinho», que foi delegado à III conferência do Mpla, onde num dos painéis apresentou o seu projecto relacionado com as actividades culturais durante a campanha, mereceu uma resposta de José Eduardo dos Santos que a despachou para a competente análise do Bureau Político do partido. Na sequência do despacho do presidente do Mpla, «Riquinho» terá sido contactado a 20 Maio passado por Paulo Pombolo, também membro da equipa de campanha, para fazer o espectáculo do Uíje, apazado para sábado passado, 15. Ter-lhe-ão igualmente prometido todos os shows músico-culturais a decorrer no norte do país, pelo que lhe solicitaram uma proposta (actividade, elenco e orçamento), algo que terá entregue no terceiro dia útil subsequente à conversa. Só que, mal acabara de apresentar a proposta, recebera uma chamada telefónica de Paulo Pombolo a dizer-lhe que a proposta estava cara e que o partido recorreria a outra empresa, no caso a Plataforma, que tem estado a organizar esse tipo de eventos para o Mpla. Segundo contou a nossa fonte, sequer lhe foi dada a oportunidade de redesenhar o espectáculo, o que o magoou e agastou grandemente. Acto contínuo, terá escrito uma segunda carta ao líder dos «camaradas». Na segunda missiva, datada de 28 de Maio, lamenta a forma

como está a ser tratado pelo partido que ajudou em diversas ocasiões, gastando dinheiro seu para honrar vários compromissos inadiáveis da Jmpla e do comité provincial dessa formação política em Luanda. Nessa altura o Mpla não tinha dinheiro e, à época, não conheceu nenhum outro gesto de solidariedade que não precisamente o de «Riquinho». Sempre em jeito de lamento, escreve também que está a ser tratado como um produto descartável, depois de relevantes serviços prestados ao partido, nos tempos em que mais carecia de apoio. E acrescentou que podem até tirá-lo da campanha, mas nunca do partido.

080625

Um ano depois do julgamento
Juiz Patónio esclarece «Caso Miala» na «secreta»
Fontes contactadas pelo SA dão conta que esta reunião de esclarecimento terá sido motivada pelo facto de muitos oficiais da chamada

Quase um ano depois do julgamento do antigo chefe do Serviço de Inteligência Externa (Sie), o juiz do caso, o general António dos Santos Neto «Patónio» ter-se-á reunido esta sexta-feira, 20, com os funcionários da instituição para explicar os contornos do caso, segundo um documento a que o Semanário Angolense teve acesso. Este jornal soube que paralelamente a isso, Patónio terá mantido igualmente um encontro da mesma índole no Ministério do Interior. De acordo com o documento, a reunião com a «secreta» estava marcada para 20 de Junho no Centro de Formação Especial da Comunidade de Inteligência (Cefoci), situado no bairro Rocha Pinto, na zona sul de Luanda. Fontes contactadas pelo nosso jornal dão conta que esta reunião de esclarecimento terá sido motivada pelo facto de muitos oficiais da chamada Comunidade de Inteligência terem achado que Fernando Miala, o destituído chefe dos Sie, pode ter sido alvo de uma cilada e, por essa razão, injustamente condenado, num processos cujos contornos não são suficientemente claros. A desconfiança faz agora morada entre os agentes da «secreta» angolana, adensando o clima de suspeição generalizada, razão por que a frase mais ouvida na Comunidade de Inteligência é: «Ontem foi o Miala, mas amanhã pode ser um de nós». As nossas fontes estimam que por conta deste clima pesado nas instituições de Inteligência do país, e também da eleição legislativa que, em princípio, decorrerá a 5 de Setembro próximo, as autoridades acharam por bem explicar que Fernando Miala não está gratuitamente

preso, como é pensamento quase generalizado em diversos sectores da sociedade angolana. Fernando Miala foi exonerado por despacho presidencial a 24 de Fevereiro de 2006 por, alegadamente, ter alvitrado a tomada de «medidas activas» contra o Chefe de Estado. Porém, em Agosto do ano passado, foi julgado por um outro crime, o de «insubordinação» militar, que lhe custou quatro anos e seis meses de prisão efectiva, em Setembro. Os seus advogados recorreram da sentença considerada, entretanto, desajustada por segmentos nada negligenciáveis do mundo jurídico angolano. Contudo, passado quase um ano, o recurso enalhou na inexistência de um tribunal com competência para julgar o caso em segunda instância. Além disso, há dificuldades de monta para se formar um tribunal de recurso, visto que os elementos dessa câmara especial teriam que ser todos generais de três estrelas. Como não abundam militares magistrados com esta patente, o caso arrasta-se. Segundo apurou o Semanário Angolense, a melhor expectativa era que até sexta-feira passada, 13, se resolvesse definitivamente a questão do Tribunal de Recurso Militar, o que não aconteceu. Mas, espera-se que isto venha a materializar-se nos próximos dias, de modo a ser concluído um pacote completo de que consta igualmente a composição do Tribunal Constitucional, que neste momento já tem três juizes eleitos pela Assembleia Nacional. Cogitam-se vários nomes para a presidência e composição mais alargada desse Tribunal, embora se reconheça que há pouquíssimos magistrados judiciais militares com a patente de general de três estrelas. Os nomes mais ventilados são os de Agostinho Gaspar, Razoilo e Augusto Carneiro, se este, entretanto, não constar das opções do Pr para o Tribunal Constitucional. Não se descarta, por outro lado, a possibilidade de graduação de dois brigadeiros, reputados como bons técnicos, ao grau de general para suprir esta lacuna.

FX

080625

Greve paralisa Projecto Chitotolo
Segundo os grevistas, a diamantífera participada pela Endiama, com uma facturação mensal na ordem

Trabalhadores afectos à Sociedade Mineira do Chitotolo, um projecto diamantífero localizado no município do Nzaji, província da Lunda-Norte, observam desde segunda-feira, 16, uma greve. Curiosamente, a

paralisação da actividade desta diamantífera, também conhecida por Projecto Chitotolo, tem lugar numa altura em que a capital do país acolhe um evento importante do sector mineiro, com a realização da segunda Feira Internacional das Minas, que termina amanhã no recinto da Filda. O Semanário Angolense apurou que a greve resulta do incumprimento de 10 pontos constantes no caderno reivindicativo apresentado pela comissão sindical da empresa. Segundo os grevistas, desde a eclosão da paralisação laboral, a direcção da empresa não mostrou verdadeira predisposição para encontrar soluções a contento das partes, não obstante uma comitiva ida de Luanda ter sido despachada às pressas para a Lunda-Norte. «Vieram apenas para quebrar o gelo, mas sem propostas concretas», garantiu um dos mineiros em greve. As posições extremaram-se e os trabalhadores baseados nas minas exigem agora, para regressarem à mesa de negociações, o afastamento incondicional do Presidente do Conselho de Gerência (Pcg), o cidadão português Joaquim Moutinho, com quem se recusam manter qualquer tipo de contacto, por alegada má-fé o mesmo no tratamento e solução dos problemas que afligem os mineiros e outros funcionários insatisfeitos. Informações entretanto provenientes do Chitototolo dão conta que as animosidades subiram de tom com a intimação, a meio da semana, pela polícia local, do líder da comissão Sindical, Alfredo Filipe Mandona, supostamente por incitar os seus colegas a impedirem toda a movimentação de equipamento e dos integrantes da missão ida de Luanda. O reajuste salarial, edificação de um condomínio para os trabalhadores, outorga de cartões do Inss, definição de um prémio de produção, implementação de bónus de produção, o retorno à mina do processamento de salários (é feito em Luanda), melhoria do transporte pessoal são algumas exigências constantes no caderno reivindicativo dos grevistas. Na óptica dos trabalhadores em greve, a situação deteriorou-se por culpa exclusiva da figura do Pcg Joaquim Moutinho, acusado de gerir a empresa como uma propriedade pessoal, e de atitudes de manifesta arrogância e autocracia. Moutinho é igualmente apontado como alguém que tem vindo, permanente e sistematicamente, a fomentar a cultura de intriga no seio dos trabalhadores com a alegada finalidade de minar a coesão deles e enfraquecer o poder reivindicativo da entidade sindical. Para semear a intriga, o Pcg contará supostamente com a benevolência de um engenheiro de nacionalidade angolana (Capingana, de seu nome), seu representante nas minas no Chitotolo. Com a colaboração

deste, Moutinho pode pôr em prática um tipo de gestão por via do qual não se reconhece nenhuma competência aos funcionários nacionais, dando-se primazia aos estrangeiros no exercício de cargos de chefia. Os mineiros lamentam e denunciam, publicamente, este tratamento diferenciado entre nacionais e expatriados que se verifica inclusivamente em matéria remuneratória. Mesmo sem qualificações que o justifiquem nem representarem quaisquer mais valias, os expatriados auferem, via de regra, salários e regalias chorudas. Os grevistas discordam, por exemplo, da contratação de uma cidadã portuguesa, Ana Carvalho, responsável pela lavandaria e limpeza das residências. É uma tarefa que na sua visão poderia ser confiada a um nacional, até porque, apurou a comissão sindical, a expatriada em questão nem sequer possui qualquer especialização. Ao rol de irregularidades que pendem sobre a direcção da empresa junta-se ainda a acusação de sonegação de impostos do Irt, referente aos cidadãos estrangeiros, além de se dar guarida a muitos deles que trabalham sem o visto de trabalho, num clara contravenção à legislação nacional vigente em matéria migratória.

080625

Por dentro da empresa

Com uma facturação mensal na ordem dos 5 milhões de dólares, a Sociedade Mineira do Chitotolo (Smc) é uma joint-venture formada por três empresas: a Endiama, detentora de 45 por cento das acções, seguida da australiana Itm (40 por cento), especializada em gestão de projectos mineiros e prospecção mineral, enquanto que a Lumanhe (15 por cento) é versada em questões de segurança. A área concessionada à Smc insere-se nas primeiras a serem exploradas pela antiga Diamang, reconhecidamente pela qualidade das suas jazidas. O desenvolvimento desta área deu lugar à fundação de Vila Paiva de Andrada, a actual cidade do Nzagi, que concentrou, à época, importantes estruturas de apoio às operações. No Nzagi, a Endiama desenvolvia actividades de exploração diamantífera no âmbito daquilo que se tornou conhecido como Projecto Penz. Posteriormente, no âmbito do mesmo projecto, surgiu a Knr (actual Itm Mining Limited), contratada pela Endiama para desenvolver funções de operadora. Naquela época, as orientações estatais relativamente aos empreendimentos mineiros iam no sentido de fazer com que as empresas

estrangeiras participassem dos investimentos e desta forma reduzirem-se os riscos para o Estado e para a própria Endiama. As boas performances da Itm como prestadoras de serviço no Penz e o cumprimento por parte da Endiama das directrizes governamentais fizeram com que se partisse para a solução de uma «joint-venture» como a melhor forma de se dar continuidade às actividades do Projecto. A Smc materializou-se em Agosto de 1996.

080625

Empresa propõe criação de bolsa imobiliária

A Imogestin está a preparar-se para apresentar às autoridades a ideia da formação de uma bolsa imobiliária que absorva as transacções desse mercado em Luanda e no resto do país, segundo revelou a este jornal o presidente do Conselho de Administração da empresa. Rui Cruz considerou que uma tal bolsa traria, em primeiro lugar, ganhos de transparência, posto que abriria o mercado aos contornos das transacções imobiliários naquilo que diz respeito aos preços. Actualmente, e numa das conclusões do estudo de que se fala nas outras matérias nestas duas páginas, os dados do mercado, para além de não serem fluidos, ainda apresentam informação de valores não coincidentes, como também falta standartização de conceitos. Apesar disso, um mercado como esse poderia travar a especulação, caso se tenha em que, como disse Rui Cruz, «é a falta de informação de gera a especulação». Acima de tudo, porém, essa bolsa, que estaria provida de um cartório privativo, haveria de aligeirar as transacções e toda a tramitação até que o comprador chegue à obtenção da escritura do imóvel, algo que está a levar prazos que chegam aos dez anos e mais. Rui Cruz advertiu, entretanto, que falta matéria legislativa para concretizar tal ideia, sendo importante uma Lei da Mediação.

080625

São Tomé lava as mãos

Que a corrente entre Luanda e São Tomé e Príncipe só passa quando o Mlstp está no poder ninguém duvida. Mas a actual liderança de São Tomé e Príncipe, que tem no

presidente Fradique de Menezes o principal antagonista em relação aos angolanos, diz que não tem nada a ver com o desaire de Angola na corrida a uma das cadeiras do Tribunal Internacional do Direito do Mar. Fonte diplomática do arquipélago aconselha a que não se faça caso do facto do vice-ministro das Relações Exteriores, George Chicoti, despachado para São Tomé e Príncipe em Abril com uma carta do presidente José Eduardo dos Santos para Fradique de Menezes não ter sido recebido. Chicoti levava consigo uma carta na qual Angola pedia o apoio de São Tomé a favor da candidatura de França Van-Dúnem. Foi forçado a deixar a carta ao cuidado do ministro dos Negócios Estrangeiros de São Tomé e Príncipe, Ovídio Pequeno, que o recebeu no aeroporto. À partida de São Tomé, Chicoti, qual premonição, disse que o relacionamento entre os dois países era deficitário. Fonte diplomática são-tomense disse a este jornal que a razão pela qual ele não foi recebido por Fradique de Menezes ficou a dever-se ao facto de o presidente de São Tomé e Príncipe ter sido avisado praticamente em cima da hora. «A embaixada de Angola soube da viagem de Chicote se tanto meia hora antes, e o governo de São Tomé foi informado vinte minutos antes. É perfeitamente razoável que o presidente Fradique tivesse a sua agenda preenchida e sem condições para receber o enviado do presidente José Eduardo dos Santos». O percalço de São Tomé e Príncipe não evitou a repetição, quase na íntegra, de um caso do género na Guiné-Bissau. Com mais uma carta debaixo do braço, George Chikoti rumou para Bissau com a mesma missão. De acordo com uma fonte diplomática angolana, só 10 minutos antes da chegada da aeronave é que a embaixada de Angola soube que o presidente angolano tinha enviado um emissário. Nino Vieira recebeu-o, tomou nota da carta, mas também do despreparo evidenciado na forma como se estava a fazer campanha por França Van-Dúnem.

080317-24

«Não é tão preocupante», segundo o seu director, Maurício Camutu

Ecclesia desdramatiza sangria

Valdemiro Dias

O director da Emissora Católica de Angola, padre Maurício Camuto, desdramatizou esta semana o desfalque de jornalistas que a estação de rádio que dirige tem

sofrido nos últimos tempos, alegando que essas saídas não têm afectado o nível de audiência que aquela emissora já granjeou. O optimismo do responsável máximo da estação da Igreja Católica em Angola assenta no facto de que, apesar das «deserções» verificadas nas últimas semanas, segundo ele, «a Ecclesia continua a emitir com o mesmo vigor e princípios basilares que nortearam a sua criação». Falando ao Semanário Angolense, Maurício Camuto assegurou que a situação apenas poderia ser descrita como «dramática» caso afectasse directamente a qualidade da informação veiculada pelo órgão que dirige e se se verificassem sinais de que ela tem perdido a audiência, o que não está a acontecer. Apesar disso, ele reconheceu que o ano passado foi dos mais difíceis, tendo em conta o leque de jornalistas que abandonaram a casa e se transferiram para órgãos de comunicação estatais como a Rádio Nacional e Televisão Pública de Angola. «Sabemos que, na actual conjuntura, os órgãos de imprensa estatais têm muito dinheiro para gastar, razão pela qual podem aliciar muitos jornalistas», exemplificou o prelado católico. No seu entender, a possibilidade de aliciamento, sobretudo dos órgãos de comunicação social privados, depende muito da própria capacidade do jornalista, ou seja, se ele se identifica com a missão que a própria emissora se propõe alcançar. Por isso, o director da Rádio Ecclesia afirmou, peremptoriamente, que os jornalistas que ingressam nessa emissora não o devem fazer, unicamente, com o intuito «de ganharem muito dinheiro». Para ele, estes profissionais devem, primeiramente, identificar-se com os objectivos da estação radiofónica, que passam pelo rigor, isenção e imparcialidade, bem como pelo anúncio dos valores do cristianismo, proclamados na linha editorial da estação católica. Tendo em vista, entretanto, compensar as perdas registadas ultimamente, a direcção da rádio deverá recorrer ao recrutamento de novos profissionais, uma fórmula que já foi usada em vezes anteriores. «Felizmente na sociedade angolana existem muitos jovens que se identificam com o nosso projecto de informação; resta apenas a responsabilidade e cuidado para seleccionar aqueles que melhor podem servir os interesses da rádio», confirmou Maurício Camuto. Camuto deu a conhecer ainda que sempre que a direcção desta emissora pretende prover alguma vaga existente recorre aos seus correspondentes nas distintas províncias, com maior incidência para a Huíla, de onde provém a maior parte dos seus quadros.

080317-24

Preparação da sua visita ao nosso país

Sarkozy envia «equipa africana»

Até à próxima quarta-feira, as equipas que gerem no Eliseu, sede da Presidência da República Francesa, e no Quai d'Orsay, sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros, os dossiês sobre África, vão discutir em Luanda com peritos do MIREX e da Presidência da Republica de Angola os últimos detalhes do que será a visita que Nicolas Sarkozy efectuará ao nosso país daqui a uma semana. Como em questões deste nível nada fica ao acaso. De um como do outro lado estão na primeira linha os principais especialistas em questões africanas. Do lado francês estão à testa das consultas Jean-Marie Bocel, secretário de Estado da Cooperação, que esteve em Luanda em Dezembro, e Bruno Joubert, o principal de todos os especialistas em assuntos africanos. Joubert é adjunto de Jean-David Levitte na assessoria diplomática do Presidente Sarkozy. De 1993 a 1996 Levitte foi chefe da direcção geral de Relações Culturais do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Nessa altura Levitte tinha como adjunto o actual director da direcção geral de Segurança, Pierre Brochand. Levitte goza da reputação de ser uma personalidade calma, porém centralizadora. Bruno Joubert tem a assistência de Remi Marechaux e de Romain Serman, que já serviu a missão da França nas Nações Unidas e é fluente em swahili. Já passou pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e pela direcção do Ministério dos Negócios Estrangeiros para a África Austral. Apesar da disposição hierárquica quer no Eliseu quer no Quai d'Orsay, Sarkozy goza da fama de entregar com frequência os dossiês mais quentes, como é o caso de Angola, ao secretário-geral do Eliseu, Claude Gueant. Titular de um diploma da famosa Escola Nacional de Administração, Gueant é quem melhor se relaciona com presidentes africanos e com os seus intermediários, tais como o advogado Robert Bourgui, filho do lendário Mahomoud Borgui, referido nos meios políticos como tendo sido um dos principais «correspondentes» de Jacques Foccart, o instrumento do general De Gaulle na sua relação com líderes africanos. Sarkozy tem também ao seu serviço Didier Castres, antigo conselheiro de Jacques Chirac para questões africanas. Sarkozy decidiu retê-lo entre o seu «staff» quando tomou posse em Maio de 2007. A estes juntam-se Jean-Michel Severino, administrador-chefe da Agência Francesa de Desenvolvimento, homem de confiança do ministro dos

Negócios Estrangeiros, Bernard Kouchner, e que esteve em Angola em Dezembro quando se projectava a visita para Fevereiro. Quem também terá lugar na caravana que Sarkozy trará a Luanda é o antigo embaixador francês no Senegal, Jean Gliniasty, actual director do Conselho Francês de Investidores em África. Gliniasty provavelmente tem a missão complicada. Cabe a ele «peneirar» a lista de homens de negócios que acompanharão Sarkozy. O Semanário Angolense soube a este propósito que a logística, ou seja acomodação pode ditar o tamanho da delegação que Sarkozy trará a Luanda. Fonte oficial disse ao Semanário Angolense que para inicio de conversa, ou seja para o restabelecimento de facto das relações entre os dois países, Angola não se importaria se a visita se resumisse a um dia. «Sarkozy quer dois dias e assim será».

Ler na próxima edição Os africanos que estão a mudar Paris e os homens que servem os presidentes africanos em França.

080317-24

As promessas que o PR sacou da cartola

Construção de cerca de um milhão de casas em todas as províncias, das quais mais de meio milhão serão construídas nas áreas rurais.

Criação de cerca de um milhão e 300 mil empregos e consecução de uma taxa de desemprego inferior a 15 por cento.

Ultrapassar a meta de trinta por cento de presença de mulheres - na bancada parlamentar do Mpla e no Governo.

Atenção especial às mulheres grávidas e crianças com menos de 5 anos para melhorar os indicadores de mortalidade materna e infantil.

Preocupação afincada com os jovens a fim de lhes ser proporcionado emprego, formação escolar, académica e profissional e habitação.

Estudar-se-á um mecanismo de crédito-habitação com juros bonificados aos jovens, sobretudo dos que constituem família.

Nos próximos cinco anos será feito um esforço para que haja pelo menos um estabelecimento de ensino superior em cada uma das províncias.

Podem ser destinados à produção de biocombustíveis 500 mil hectares, dos cerca de 35 milhões de hectares de terras aráveis do país.

Entre 2009 e 2013 aumentarão em 4 milhões de hectares as áreas de cultivo, para produzir mais de 15 milhões de toneladas de cereais.

Criação de uma administração e poder locais que respondam, com eficácia e eficiência, às necessidades das comunidades locais.

Será estimulado o associativismo e a liberdade de imprensa, garantido o exercício de profissões liberais e a actividade económica privada.

No âmbito da boa governação não será descurado o combate à corrupção e ao tráfico de influências.

Reformar e reforçar o sistema de administração da justiça, consolidar a sua independência, bem como reforçar e reformar o sistema correcional.

080317-24

Há sérias pistas no ar

Autárquicas no horizonte

As forças políticas que estiverem «distráidas» podem vir a ser apanhadas em contrapé...

Uma interrogação suscitada, em surdina, ao longo da conferência nacional do Mpla, diz respeito à realização de eleições autárquicas. Elas sairão ou não, e quando? Publicamente, de forma clara e directa, as autoridades ainda não deram respostas sobre o assunto. Mas isso não significa que elas não estejam a pensar e a laborar nisso. O conclave do Mpla deixou fortes pistas que indicam que quando menos esperarmos as eleições autárquicas estarão aí a ser anunciadas. De sorte que as forças políticas que estiverem «distráidas» podem vir a ter que correr em contrapé para estarem à altura desse desafio. Não há, de facto, pista mais evidente sobre o cenário das autárquicas que o próprio pronunciamento do Presidente José Eduardo dos Santos,

quando anuncia a reforma que será encetada ao nível da administração local, assente nos princípios da desconcentração e descentralização administrativas. «O objectivo global a prosseguir», segundo frisou o Presidente, «será a criação de uma Administração Local e de um Poder Local, que respondam, com eficácia e eficiência, às necessidades das comunidades locais e ao desenvolvimento do país.» José Eduardo dos Santos foi mais longe ao anunciar que a desconcentração administrativa será implementada por etapas em todo o território nacional, mal sejam aprovados os diplomas legais que lhe dará suporte. E juntou que se vai proceder, igualmente, à implementação do novo sistema financeiro local, dando suporte à desconcentração financeira. O que é facto é que, em sentido estrito, não há Poder Local sem o sufrágio autárquico. E todos os diplomas legais em preparação a que o Chefe de Estado se referiu são instrumentos indispensáveis num ambiente de autarquias. Mas na realidade só será apanhado em contrapé quem quiser. Olhando pelo retrovisor, na chamada Agenda Nacional de Consenso, uma espécie de «magna carta» onde o Mpla foi beber para elaborar o seu programa de governo para o próximo quadriénio, o princípio das autarquias vem lá devidamente assumido. Num dos seus pontos, essa agenda prescreve que «as formas organizativas do poder local compreenderão as autarquias, as instituições do poder tradicional e outras modalidades específicas de participação dos cidadãos». Mias: desde que foi procedendo a transferência dos seus comités e células do local de trabalho para as zonas onde vivem os militantes, o Mpla se foi posicionando para o desafio autárquico. Os seus comités de acção nos bairros são, indubitavelmente, órgãos que se preparam para o exercício do poder local.

080317-24

Para «embelezar» o Mpla

Propeg encaixa Usd 15 milhões

O regresso da Propeg, uma companhia brasileira de publicidade e marketing, a Angola, para cuidar da imagem do Mpla no decurso da campanha eleitoral, deverá custar aos cofres deste partido a soma de 15 milhões de dólares. O Semanário Angolense soube de boa fonte que o acordo que sela o regresso da empresa brasileira, noticiado em primeira mão na nossa última edição, foi assinado em finais de Abril na cidade de Salvador, capital da Bahia, nordeste do Brasil. Pela Propeg

assinou o patrão da empresa, Fernando Barros, ao passo que o Mpla esteve representado por uma entidade do seu mais alto escalão. Tal como em 1992, o acordo entre a Propeg e o Mpla foi intermediado pelo senador brasileiro Collor de Mello. Mpla e Propeg começaram a negociar o novo acordo em Janeiro deste ano. Para trabalhar a campanha do Mpla, a Propeg enviará ao nosso país 70 profissionais, que terão à cabeça o jornalista Carlos Monforte. Na corrida para a campanha do Mpla, a Propeg suplantou várias concorrentes brasileiras, em especial a Engenho Novo. O Semanário Angolense soube que a Propeg, que já ajudou a derrotar a Unita nas urnas, rejeitou uma proposta desta organização para lhe fornecer assessoria durante a próxima campanha eleitoral. Maior empresa de publicidade da Bahia, a Propeg é responsável pelo sucesso de vários políticos no seu país e no estrangeiro, nomeadamente em Portugal e nos Estados Unidos.

080317-24

Petrolífera não reforçará posição

A Sonangol, que acaba de se tornar num dos dois maiores accionistas do Bcp Portugal (o banco que até agora detinha por inteiro o Millennium Angola), não encara reforçar a sua participação de dez por cento nesse banco, segundo declarou aos jornalistas o presidente do Conselho de Administração do grupo, Manuel Vicente. Indagado no fim da cerimónia de assinatura de um acordo de parceria estratégica em que como o Banco Privado do Atlântico, a petrolífera adquiriu 49,9 por cento do Banco Millennium Angola, Manuel Vicente descartou qualquer aumento da participação da companhia no capital do BPC. «Não está nos planos de desenvolvimento da Sonangol», declarou Manuel Vicente que, no entanto, não descartou a possibilidade da companhia vir a negociar o preenchimento de cargos directivos no Bcp. Quando confrontado com a ideia recentemente lançada em Portugal segundo a qual, ao adquirir activos relevantes de empresas portuguesas, a companhia não estava interessada em geri-las, Manuel Vicente remeteu os jornalistas para as negociações. «Vamos negociar», disse, definindo, no entanto, a actual prioridade da companhia: «neste momento a Sonangol está a cumprir o seu plano de desenvolvimento e estamos confortáveis» com o desenrolar dos acontecimentos. A resposta de Manuel Vicente deixa pairar a ideia de que tarde ou cedo, a companhia aparecerá a reivindicar postos de

revelo na administração das suas participadas portuguesas, algo que parece aterrorizar certos círculos naquele país.

080317-24

Ene cria pensões complementares

A Empresa Nacional de Electricidade (Ene) acaba de constituir um fundo de pensões para os seus trabalhadores, entregando a sua gestão à AaaPensões, segundo nota desta última companhia na semana que hoje termina entrega à nossa redacção. O Fundo de Pensões dos Trabalhadores da Ene é um veículo de financiamento do plano de pensões dos empregados da empresa, tendo o objectivo de lhes garantir, a eles e seus familiares, protecção financeira na ocorrência de riscos ou contingências como morte ou velhice. A nota da Aaa declara que com a constituição deste fundo, a administração da Ene reconhece, por um lado, a necessidade de proteger os seus trabalhadores contra determinados riscos, garantindo-lhes segurança financeira quando não puderem mais trabalhar, mas, por outro, confirma o valor das pessoas como o principal activo existente na organização. Este fundo financia a implementação de um plano de pensões de «benefício definido contributivo», sendo os participantes e associados os seus financiadores. Nele, está prevista a atribuição de prestações complementares de reforma por velhice e reforma antecipada. A constituição deste fundo foi aprovada por despacho do ministro das Finanças datado do ano em curso e publicado em Diário da República. A seguradora Aaa considera que «ao proteger os seus trabalhadores, a Ene ganha estabilidade, motivação e lealdade». Com este, eleva-se para 18 o número de planos de pensões geridos pela Aaa pensões, de acordo com a companhia.

080317-24

Inquérito do Ine

E o bem-estar?

O Instituto Nacional de Estatística (Ine) lança segunda-feira, 19, um inquérito sobre o bem-estar da população angolana que, depois de iniciado nessa data, estender-se-á por todo o ano seguinte. Trata-se de um inquérito que tem cinco objectivos, nomeadamente, a

extensão a todas as províncias da percepção do Índice de Preços no Consumidor, o conhecimento da estrutura de consumo das famílias, da situação da mulher e da criança, a obtenção de indicadores da saúde, educação e emprego, bem como as características da habitação e do agregado, da água e do saneamento. Indagadas, fontes da instituição afirmaram que a ser credível, o inquérito vai permitir ao país obter uma percepção própria do seu Índice de Desenvolvimento Humano (Idh), uma medida que as organizações internacionais passaram a ter em conta para aferir o estágio de desenvolvimento das economias e dos Estados. Frequentemente, são atribuídas a Angola as piores posições de Idh do Mundo, podendo as autoridades, depois da conclusão desse estudo, passar a fornecer estatísticas mais fiáveis às instituições internacionais que produzem os números mundiais de percepção desse indicador. Mais importantes que isso, acrescentaram as fontes, os resultados do inquérito farão com que as autoridades obtenham uma visão dos problemas que permitirá a adopção das medidas apropriadas a cada situação.

080317-24

Xxx

080503-10

Presente inesperado no Huambo, cenário do primeiro e verdadeiro teste de fogo numa pré-campanha que já vai ao rubro

Mpla obtém banho-de-multidão no terreno do Galo Negro

Severino Carlos
no Huambo

No centro do palanque, o orador principal é um João Lourenço, coordenador-adjunto da campanha do Mpla, quase electrizado pela surpresa, que se dirige à maré de pessoas vestidas de t-shirts vermelhas, amarelas e pretas. Uma multidão a perder-se de vista na Praça Saily Mingas, na cidade do Huambo. Habitualmente de poucas palavras, Lourenço tornar-se-á de tal maneira expansivo que se alongará excessivamente na sua intervenção. Mais de uma hora. Para travar o homem será necessário que o secretário para a informação, Norberto dos Santos «Kwata Kanawa», lhe faça um discreto sinal, como quem diz: «Olhe o tempo, camarada Lourenço, olhe o tempo!». Mas até que isso acontecesse, muito antes, já

o próprio Kwata Kanawa também havia disposto de oportunidade para exteriorizar a sua efusiva satisfação. A dada altura, o câmara-man da Orion vira a objectiva para apanhar a tribuna. Estava nesse processo quando foi abruptamente interrompido por Kwata Kwata que lhe berrou: «Agora não quero que nos filmes. Quero é o povo, o povo!» De facto, acabou por ultrapassar largamente as próprias expectativas dos seus dirigentes, o número de pessoas que o Mpla conseguiu mobilizar para o acto político de massas que realizou na cidade do Huambo, no passado sábado, 26 de Abril. Depois de uma passeata de automóveis e motorizadas que se estendeu por toda a antiga avenida 5 de Outubro, a principal artéria do Huambo, a surpresa maior viria logo a seguir no comício que arrastou para a Praça Saídy Mingas muitos milhares de pessoas. Os números avançados pelas mais diversas fontes são desencontrados. A rádio local falou de mais de 100 mil pessoas, mas são cifras claramente empoladas. Sem rigor científico, mas baseado na constatação de que a população presente daria para encher os dois anéis da Cidadela Desportiva em Luanda, não será heresia alguma dizer que o comício dos «camaradas» no Huambo terá arrastado algo em torno das 50 mil almas. E este é o ponto que para os estrategos da pré-campanha do partido maioritário contará acima de quaisquer outras considerações. Foram 50 mil pessoas mobilizadas para um comício numa cidade e numa região que conformam a tradicional base de apoio do principal partido rival, a Unita. E não é de maneira alguma despiciendo compulsar a história e lembrar que a organização do Galo Negro teve no Huambo um triunfo esmagador (obteve quatro deputados contra apenas um do Mpla), só superado pelo score da província do Bié (cinco contra nenhum do partido maioritário). Por razões estratégicas, e só mesmo por isso, os dirigentes do Mpla negam-se a admiti-lo. Mas esta incursão ao Huambo foi sendo desenhada ao pormenor há já algum tempo. Quando se delineou a ideia dos encontros de massas um pouco por todo o país, já era preocupação central o «ataque» ao planalto central, a começar pelo Huambo. Pensa-se que o acto político organizado em Malanje, província onde o Mpla esteve há umas semanas, terá sido apenas o que se pode ter como um balão de ensaio. O objectivo de fundo seria mesmo o Huambo, que proporciona a sensação de se ter atingido o adversário nas suas próprias entranhas. Depois de tanto terem olhado para o mar de gente que serpenteava na praça, João Lourenço, Kwata Kanawa e companhia ficaram ainda mais surpresos quando souberam

que mesmo depois do comício terminado continuavam a chegar pessoas à praça. Um rio de gente trajando de amarelo, preto e vermelho que ia desaguar no estuário que o Mpla montara na capital do planalto central.

080503-10

Azevedo Kanganje reage às megas doações feitas pelo Mpla no Huambo

«Não é política da Unita distribuir carros e motos para votarem nela»

Não há dúvidas que um dos principais acontecimentos políticos do último fim-de-semana foi o «showmício» realizado pelo Mpla no Huambo. A questão fulcral não é, unicamente, a fabulosa colheita popular lograda pelo coordenador-adjunto da campanha eleitoral do Mpla, João Lourenço, mas também o acto de «generosidade», inédito, que este partido teve ao oferecer 67 viaturas aos seus quadros e órgãos locais da organização. Magnanimidade ou puro exercício de cosmética? A bem-sucedida investida do partido no poder em terras do Rei Ekuikui e Katiavala, que sempre foram tidas como «bastião» do movimento do «Galo Negro», tem suscitado as mais desencontradas explicações. Com uma natural «dor de cotovelo», a Unita olha com desprezo para a surpreende performance obtida pelo adversário. Azevedo Kanganje, secretário para os Assuntos Eleitorais dos «maninhos», desvalorizou aquilo que descreve como «operações de charme», considerando bastião do seu partido todo o território angolano. «Não é missão de um partido andar pelo país a distribuir donativos, mas sim do Estado», disse quando convidado pelo Semanário Angolense para avaliar os «estragos» que o Mpla causou no Huambo

Dani Costa

Nunes Ambriz (fotos)

Semanário Angolense (SA) - A Unita não teme que as incursões que o Mpla está a fazer em certas províncias, que o seu partido tem como bastiões, sejam, já, meio caminho andado para decidir as futuras eleições?

Azevedo Kanganje (AK) - É preciso começar por dizer o seguinte: o bastião da Unita é toda Angola. O partido vê Angola na sua dimensão plural e não tem especificamente uma outra reservada para a Unita. Em segundo lugar, o que está em jogo numa eleição não é o espectáculo, mas sim quem tem capacidade de fazer mudanças significativas, porque o povo está à espera

que se possa resolver a sua situação. Estamos num país em que a população vive com menos de um dólar por dia e ela não está muito atenta aos shows e espectáculos. A população quer é resposta directa de quem é que pode resolver os seus problemas do dia-a-dia. Outro elemento a que se refere deve ser o show que aconteceu no Huambo, no último fim-de-semana. No lugar dos nossos colegas ou concidadãos, se fosse eu a fazer, não seria um show, porque anunciaram primeiro que seria uma homenagem a alguém que faleceu [Valentim Amões] - mesmo sendo do Mpla - e aproveitou-se para fazer um comício. Acho que houve um aproveitamento político de alguém que faleceu, quando os nossos mortos são para serem honrados, mas não num aproveitamento mediático como um comício. SA - Embora o senhor diga que tenha sido um aproveitamento, mas acontecimentos do género não passam despercebidos, nem deixam de ter reflexos no campo político. Sobretudo quando o vosso adversário directo, o Mpla, entregou mais de 60 viaturas, motos e outros bens. E isso aconteceu numa província em que a Unita venceu em 1992... AK - Claro, a Unita conta vencer nos vários círculos, incluindo no Huambo. Eu não acho que a preocupação da nossa população seja a de receber o peixe, porque o que eles querem é saber pescar. Pode-se enviar a quantidade de meios que quiserem para o Huambo, isso vai resolver o problema da população desta província? Não resolve. Podem fazer doações de vários tipos, isso pode é minimizar durante alguns dias algum sofrimento, mas não resolve o problema. Quais são as pessoas que receberam aqueles meios? Mas, falemos daquilo que se passou no Huambo. As pessoas foram chamadas para uma cerimónia de homenagem e não para o convívio de um partido político. Há bens que foram entregues à população, mas não acho que eles possam influenciar o povo a votar num determinado partido político. Também não política da Unita entregar bens à população para votarem no nosso partido. Não é e não será a nossa política. A nossa política é explicar aos angolanos, nossos irmãos, o que é que pretendemos fazer, qual é o nosso programa e o que é que pretendemos mudar. Isso para que dias depois das eleições eles possam saber que houve mudanças significativas nas suas vidas. Nós não vamos comprar o nosso voto, mas sim explicar o que desejamos. Portanto, não vamos utilizar o mesmo tipo de estratégias ou tácticas que estão a ser levadas a cabo, com grandes festejos, porque achamos que a política é muito séria e temos que encontrar soluções imediatas, pois a população angolana tem muitas dificuldades. Por isso,

estamos a levar a nossa mensagem a todos os cidadãos, de porta a porta, para que compreendam e saibam o que estamos a fazer para o futuro. SA - Quer com isso dizer que a Unita descarta completamente a utilização dos mesmos métodos usados pelo seu principal adversário? AK - Completamente. A Unita não vai comprar os votos do cidadão. Vamos pedir para que votem em nós por causa do nosso programa. Está excluído qualquer tipo de aliciamento dos cidadãos, porque, em princípio, não é este o papel dos partidos políticos. Enquanto partido político, temos como filosofia ou princípio político lutar contra todo o tipo de aliciamento e de corrupção. Esse é um dos combates que a Unita tem em frente, além de outros como a luta contra a pobreza, porque a nossa população tem de deixar de viver de maneira miserável e poder ter as melhores perspectivas. Repare que as nossas crianças nascem já com menos de um dólar por dia, não têm leite nem uma perspectiva. Isso significa que é uma criança que está a ser mutilada desde a infância, razão pela qual estamos a encarar o desafio do próximo pleito eleitoral como uma questão muito séria. SA - Se tivesse recursos financeiros iguais ou superiores aos do Mpla a Unita não actuaria da mesma forma nesta fase de pré-campanha? AK - Os partidos políticos não podem ser chamados de ricos ou pobres. Eles valem pelo número dos seus militantes, porque os partidos políticos dependem das quotas pagas por estes. É verdade que os partidos políticos têm um financiamento do Estado, em função do número de assentos que cada um tem na Assembleia Nacional. A Unita, por exemplo, teve um financiamento em função dos assentos que teve e o Mpla tem muito mais assentos e, naturalmente, tem muito mais dinheiro que a Unita. Mas nós pensamos que o papel dos partidos políticos não é andar por aí a doar este ou aquele bem. Ele briga por uma eleição e, quando atingir este desiderato, vai efectivamente cumprir aquilo que andou a prometer. A administração do Estado é que tem o dever de resolver as questões materiais dos cidadãos e não os partidos políticos. Não é sua vocação nem consta na própria lei dos partidos políticos. Pelo contrário, achamos nós que o cidadão é que deve apoiar o partido político para que a sua ideia seja defendida numa administração formada por este partido. Significa que não deve ser o partido político a financiar o indivíduo, mas estes a financiarem para que as suas ideias possam vingar. É esse o consenso que temos no nosso partido e não vamos de maneira alguma optar pela fórmula que os outros estão a adoptar. Isso cabe a eles. SA - Usando

supostamente meios de aliciamento ou não, o certo é que o Mpla parece estar a ganhar vantagem em relação à Unita. Não acha que existe uma grande apatia no seio do vosso partido? AK - De maneira alguma! Continuamos a fazer o nosso trabalho e naturalmente que as técnicas e estratégias são diferentes. Como disse inicialmente e repito: o que está em causa não são os festejos nem os shows, mas sim quem tem capacidade para mudar o actual estado em que se encontra o nosso país. Por isso, o que estamos a fazer é lançar essas mensagens e informar os nossos concidadãos sobre aquilo que pretendemos fazer. Vamos fazer isso de maneira faseada. Já apresentamos várias propostas à Nação. Daqui em diante vamos estabelecer novas etapas e naturalmente o estilo da pré-campanha será diferente porque somos partidos diferentes. Não vamos agir da mesma maneira, mas temos encontros com a nossa população, tanto em debates, conferências como em comícios. Temos realizado comícios e vamos continuar para transmitir à população essa informação de esperança e de que haverá dias melhores. Queremos construir um país melhor, onde os angolanos se sintam bem para viver. Os vários índices existentes não são encorajadores para nós e a nossa população, independentemente de estarmos numa fase de reconstrução, não sente melhorias na sua vida. Naturalmente que vê estradas a serem reabilitadas ou prédios a serem construídos, mas não há reflexo nas suas vidas. Achamos que todo o desenvolvimento deve estar à volta do cidadão, que é o homem, e se não estivermos à volta dele não poderemos naturalmente desenvolver o nosso país ou com este homem. SA - Onde poderá estar a diferença entre aquilo que o Mpla está a fazer e aquilo que a Unita poderá realizar? AK - Acho que serão vários estilos. Naturalmente, não sei qual é a estratégia do Mpla e não vou falar. Nós temos a responsabilidade de mudar a situação. O presidente da Unita já disse que o partido gostaria de congrega os angolanos todos à volta de uma União para a Mudança e que as pessoas tivessem consciência que é necessário mudar. Angola precisa de uma alternância e é mais ou menos neste estilo que se vai reflectir a nossa maneira de explicar aos angolanos. Vamos com todos, sem exclusão, e queremos uma plataforma em que todo o angolano possa participar, incluindo a elaboração do nosso programa. Contamos com a colaboração dos vários grupos da sociedade civil para que haja uma co-participação na elaboração deste documento. Gostaríamos que fosse uma tarefa global e inclusiva, para que as pessoas pudessem participar, não só por se tratar de um

partido político, mas que cada um de nós se sentisse co-responsabilizado nesta tarefa. SA - Acredita que a Unita, concorrendo individualmente, conseguirá os mesmos resultados das eleições de 1992? AK - Muito mais. A Unita vai para essas eleições para ganhar. Naturalmente, como todo o concorrente, estamos prontos para os dois cenários, mas a situação em Angola atingiu um certo nível. Neste momento o país bateu no fundo e pior do que isso os angolanos já não terão. O país não poderá conhecer piores dias do que esses que nós vivemos. Se temos 70 por cento das pessoas a viverem com menos de um dólar por dia, pior do que isso seria a bancarrota, mas não. Ora, os angolanos ao votarem no partido que está no poder, no dia seguinte vão conhecer exactamente a mesma situação. Agora, ao votarem na Unita, têm duas hipóteses: ou continuam a viver na mesma situação ou melhoram. Há aqui uma possibilidade. Nós vamos com duas hipóteses e os outros vão com uma apenas. Para nós, sabemos o que pretendemos fazer, e a melhor hipótese é sairmos da situação em que o país se encontra. Agora, para os cépticos, podem ter a possibilidade de escolha, mas os outros sabem que, no dia a seguir ao acto eleitoral, medidas serão tomadas a favor dos angolanos. O nosso slogan é mesmo isso: «O angolano em primeiro lugar e o angolano no centro do problema». Queremos a inclusão da gestão da coisa pública pelo cidadão. Ele tem de se sentir partícipe deste processo. Ele tem o centro de todas as atenções da política, por isso ele deve ser o autor directo deste desenvolvimento. SA - Repito-lhe a pergunta inicial: a Unita não está preocupada com as incursões do Mpla naqueles que eram considerados como seus bastiões inexpugnáveis? AK - Nem pensar. Não estamos preocupados porque o poder desgasta. Neste momento o Mpla vai com muito desgaste de poder. É muito difícil, depois do tempo todo que estão no poder, explicar como é que irão resolver os problemas da população em quatro anos, coisa que em 30 não foram capazes de fazer. Podemos dizer que houve um período de guerra, mas estamos em seis anos de paz e não acredito que façam em quatro anos aquilo que não fizeram em 30. A próxima legislatura são quatro anos e temos de nos habituar que depois deste tempo teremos eleições, elas têm de ser periódicas e regulares. Não há mais em nenhum país partido que pense que vai ficar 30 anos no poder. Já não existe isso. Temos de ler os sinais dos tempos. Há sinais muito claros de que os povos se cansam e eles sabem o que pretendem. Por isso, não há nenhum partido

político que pense em perpetuar-se mais tempo no poder. Isso é impensável.

080503-10

Um calmante (?) para o «nervoso miudinho» de muita gente

Lista do Mpla para as eleições não será discutida na conferência

Severino Carlos

Com as eleições às portas já se sente uma vaga de interesse em torno das listas que os partidos sujeitarão ao escrutínio dos eleitores. No partido no poder, essa onda é mais evidente, pairando um «nervoso miudinho em muita gente». Neste momento, grande parte das atenções estão viradas para eventuais novidades que a conferência dos «camaradas», a ter lugar este mês de Maio, possa trazer a esse nível. Na pista deste assunto, o Semanário Angolense soube que, maugrado a movimentação de bastidores que por essas alturas é muito natural que aconteça, a questão das listas não estará, para já, no centro da agenda de assuntos em discussão na conferência. Dois dirigentes do Mpla disseram ao nosso jornal que a conferência tratará, fulcralmente, de discutir a estratégia para as eleições e o programa de governo a ser submetido à sociedade. Todavia, um desses dirigentes do maioritário, que falaram ao SA sob anonimato, admitiu que a questão da lista possa vir a ser aflorada no decurso da conferência: «não tanto na perspectiva de quem fica, quem entra ou quem sai - pois isso é secundário - mas essencialmente para balizar os critérios por que se regerá a elaboração da lista e os objectivos a serem perseguidos.» «A lista será feita em função daquilo que for determinado no programa de governo. Logo, os nomes virão depois. Antes, é essencial que se planifique a estratégia eleitoral e se definam as metas de governação, aquilo que queremos que seja o país, e só então escolhermos os nomes em articulação com tais objectivos», elucidou. Seja como for, este assunto terá mesmo de vir ao cimo logo após a conferência. Estando a pouco mais de quatro meses do sufrágio, o tempo começa a escassear. De acordo com o que a lei estabelece, as listas dos partidos que concorrerão às eleições terão de dar entrada nos órgãos institucionais apropriados, Comissão Nacional Eleitoral e Tribunal Supremo, até 60 dias antes do acto eleitoral.

080503-10

Paulino Silva com um pé lá

São muitos os militantes de geração recente que o Mpla está a cogitar incluir na lista com que se apresentará às próximas eleições. O diplomata e jurista Paulino da Silva já parece estar com um pé lá. Pelo menos, é delegado à próxima conferência. Paulino da Silva integra um restrito naipe de jovens diplomatas angolanos com visão científica das relações internacionais e do papel e lugar de Angola no concerto das nações. São poucos os que conseguem pôr estas ideias no papel. E Silva já tem obra publicada que está a servir de material de consulta e investigação muito útil para os estudiosos da nascente academia angolana de relações internacionais. É com militantes como estes que o Mpla estará a contar para os próximos desafios de injectar sangue novo tanto na Assembleia Nacional quanto no Governo. O maioritário também se guia por igual princípio ao abrir a sua conferência a outsiders: elementos que não sendo militantes do partido poderão participar e contribuir com as suas idéias para enriquecer o debate, o que será sobretudo relativamente às questões atinentes à elaboração do programa de governo.

080503-10

Da actual bancada parlamentar

Meio mundo poderá voar

Quer a problemática das listas venha a ser discutida já na próxima conferência do Mpla quer não, a corrente dominante no interior do partido propaga que a renovação seja a mais profunda possível, havendo mesmo quem defenda, por exemplo, que metade da sua bancada parlamentar seja removida. Contudo, para uma fonte da direcção do Mpla, o que está em causa não é uma questão meramente percentual. «É desejável que a renovação seja o mais abrangente possível, tendo como princípio a introdução de elementos que garantam maior qualidade técnica ao grupo parlamentar. No entanto, se a renovação será exactamente a 50 ou 40 por cento, isso já dependerá de outros factores.» Segundo explica, na pole position deverão estar, por exemplo, figuras do partido cujo saber e competência técnica os coloque também em posição destacada para integrar o Governo. «A maior parte destes "ministeriáveis" serão chamados a assumir funções governativas. As suas vagas no Parlamento serão preenchidas por outros camaradas. É essa dupla posição de muitos que leva a que seja

relativo considerar que a renovação da lista será a cinquenta, cinquenta e cinco ou a quarenta por cento.» «Uma coisa, porém, é certa», assegura a nossa fonte: «A elaboração da lista obedecerá agora mais do que nunca ao critério da competência técnica. O Mpla quer melhorar substancialmente a qualidade do debate parlamentar e da função legislativa da Assembleia Nacional». Certo também, de acordo com a mesma fonte, é que o grosso dos elementos a serem removidos da lista do Mpla serão os que ao longo do mandato que está prestes a terminar tiveram performances muito fracas. «Seja como for, haverá vagas abertas por deputados que atingiram o limite da idade.»

080503-10

Convocação das eleições depende da CNE

O Presidente José Eduardo dos Santos afirmou nesta segunda-feira que a convocação das eleições legislativas depende do Relatório da Comissão Nacional Eleitoral que confirme a realização do registo eleitoral em conformidade com as normas legais e garanta que está em condições de organizar a votação no período de Maio a Setembro de 2008. Dos Santos garantiu que convocará as eleições e fixar a data para a sua realização logo que receba o referido documento, nos termos da lei. José Eduardo dos Santos discursava na cerimónia de abertura da 25ª reunião do Conselho da República. Ele afirmou que o «Governo cumpriu praticamente o seu papel essencial no processo eleitoral», atirando a bola para a CNE. «Cabe agora a Comissão Nacional Eleitoral conduzir todos os seus serviços e quadros para a concretização das tarefas que restam, tais como definir os locais onde os eleitores vão votar, organizar as mesas de voto, confeccionar os boletins de voto e as urnas para a sua arrecadação, organizar o transporte das urnas, o escrutínio, o sistema de segurança e o sistema de apoio logístico ao processo de votação», disse. O Chefe de Estado reconheceu que esta tarefa é uma «operação complexa e grandiosa», manifestando a disponibilidade do Governo e das Forças Armadas Angolanas em apoiar a CNE no que for necessário. Segundo o Chefe de Estado, a Assembleia Nacional está a apreciar os últimos diplomas legais que irão orientar o comportamento de todos durante a campanha eleitoral. «Os partidos políticos, como é evidente, cuidam agora da sua organização e preparação para a disputa eleitoral que se aproxima», disse. O Conselho da República é o órgão de consulta do

Presidente da República. Integram o órgão o presidente da Assembleia Nacional, o Primeiro-Ministro, presidente do Tribunal Constitucional, procurador geral da República, presidentes dos partidos políticos representados na Assembleia Nacional e por dez cidadãos designados pelo Presidente da República.

080503-10

Em negociações desde Setembro

Os governos da Guiné Bissau e de Angola assinaram em Setembro do ano passado um acordo para a criação de uma sociedade anónima de capitais comuns. Nos termos desse acordo, a Bauxite Angola pagaria ao governo de Bissau 13 milhões de dólares vencido o prazo para os investimentos. Esta importância constituiria aquilo que o governo da Guiné-Bissau chamou de carta de garantia. A sociedade seria participada por três accionistas, nomeadamente uma empresa pública guineense, com 10% das acções, uma outra angolana, com 20%, e a Bauxite Angola, uma empresa privada angolana que deteria os remanescentes 70%. O Semanário Angolense soube de boa fonte que embora as autoridades governamentais tivessem concordado em «adiantar» os 13 milhões de dólares, na premissa de que a estrutura accionista se manteria intacta, a verdade é que o acordo assinado prevê um formato diferente. O acordo assinado esta terça-feira, pelo menos o que foi mostrado ao publico, não faz menção ao período para exploração da concessão, nem do quanto, se alguma coisa custará ao governo de Bissau.

Urânio também pode sair

O encargo de 320 milhões de dólares assumido pela Bauxite Angola diante das autoridades de Bissau é significativo, mas os ganhos resultantes desta «intervenção» são altamente promissores. Os estudos geológicos feitos pela antiga União Soviética, em 1979, para o que esperavam ser uma extensão das explorações que faziam na Guiné-Conacry desde 1962, revelaram também indícios da existência de urânio. Segundo apurou o Semanário Angolense a Bauxite Angola também se mostrou interessada em explorar este famoso minério. Do «approach» da Bauxite Angola resultou apenas a disponibilidade de ambas as partes voltarem a discutir a questão.

xxx

080426-0503

Opções futuristas do tipo não são a solução para os transportes

Afinal, ministro «Bardão» travou o faraónico e megalómano MetroLua

...Mas o projecto de construção de uma rede de metropolitano em Luanda reacende por via da pressão de um lobby português.

As ondas de choque da demissão de André Luís Brandão do cargo de ministro dos Transportes ainda não se dissiparam. A sociedade continua a fazer as contas às «baldas» de um consulado manifestamente ruim, a ponto de num dos subúrbios de Luanda, alguém muito espirituoso ter pichado uma parede com uma frase que traduz muito bem como a imagem do ex-governante havia batido completamente no fundo: «Tiraram o ministro bardão» - lê-se num grafitti. Não obstante toda a sorte de falhas clamorosas cometidas por André Brandão, num aspecto do seu consulado a sociedade terá de fazer-lhe justiça. Segundo soube o Semanário Angolense, junto de fontes que conhecem o dossier, André Brandão vetou afinal o «MetroLua», designação dada a um projecto de construção de uma rede de metro de superfície na cidade de Luanda. O referido projecto - este mesmo noticiado há uma semana pelo Novo Jornal - foi proposto em 2006 por um consórcio de bancos e empreiteiros portugueses, em que se incluem o Millennium Bcp e a Caixa Geral de Depósitos, bem como as construtoras Opca e Teixeira Duarte. Apesar da sua conhecida propensão para dar guarida a projectos faraónicos e megalómanos, André Brandão recebeu a proposta lusa, mas engavetou-a simplesmente até à data em que foi exonerado, não embarcando assim naquilo que lhe pareceu, segundo disseram as fontes do SA, «um projecto aventureiro e de difícil exequibilidade no curto prazo». De acordo com a proposta apresentada, o MetroLua, que comportaria cinco linhas, é um empreendimento para ser executado no prazo máximo de três anos, podendo, segundo afiançam os promotores, as suas primeiras composições começarem a rolar já em dois anos e meio. Não tendo André Brandão anuído à proposta, a sua saída do cargo de ministro dos Transportes foi vista, entretanto, como uma oportunidade para o consórcio português voltar à carga, por via de exercícios de lobby e publicidade que visam influenciar a aceitação do projecto pelas autoridades angolanas, a começar pelo novo titular da pasta, Augusto da Silva Tomás, que tem agora a missão de o apreciar. A avaliar pela personalidade parcimoniosa do novo ministro (maior do que a do seu antecessor), as

fontes deste jornal estão persuadidas de que ele dificilmente tomaria posição favorável ao empreendimento. E acredita-se também que, apesar de fugaz, a sua passagem pela Secretaria de Estado para o Sector Empresarial Público teve virtudes como a de reforçar essa parcimónia. Se isso não bastar, deve crescer-se que Augusto Tomás acaba de encetar o seu relançamento na governação após longa travessia no deserto, facto que o inibe de falhar. Em todo o caso, uma eventual assinatura de um protocolo de intenção do Governo com a parte portuguesa não dependeria, exclusivamente, da anuência do ministro dos Transportes. É uma matéria que teria de ser depois minuciosamente escrutinada pelo Conselho de Ministros. Espera-se assim que Augusto Tomás, empossado no cargo com a estrita missão de juntar os cacos deixados por André Brandão, não caia na tentação de querer dar saltos maiores do que as pernas lhe permitem. Os desafios imediatos com que se confrontam os transportes nacionais não passam pela implementação de projectos futuristas (mas na prática megalómanos) para os quais o país ainda não possui as premissas necessárias.

080426-0503

No estágio actual

Razões que desaconselham a construção de um metro

Apesar de ser desejável que a capital do país possa, rapidamente, dar um pulo de modernidade no seu sistema de transporte - permitindo que os seus habitantes disponham de um utilitário, rápido e seguro meio de deslocação como seria uma rede de Metropolitano - a verdade é que existem fundadas razões para considerar que o projecto não teria pernas para andar. «Nas circunstâncias e constrangimentos com que Luanda actualmente se confronta, um empreendimento como esse, em vez de melhorar, poderia complicar ainda mais a vida de todos: Governo e cidadãos», largou um técnico do sector a quem o Semanário Angolense pediu para fazer uma avaliação dos prós e contras que uma medida como essa encerra. Mesmo ancorado num mega-consórcio de capitais lusos, juntando vários bancos e empreiteiros lusos que seriam os promotores da iniciativa apresentada como sendo a priori livre de custos para o Estado angolano, o MetroLua tem no caos urbanístico que é hoje a capital angolana gigantescos constrangimentos que o tornam inexequível nos prazos curtíssimos em que se diz que ele virá a ser empreendido. De facto e ao que tudo indica, nos próximos três anos, Luanda

continuará a ser uma cidade atulhada de obras como as que têm vindo a ser empreendidas actualmente e que já de si têm acarretado toda a sorte de constrangimentos que infernizam a vida dos seus habitantes. Estão neste momento em curso escavações de toda a ordem que visam alargar as ruas e estradas, reabilitar os sistemas de saneamento e ambiente, condutas de água, redes de electricidade, comunicações telefónicas, instalações televisivas, etc., de tal maneira que não se está a ver onde é que se vai cavar mais para se instalar as vias por onde circulariam as composições do metropolitano. É que mesmo estando a falar-se de um metro de superfície, haveria sempre que se proceder a escavações em vários pontos, algo que já se está a verificar com os actuais alargamentos de vias. Assim sendo, se mesmo a destempo as autoridades nacionais se sentissem tentadas a avançar já com um empreendimento como esse, persuadidas de que poderiam fazer um «vistão» diante do eleitorado de Luanda, não há dúvidas que o caos actual cresceria para dimensões exponenciais. Muito provavelmente, o resultado seria não se conseguir fazer nada e aí, sim, os habitantes da capital conheceriam o que é de facto um atraso de vida. Ninguém em sã consciência acredita que em três anos seja possível edificar em Luanda uma rede de metropolitano como a que está a ser proposta, com cinco linhas que partem de diversos extremos da cidade, quando há quase uma década que não se consegue repor uma infra-estrutura de dimensão bem menor como é a linha férrea que vai do Bungo a Viana. Sem necessitar de partir nada do que já está feito nem indemnizar ninguém, temos todos estado a ver a barracada em que se constituíram as obras em curso na baía de Luanda, cuja relação custos-benefícios volta a ser questionada pelos opositores do projecto. A derrapagem dos prazos já está à vista. Um projecto de engenharia dessa magnitude implicaria o que muito se tem vindo a reclamar: um Plano Director para toda a região de Luanda. Só este instrumento permitiria estabelecer com exactidão o número de linhas que a futura rede de metropolitano comportará, bem como definir aspectos complementares como o traçado e sua localização óptima. Não sendo assim, estaríamos numa situação como a que um engenheiro, contactado por este jornal para avaliar os prós e contras do projecto MetroLua, enunciou da seguinte forma: «Quando um consórcio empresarial estrangeiro já se permite determinar, sem realizar estudos prévios, como e de onde partirão as linhas de uma futura rede de metropolitano para Luanda,

provavelmente estaremos diante de alguém que nos quer vender a banha da cobra.»

080426-0503
080426-0503
080426-0503
080426-0503

xxxx

080420 Índia faz propostas tentadoras

Um bilhão de dólares para entrar no offshore

Depois de ter perdido para a China, por largas centenas de milhões de dólares, o bloco 18, a Índia prepara-se agora para entrar no offshore angolano. Uma fonte do sector petrolífero disse ao Semanário Angolense que a estatal indiana ONGC Videsh, abreviadamente OVL, fez uma oferta de 1 bilhão de dólares para exploração de três blocos offshore. A consumar-se o negócio, a OVL terá como parceiros a Sinopec, da China, e a SONANGOL, actuais accionistas dos referidos blocos. O acordo inicial teria sido estabelecido durante consultas que Desidério da Costa, ministro dos Petróleos, manteve recentemente em Nova Deli com o ministro indiano do Comércio, Jairam Ramesh. Observadores em Luanda recordam que há 3 anos, os indianos tinham praticamente assegurado o bloco 18, pois o governo de Angola, na pessoa de Desidério Costa, teria dado o acordo para que a Shell, então em retirada, vendesse a sua parte aos indianos. «O que se viu depois é que os chineses bateram mais e os indianos foram preteridos». Desta vez, observam outras fontes, as circunstâncias são diferentes na medida em que o comércio de petróleo entre Luanda e Pequim arrefeceu de tal maneira que há um ano a SONANGOL decidiu pôr fim às negociações com a Sinopec relativas à construção de uma refinaria no Lobito, calculada então em 3.7 biliões de dólares. Depois disso as autoridades angolanas ofereceram 30 por cento da refinaria aos indianos. Embora não tivessem, depois, recebido qualquer sinal adicional das autoridades angolanas, os indianos nunca deixaram arrefecer o assunto. De acordo com fonte diplomática angolana a questão voltou a ser abordada durante a visita que a vice-ministra das Relações Exteriores, Irene Neto, efectuou recentemente à Índia. Desta visita ficou acordado o estabelecimento de uma comissão mista,

cuja primeira reunião deverá ter lugar em Outubro próximo na capital angolana. Antes disso, Angola deverá receber a visita de Jairam Ramesh, à testa de uma missão governamental que visitará Angola e Namíbia, país onde o seu governo também procura matéria-prima para a sua «insaciável» indústria. Luanda e Nova Deli têm em vista igualmente consultas sobre a construção de uma central de energia a ser erguida pela Bharat Heavy Electricals Ltd. Segundo o que apurou o Semanário Angolense, os indianos trazem um caderno de ofertas que inclui a construção de um centro de estudos sobre petróleo, a entrada em Angola das viaturas comerciais Tata Nano, e participações em projectos de exploração mineira. A companhia indiana Rites lidera o projecto de reparação de 60 quilómetros dos Caminhos de Ferro de Moçâmedes, orçado em 40 milhões de dólares.

Sa080420 Gmx nega ter sido oficialmente notificado sobre o assunto

Empresário Mello Xavier expropriado em São Tomé?

Sousa Neto

O Grupo Mello Xavier (Gmx) teve recentemente uma propriedade expropriada em São Tomé e Príncipe numa decisão tomada pelo Conselho de Ministros daquele país, de acordo com informações veiculadas pela imprensa local entretanto não confirmadas pela administração do grupo em Luanda. Trata-se de um Clube Náutico localizado na ilha de São Tomé, a capital do arquipélago, vendido a Mello Xavier, o presidente do Grupo, ao preço de 80 mil dólares, numa operação em que o empresário angolano tomou a dianteira sobre um grupo francês que tinha, antecipadamente, manifestado interesse pelo espaço. Segundo uma publicação local, os 80 mil dólares foram entregues pelo empresário num saco à então ministra do Planeamento e Finanças daquele país, Maria dos Santos Torres, no acto de lançamento da primeira pedra para a edificação do Clube Náutico, onde, na presença do presidente Fradique da Menezes, o empresário angolano prometeu transformar o local num ponto de atracção turística. A fonte afirma que, depois disso, nada mais aconteceu, algo que terá levado ao anterior executivo a lançar «vários ultimatos»: o antigo ministro são-tomense das Obras Públicas, Delfim Neves, lançou um ultimato ao grupo angolano para que desse início às obras prometidas. Caso contrário, os 80 mil dólares seriam devolvidos e o empreendimento tomado. Mas apesar das críticas com que alguns sectores políticos daquele país receberam a atitude do então

ministro, o grupo angolano reagiu colocando chapas de zinco ao redor da infra-estrutura, assim como uma placa anunciando o arranque das obras, estava-se no ano 2006. O projecto para o clube, de acordo com o que foi naquela noite anunciado por Mello Xavier, incluía a edificação de uma marina para dar apoio às embarcações de pesca desportiva que competissem no mar do arquipélago. Outras coisas davam a indicação de que aquele seria um dos principais pólos turísticos da ilha. Naquilo que até agora parece o desfecho deste episódio, a caminho de duas semanas, o Governo são-tomense reunido em conselho de ministros sob a presidência do Primeiro-Ministro, Patrice Trovoada, decidiu aprovar um decreto que expropria o Clube Náutico. A Ministra da Educação que é porta-voz do Governo, não detalhou as modalidades da expropriação. Contactado pelo Semanário Angolense, Jorge Oliveira, administrador do Gmx, declarou ter cancelado, a coisa de uma semana, uma deslocação ao arquipélago para se inteirar da situação, mercê da ausência de Mello Xavier de Luanda. No entanto, disse Jorge Oliveira, até ao meio da semana que hoje termina, as autoridades são-tomenses não haviam notificado o grupo angolano de nenhuma decisão relativa à expropriação de que aqui se fala. Jorge Oliveira, que anunciou, para a semana que amanhã inicia, uma provável conferência de imprensa de Mello Xavier sobre o assunto, deu a entender que o grupo não vê com bons olhos uma expropriação seguida da devolução do dinheiro da compra. «Estas coisas não são assim: já incorremos em custos», disse, referindo-se, provavelmente, à vedação do recinto. Além disso, notou que o terreno em que está alojado o empreendimento, teria problemas legais. Além do Clube Náutico, o Grupo Mello Xavier possui em São Tomé e Príncipe uma fábrica de cerveja, a Cervejeira Rosema, que produz 50 litros anuais de uma cerveja chamada Crioula, no qual, nuns 12 anos, o grupo já investiu somas situadas entre os cinco e os seis milhões de dólares. O Gmx habilitou-se a essa cervejeira no quadro de um concurso público internacional promovido em São Tomé e Príncipe com o apoio do Banco Mundial.

SA 080420 **O exonerado ministro dos Transportes**
Requiem a Ho Chi Min
Severino Carlos

Nunca a exoneração de um ministro - pelo menos nos últimos tempos - foi recebida com tanta satisfação,

ruidosa mesmo, pela generalidade dos cidadãos como acontece agora com a defecção do homem que foi um dos mais antigos membros do Governo de Angola, André Luís Brandão, afastado do cargo de ministro dos Transportes no dia 11 de Abril por despacho presidencial. Numa profusão de Sms que os cidadãos disseminaram entre si, o Semanário Angolense reteve uma mensagem paradigmática do estado de espírito das pessoas: «Uf! Finalmente, Brandão viu a porta dos fundos a abrir-se.» André Luís Brandão acabou mesmo por sair pela porta pequena, quando teve inúmeras oportunidades para evitar a humilhação a que agora foi sujeito. Sair hirto e firme, ou seja, conduzindo-se pelo próprio pé e, acima de tudo, salvaguardar a dignidade. Há muitos anos que estavam reunidas as condições para que Brandão pusesse o seu lugar à disposição do Presidente da República. Longe de sugerir que lhe faltasse a tal pitada de dignidade que teria permitido que se auto-afastasse, a verdade é que ele não deu esse passo, por razões que só o próprio saberá, mas que a opinião pública não tem outro remédio senão interpretar como um caso de apego ao poder, uma verdadeira endemia entre os governantes angolanos. Quando, na segunda metade dos anos noventa do século XX, o espaço aéreo angolano virou uma espécie de cemitério para os aviões russos do tipo Antonov, com acidentes que causaram elevados prejuízos materiais, mas cujo saldo em perdas humanas será sempre o aspecto mais odioso da questão, já então se esperava que André Brandão saísse por iniciativa própria sem necessitar que o empurrassem pela borda fora. É o que teria feito qualquer ministro, mesmo que fosse do último país do primeiro mundo, mas onde impere o princípio político-administrativo de que só a autoridade se delega e nunca a responsabilidade. Foi o procedimento adoptado por Jorge Coelho, então ministro das Obras Públicas em Portugal, um país que os governantes angolanos geralmente gostam de copiar, quando sob sua tutela uma ponte ruiu algures naquele país. Confrontado com o desabamento da ponte, com menos vítimas mortais do que as provocadas, por exemplo, pelo despenhamento de um Antonov no Cazenga, um subúrbio da capital angolana, o governante português não fez mais do que apresentar ao primeiro-ministro (na altura, António Guterres) a sua demissão. De têmpera menos grandiosa, pelos vistos, o governante angolano preferiu sacudir a água do capote, mesmo quando os desastres aéreos se foram multiplicando e os prejuízos materiais e humanos atingiram cifras inadmissíveis. Brandão manteve-se no posto, confortando-se com a constatação mais ou menos geral de

que o descalabro era resultado de uma situação conjuntural em que o sector aéreo passara a ser a única escapatória diante da quase inviabilidade dos transportes terrestres. O ministro perdia a oportunidade de inaugurar, entre os governantes angolanos, uma cultura de assunção de responsabilidades. E com isso deixou escapar também a possibilidade da história vir a ser benévola no julgamento do seu consulado como ministro dos Transportes, mensurando então nas devidas proporções a fronteira entre as responsabilidades do governante e aquilo que tinha de ser assacado como problemas de uma conjuntura difícil. As notícias que vêm de Portugal, nos últimos dias, indicam que o acima aludido Jorge Coelho está já a colher bons frutos em resultado do comportamento sensato e avisado que teve com a sua auto-demissão do cargo de ministro das Obras Públicas. Rapidamente recomposto, o antigo governante luso não só resgatou o seu prestígio pessoal e competência técnica, como tem visto a sua cotação subir entre as personalidades disponíveis para assumir funções governamentais e de administração de empresas públicas, detidas ou participadas pelo Estado português. Tivesse André Brandão procedido de igual modo e teria evitado expor-se à imagem do saco de pancada predilecto que passou a ser nos órgãos de comunicação social privados do país. Mas um mal nunca vem só. Como os problemas dos transportes em Angola não se resumem, afinal, ao sector aéreo, outros sobrevieram logo depois de passar a vaga aziaga de desastres aéreos, aqueles sim capazes de pôr à prova os mais experimentados gestores públicos. Finda a era de conflito armado, mesmo tendo rareado significativamente a queda de aeronaves, novos desafios passaram a figurar na ordem do dia do país no que aos transportes diz respeito, reclamando cada vez mais por uma gestão em conformidade com padrões de modernidade e desenvolvimento. Entrava-se numa etapa mais propícia à exploração do perfil tecnocrático do ministro quando comparado com a sua faceta política. Mau agouro ou apenas um problema de atitude e comportamento, certo é que Brandão jamais conseguiu livrar-se do passivo que trazia da era anterior. Apesar da nova etapa se adequar como uma luva à sua condição de economista especializado em transportes, o ministro mostrou-se um «desadaptado» diante dos novos desafios colocados ao sector. Quando sobrevieram outros problemas que não já a queda de aviões, Brandão nunca os enfrentou na perspectiva estritamente técnica que se impunha. Procurou sempre apará-los pela via do expediente

político - das relações públicas, melhor dizendo -, o que não revelou ser a solução para sair do atoleiro em que se encontrava. Brandão calculou mal, ou pensou que seria eterno, o cheque em branco que gozava do Chefe do Governo. Um paradigma desse comportamento foi precisamente o conflito com a União Europeia. Ao invés de tomar simplesmente as medidas técnicas que se impunham depois da interdição decretada aos aviões da companhia nacional de bandeira, Taag, o ministro arrastou o Governo para um desnecessário corpo-a-corpo, com um comunicado musculado prometendo retaliações que não vinham ao caso. A sequência desse folhetim, que dura até hoje, abriu definitivamente o buraco por onde aos poucos o ministro se foi enterrando. Imolou-se por completo e não saiu do crivo dos jornalistas, os quais, no papel de intérpretes da insatisfação mais do que evidente dos cidadãos para com as más performances do ministro, redobraram-se em exigências para a sua exoneração pelo Presidente da República. Algo que, finalmente, se consumou. Para todos os efeitos, mesmo depois de apeado, André Brandão devia ter tido uma derradeira oportunidade para explicar a sua aparatosa derrapagem. É no seu consulado que a Angonave foi ao fundo; o transporte de cabotagem (alguém viu por aí a Cabotang?) praticamente desapareceu; a Secil Marítima está a ser depredada; o Estado demitiu-se dos transportes rodoviários intermunicipais (e da Etim também se recordam?); e a Tcul está pior que a sua predecessora Etp. Enfim, uma data de derrapagens que as autoridades de um país a sério não deixam passar em branco. Não se trata de policiar ninguém. Mas de procurar, simplesmente, obter a verdade por meio de um inventário. Haverá por aí uma instância apropriada em que o demitido ministro devia explicar-se e, se calhar até, chegarmos à conclusão que o homem terá sido vítima das circunstâncias. O que conta mesmo é sabermos o que verdadeiramente se passou: escassez de verbas? Malversação? O que se passou, de facto?

SA 080420 Eleições autárquicas só depois das presidenciais, diz CR

As autarquias locais devem ser implementadas de modo gradual, depois das eleições presidenciais, recomendou esta segunda-feira o Conselho da República, órgão de consulta do Chefe de Estado. A possibilidade de realização de eleições autárquicas no país foi um dos pontos abordados na reunião realizada no Palácio Presidencial. Na análise da questão, o órgão de

consulta do PR analisou o Memorando sobre os princípios jurídico-políticos para a institucionalização das autarquias locais no país, tendo aprovado os princípios constantes do referido documento. Quanto a convocação das eleições, o órgão recomendou à Comissão Nacional Eleitoral a enviar o mais rápido possível o seu relatório para que o Presidente da República convoque as eleições, definindo a data da sua realização no próximo ano. Reunido na sua 25ª sessão, o órgão político de consulta do Presidente da República recomendou que o processo de actualização do registo eleitoral tenha lugar nos meses de Abril e Maio do próximo ano. O registo eleitoral, de acordo com o comunicado final da reunião, lido por Domingos Kajama, atingiu os objectivos preconizados. Os membros do Conselho da República reconheceram o papel decisivo do Governo e de outras entidades envolvidas no êxito do processo de registo eleitoral. Os membros do Conselho da República exortam a todas as forças políticas da Nação a adoptarem formas de comportamento e atitudes no sentido de fortalecer a tolerância e o convívio pacífico entre os cidadãos. A reunião começou com um minuto de silêncio em memória do malogrado Álvaro Holden Roberto, antigo membro daquele órgão pela FNLA, e do deputado Alcântara Monteiro, falecido sexta-feira última. A FNLA esteve ausente na reunião de ontem do Conselho da República. A anteceder a reunião, tomaram posse, no salão nobre do Palácio, os novos membros do Conselho, João Maria de Sousa, procurador geral da República, e Sidiangana Mbimbi, presidente do PDP-ANA.

Enviado do PR ficou-se pelo aeroporto
Fradique de Menezes não recebe Chicoty

George Chikoty, vice-ministro das relações Exteriores, não poderia ser mais premonitório do que foi há uma semana quando aterrou em São Tomé e Príncipe com uma mensagem do Presidente José Eduardo dos Santos para o seu homólogo Fradique Menezes. Abordado pela imprensa no aeroporto, o governante angolano disse que o relacionamento entre os dois países era deficitário, mas que havia áreas, como da circulação de pessoas e bens, que podiam melhorar substancialmente. O que não parece ter melhorado mesmo nada é o relacionamento entre os dois governos. De acordo com «A Vitrina», um diário online são-tomense, Chikoty ficou em São Tomé se tanto 30 minutos, acabando por entregar a mensagem, no aeroporto, ao ministro dos Negócios estrangeiros, Ovídio Pequeno. O Presidente Fradique de Menezes,

algures no território, não o haveria de receber. O gesto, raro em diplomacia, causou algum furor mesmo em São Tomé e Príncipe, onde, tal como aqui, ninguém ignora as crispações que volta e meia marcam o relacionamento entre os dois países. Diplomatas angolanos consultados pelo Semanário Angolense disseram que embora rara, a prática de um presidente delegar alguém para receber um enviado de um homólogo não é de todo ortodoxa. «Nós também já fizemos isto». Porém, outras fontes ouvidas pelo SA observam que no contexto das relações entre os dois países, ou entre Fradique de Menezes e José Eduardo dos Santos, tudo deve ser levado em conta. Nestas considerações entram factos recentes como a circunstância de há 3 semanas, e sem que Angola tivesse sido notificada, o ministro são-tomense das Infra-estruturas, Arzemiro dos Prazeres, «Bano», ter anunciado que a Taag já não faria parte do consórcio para a constituição da Stp Airways. Ao abrigo de um acordo tripartido assinado o ano passado, a Taag ficaria com 30 por cento, a EuroAtlantic igualmente com 30, e o governo são-tomense com 40 num consórcio que seria proprietário da São Tomé e Príncipe Airways. Por alguma razão qualquer que só o governo são-tomense saberá, «Bano» comunicou que a Taag tinha sido excluída da sociedade. Porém, dois dias depois, abordado pela imprensa local, o presidente da comissão instaladora da Stp Airways, Felizberto Neto, desmentia o ministro. Em São Tomé o gesto de Fradique de Menezes e o pronunciamento de «Bano» são imputados a um mal-estar supostamente gerado pelo facto de São Tomé e Príncipe esperar que Angola seguisse os passos do Banco Mundial e lhe perdoasse a sua dívida avaliada em 24 milhões de dólares. Haveria também um mal-estar antigo e pessoal decorrente do facto de Angola ter apoiado, na última eleição presidencial, o actual primeiro-ministro, Patrice Trovoada. Consultado pelo Semanário Angolense a propósito de o enviado do PR não ter sido recebido por Fradique de Menezes, o porta-voz da Presidência da República, Aldemiro Vaz da Conceição, disse que não sabia e que não comentava a questão. «Consultem o vice-ministro George Chikoty», disse. Fonte diplomática angolana admitiu que a missiva que Chikoty levava tinha a ver com uma solicitação de apoio à candidatura de França Van-Dúnem ao cargo de Juiz do Tribunal Internacional sobre Direitos do Mar, cuja eleição terá lugar no próximo mês de Junho em Nova Iorque. O jornal «A Vitrina» observa que há dois meses que Angola não tem embaixador no arquipélago. Pedro Mavunza, que exerceu o cargo durante 8 anos, despediu-se há mais de

dois meses, não tendo até então sido nomeado um substituto. Nelson Cosme, antigo embaixador de Angola na Comunidade Económica dos Estados da África Central, seria o suposto substituto. Observadores em Luanda admitem que na presença de um embaixador, Patrice Trovoada, fortemente apoiado por Angola nas últimas presidenciais, teria agido com mais ponderação e talvez o seu governo não cancelasse a concessão que dera ao grupo Mello Xavier para explorar o Clube Náutico. «Estamos também perante mais um caso em que o que tomamos como sendo a nossa importância não se traduz em influência».

SA 080420 **André Brandão no seu melhor**

Só lhe faltou prometer Tgv e Metro num par de anos Trechos de uma entrevista de André Brandão ao Angolense em 2001 dão uma ideia da conta em que o então titular dos Transportes

ANG - Como é que, sob sua administração, o Ministério dos Transportes encara os transportes ferroviários, no âmbito do sistema geral dos transportes em Angola? Em que lugar os coloca?

ALB - Em função da dimensão do país que temos, concebemos o transporte terrestre como o principal, portanto, o transporte primário. Partimos do princípio de que sendo os caminhos-de-ferro um meio de transporte massivo, o único que permite transportar uma enorme quantidade de passageiros e mercadorias devido ao baixo custo, deveremos dar uma grande importância a este sector. Além disso, trata-se de um sector em que um investimento leva bastante tempo para amortizar e outro tanto de subsistência e resistência. Sabe que as estradas carecem de processos de manutenção mais frequentes do que as linhas férreas, pelo que elegemos os serviços ferroviários como um dos principais, senão o mais importante do nosso sistema de transportes, e o rodoviário com um subsistema integrante, porque nós não podemos levar as ligações ferroviárias a todas as paragens de Angola. Então temos as ligações ferroviárias e o transporte rodoviário a municiar esse sistema. A seguir temos o transporte marítimo. Temos de aproveitar, também, aquilo que infelizmente ao longo deste tempo não foi aproveitado convenientemente, que é a longa costa que o país tem. A costa é extensa e o país pode valer-se bastante do transporte marítimo. Ligado ainda a esta área, nós teremos de desenvolver um

dia o transporte fluvial, porque temos alguns rios que podem ser explorados neste tipo de transportes. O que hoje parece o transporte principal, que é o transporte aéreo, na nossa concepção será o transporte supletivo. Ele é importante neste momento, atendendo à situação militar que o país vive, mas circunscribe-se a determinadas áreas do país, como se de ilhas se tratasse. Mas a nossa aposta principal é no transporte terrestre, porque é ele que liga as cidades às povoações, às aldeias e aos quimbos.

ANG - Não lhe parece que será muito difícil inverter a actual tendência para a supremacia dos transportes aéreos, dado o grau de desenvolvimento e a versatilidade que eles adquiriram no mercado dos transportes?

ALB - Eu diria que não. A aposta, aposta mesmo, será na inversão deste processo, porque custe o que custar, nós teremos que circular por terra. Temos de criar condições para circularmos nas estradas que temos disponíveis, porque temos de ligar as nossas populações. Não é possível, como fazemos hoje, levar a mercadoria à capital da província e, depois, as pessoas irem lá buscá-la como podem. Se transportarmos por terra, deixamos essas mercadorias ao longo das estradas por que se passa e para onde elas estão destinadas, fomentamos maior circulação e, como eu digo sempre, «introduzimos sangue no corpo», que neste caso é a economia do país. Deixamos de ter vários mercados e eles terão a possibilidade de se unir.

Publico

Banco de Portugal, CMVM e Ministério Público estão a investigar

Autoridades investigam ligações do BPN a Angola

18.04.2008 - 08h43 Cristina Ferreira

As várias relações existentes entre a Sociedade Lusa de Negócios (SLN), "holding" que controla o Banco Português de Negócios (BPN), e capitais angolanos estão a ser vistas à lupa pelas autoridades de fiscalização nacionais.

Em causa estão não só capitais angolanos geridos pelo BPN, mas também parcerias que a instituição, agora liderada por Abdool Vakil, mantém com empresas no Brasil e em Angola.

Uma das autoridades que estão a investigar o BPN é o Banco de Portugal (BdP), no quadro das suas competências de supervisão. Em causa poderá estar o recurso a fundos africanos para alavancar a actividade (desenvolver investimentos em sectores dispersos e remunerar os accionistas e os clientes com juros acima da média do mercado), situação que o BPN alega não ter "fundamento algum".

O PÚBLICO sabe, no entanto, que o BdP chamou o actual CEO do BPN, Abdool Vakil, de forma a, entre outras coisas, aclarar as ligações entre accionistas do BPN e da SLN, mas também apurar a dimensão e extensão dos negócios que a holding (que detém posições em empresas de áreas muito diversificadas) mantém com a instituição que domina. Na sua acção de auditoria, o supervisor visa igualmente recolher informações sobre os accionistas da SLN (e do BPN) com ligações a off-shores para identificar quem são os reais donos destes veículos.

Confrontado com o facto de o grupo desenvolver negócios estratégicos com o Banco Africano de Investimento (BAI), instituição controlado pela Sonangol e pela Endiama, empresa de diamantes de Angola, o BPN admitiu a relação. O BAI, cujo vice-presidente é o CEO da petrolífera angolana, Manuel Vicente (de acordo com o site do banco), tem cerca de 20 por cento do BPN Brasil. O BAI conta ainda, entre outros, com capitais portugueses, como a construtora Soares da Costa. No final de 2007, o BAI co-liderou uma emissão de obrigações do Tesouro para o Governo de Angola.

O grupo BPN está também aliado à Angola Consulting Resources (ACR) do ramo petrolífero, onde a SLN está presente com vinte por cento do capital. Numa primeira fase, o BPN negou "ter qualquer participação" e "desconhecer" mesmo associação à ACR. Mais tarde, depois de ter sido novamente questionado, desta vez para comentar o facto de o banco Efisa (que está integrado no BPN) ser detentor de 20 por cento da ACR, optou por esclarecer que não era o Efisa, mas sim a SLN que possuía as acções. A ACR, que tem posições em poços de petróleo, é ainda detida, segundo informações divulgadas na imprensa, pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC), de capitais públicos angolanos. O BPN esclareceu que, com o BPC, apenas "tem relações interbancárias, normais entre bancos", ignorando a parceria na ACR.

Tal como o BdP, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) esteve no BPN a realizar uma auditoria prudencial. A CMVM debruçou-se apenas sobre a gestão de activos na tentativa de saber como são administrados os capitais, designadamente os fundos angolanos à guarda do banco português. O BPN alega, no entanto, nunca ter sido inquirido sobre as ligações com Angola.

A par das autoridades de supervisão, o Ministério Público, actuando no âmbito da Operação Furacão, já convocou accionistas do BPN e da SLN, com assento no conselho geral, bem como gestores das duas instituições, para prestarem declarações. "Temos por hábito colaborar com a Justiça naquilo em que podemos ser úteis prestando esclarecimentos para dissipar eventuais dúvidas que surjam", explicou o BPN. A intervenção policial foi desencadeada em 2004 e envolveu os sectores de private-banking (a área que gere as grandes fortunas) de quatro bancos: BPN, Banco Espírito Santo, Banco Comercial Português e Finibanco. Em causa estão eventuais práticas de crimes de branqueamento de capitais, abuso de confiança, fraude fiscal qualificada, associação criminosa ou apenas incumprimento fiscal.

Nas mãos do Ministério Público está ainda uma denúncia anónima contra o BPN que aponta para ilicitudes no uso de off-shores que poderão envolver branqueamento de capitais. Oficialmente, o BPN opera através de sociedades em paraísos fiscais localizados nas ilhas Caimãs, em Cabo Verde e na Madeira.

As indagações ao BPN e aos seus responsáveis surgem num momento de grande instabilidade accionista depois de Oliveira e Costa ter sido substituído por Abdool Vakil. Joaquim Coimbra, grande accionista do banco, surge também como uma das figuras preponderantes na definição da estratégia do BPN. A actual situação já levou o BdP a aconselhar a SLN a avançar com um aumento de capital, a aprovar na assembleia marcada para a segunda quinzena de Maio.

BAI Europa é representado por Tavares Moreira

Criado em 1996, o Banco Africano de Investimentos (BAI) iniciou a sua internacionalização com a constituição do

BAI Europa em Lisboa e com a compra de 20 por cento do BPN Brasil.

O banco, que tem a Sonangol como um dos principais accionistas, detém 2,5 por cento da Fomentinvest (liderada por Ângelo Correia, e que conta com accionistas como Ilídio Pinho, BES, FLAD, CGD e Banif), tendo passado essa participação para o BAI Europa em 2006. Actualmente, o BAI Europa é representado por Tavares Moreira, ex-governador do Banco de Portugal.

Ainda em 2006, o banco angolano liderado por José de Lima Massano fez um aumento de capital para, segundo a instituição, criar condições para o processo de expansão. Com receitas de 142 milhões de dólares e lucros de 44 milhões de dólares em 2006, o BAI está ainda presente em Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.

Também a Angola Consulting Resources (ACR) tem ligações à Sonangol, sendo sua parceira em, pelo menos, um bloco petrolífero. Liderada por Carlos Amaral, a empresa foi criada em 2003, operando essencialmente na área de consultoria e de serviços, como a gestão de fundos e pagamentos.

com Luís Villalobos

comentários

1 a 5 de um total de 7

080329-0405

Será criado com receitas do nosso petróleo

Fundo Soberano é segredo de meia dúzia de pessoas

Praticamente apenas o Presidente da República e mais três ou quatro pessoas estarão ao corrente do dossier

À semelhança do que fizeram a Noruega, primeiro, e outros países produtores de crude, sobretudo do Golfo Pérsico, Angola poderá vir a criar também o seu fundo de soberania, um instrumento usado por quem já o instituiu para reinvestir as receitas do petróleo, soube o Semanário Angolense de fonte autorizada. A avaliação da oportunidade da criação desse fundo de soberania está a ser conduzida pelo presidente do Conselho de Administração da Sonangol Manuel Vicente, e pelo vice-governador do Banco Nacional de Angola, Carlos Alberto Fernandes da Silva, «Betinho». O projecto deverá reservar à Sonangol a posição de gestor

«at large», condição ditada pela crescente obtenção de participações, particularmente nos Estados Unidos, onde há 3 anos entrou numa linha de produção de gás liquefeito em Pascagoula, no Mississippi, Eua, no Bcp Millennium e na Galp Energia, ambas de Portugal. O «timing» para a criação do fundo de soberania teria sido ditado pela bonança registada no mercado petrolífero, e pela eficiência evidenciada por alguns desses fundos na obtenção de posições em grandes mercados. O colapso da sector imobiliário dos Estados Unidos deixou vários bancos norte-americanos em situação de crise, sendo que alguns, em oposição ao que pensam muitos políticos locais, foram obrigados a vender participações a fundos de soberania de Singapura e de países do Golfo Pérsico. Fontes familiarizadas com este dossiê disseram ao Semanário Angolense que o objectivo perseguido pela Sonangole Bna é o reinvestimento de parte das receitas de petróleo e não o aproveitamento da oportunidade criada pelo desastre em que se converteram os «subprimes» americanos, isto é, as hipotecas de risco. «Tal como outros produtores, estamos a pensar no dia em que não houver mais petróleo, e não exactamente no que se passa hoje no mercado imobiliário dos Estados Unidos». De acordo com as fontes do Semanário Angolense, Carlos Alberto Fernandes da Silva teria mantido consultas com a Quantum Global Wealth Management, companhia baseada na Suíça e que recentemente passou das mãos de Jean-Claude Bastos de Moraes e Mercel Kruse para o controlo de Thomas Ladner, todos suíços. O Semanário Angolense soube igualmente que em resultado desta iniciativa e a pedido de Angola, a Quantum Global Wealth Management está em contacto com instituições financeiras britânicas rodadas na relação com fundos de soberania. Neste processo também foi consultado Nick Busink, um holandês conhecido do mundo do petróleo, que estabeleceu fortes conexões com Angola enquanto esteve ao serviço da Marc Rich & Co AG. Tal como aconteceu com a vaga de investimentos que a Sonangol vem fazendo em Portugal, a forma como está a ser criado o fundo de soberania e o secretismo que envolve toda a operação também não são consensuais dentro do Governo. Se em relação a Portugal prevalece a ideia de que não é o mercado ideal para fazer investimentos tão volumosos, já no que diz respeito ao fundo de soberania, apesar da boa intenção, o mal-estar decorre, sobretudo, do facto de se tratar de um dossiê de que praticamente apenas estão ao corrente o Presidente da República e mais duas ou três pessoas. Em vários círculos do próprio Governo

teme-se que a opacidade que cobre o processo de criação do referido fundo venha a prejudicar o país. «Um processo dessa envergadura não deveria ser do conhecimento de apenas três ou quatro pessoas. Estamos a falar de um fundo para o qual o qual serão destinadas parte das receitas petrolíferas. Logo, não faz sentido que um processo como esse seja conduzido à margem do próprio Governo e da Assembleia Nacional», segundo disse ao SA um membro do Governo que se mostrou bastante céptico com os caminhos por que se conduzem os mentores do citado fundo. «Um processo como esse tem de ser conduzido de modo totalmente transparente. Deve ser parte de uma estratégia do país, logo os cidadãos têm de saber qual o propósito do fundo, onde saem as suas receitas, quem as manuseia, quando e em que circunstâncias isso deve ocorrer, e a quem as pessoas envolvidas devem prestar contas», disse a mesma fonte.

080329-0405

Frank Carlucci abriu caminho

Frank Carlucci, embaixador em Portugal quando se deu o 25 de Abril, e secretário da Defesa dos Eua entre Novembro de 1987 e Janeiro de 1989, antes de ter sido director adjunto da Cia, foi o «pivot» que deu suporte à ideia da criação de um fundo de soberania angolano. A ideia da criação de um fundo de soberania tem as suas raízes nas relações que a Sonangol mantém com o Carlyle Group dos Estados Unidos da América. O namoro entre as duas instituições começou há três anos quando a Sonangol decidiu diversificar os seus negócios, nalguns casos indo para fora do seu «core business». Deste namoro nasceu um casamento que já levou a companhia angolana a aplicar cerca de 800 milhões de dólares em fundos do Carlyle Group, especializados em energia. O embalo na relação com o Carlyle Group solidificou-se em Julho do ano passado quando o patrão do Carlyle Group, Frank Carlucci, esteve discretamente em Luanda durante algumas horas, para consultas com o Presidente da República. Fonte autorizada disse ao Semanário Angolense que a aproximação de Angola ao Carlyle Group, uma instituição republicana forte, representa, em última instância, uma acção de lobby destinada a amortecer, junto dos Eua, eventuais desencantos resultantes do «casamento» de Angola com a China. «Sempre são 800 milhões de dólares. É isto que fazem países como a Arábia Saudita.» A Sonangol e o grupo Carlyle já se tinham «cruzado» em Luanda. O Carlyle Group tem um dos seus fundos de investimento associado

ao prédio que a estatal angolana, a BP e a Exxon estão a erguer na Avenida 4 de Fevereiro, em Luanda. Sobre este empreendimento corre a informação de que a sua edificação está neste momento muito acima das projecções iniciais. O grupo Carlyle viu os seus negócios abanarem por força da crise que se regista na economia americana. Há duas semanas o co-fundador do grupo, David Rubenstein, admitiu que uma das suas subsidiárias, a Carlyle Capital Corporation, registada na Bolsa de Amesterdão, viu «arderem» 22 biliões de dólares aplicados no mercado imobiliário norte-americano. As cotações do Ccc, transaccionadas o ano passado a 19 dólares, passaram na quinta-feira de 87.5 dólares cada para 35 cêntimos. Por essa razão a holding foi obrigada a gastar 31 dólares para resgatar cada dólar que o Ccc tinha perdido. De acordo com Rubenstein, o Carlyle Group será obrigado a desembolsar acima de 400 milhões de dólares para recuperar o que perdeu. O Semanário Angolense desconhece a que fundo de investimento do CG, a Sonangol e o Bna estão associados.

080329-0405

Quem é quem

Para quem, como Angola, está entusiasmada com a ideia da criação de um fundo soberano, não é má ideia olhar à volta e ver quem é quem nesta «aventura capitalista». Os mais antigos fundos soberanos do mundo são o «Kuwait Investment Authority» (Kia) e o Government Pension Fund Global (Fpng), da Noruega, ambos criados em 1952. O primeiro, com excepção da compra de uma participação na Chrysler, em 1970, manteve-se confinado ao Médio Oriente. A nomeação, em 2003, de Badder al Saad para o cargo de ministro das Finanças mudou o curso das águas. O Kia passou a comprar em todas as esquinas. Este ano aproveitando o colapso dos «suprimes» americanos, a que estão ancorados activos dos principais bancos, de um só jacto obteve 5 por cento do CityGroup, para os quais pagou 3 biliões de dólares, mais 6 por cento do Merry Linch, que lhe ficaram por 2 biliões. Noutras circunstâncias teria pago o dobro. Este e outros negócios fazem do Kia o quarto fundo soberano mais importante do mundo, com um valor de 213 biliões de dólares. É precedido no ranking mundial pelo «Abu Dhabi Investment Authority» (625 biliões), o Gpng, da Noruega, que é também o mais transparente (322 biliões). Segue-se o «Government Singapore Investment» (215 biliões). Atrás do Kia estão os «nossos amigos» do

«China Investment» (200 biliões) e «Stabilization Fund», da Rússia (127 biliões). O Fpng funciona como escudo protector contra choques fiscais, convertendo petrodólares em acções e obrigações, mas, em vez de pagar dividendos, usa os seus rendimentos e apreciação para assegurar uma distribuição equitativa da riqueza petrolífera do país - orçada neste momento em cerca de 40 biliões de dólares anuais - ao longo das gerações. Nas palavras da ministra norueguesa das Finanças, Kristin Halvorsen, de 45 anos de idade, o Fpng «é um rendimento de um recurso natural esgotável e não estamos autorizados a gastá-lo nesta, ou na próxima geração» Entre os 21 mais importantes fundos soberanos do mundo só 5 , incluindo o norueguês e o russo, não pertencem a governos do Médio Oriente, «sede» das maiores reservas de petróleo do mundo. São eles o «Permanent Reserv Fund», do Alaska (40 biliões), o «Khazanah National», da Malásia (17 biliões), e o «National Fund», do Cazaquistão (14). A Venezuela e o Chile também criaram fundos soberanos, que por enquanto registam números marginais. Nos últimos anos fundos soberanos do Médio Oriente além de participações no CityGroup e no Meryll Lynch, adquiriram 24 por cento da bolsa de Nova Iorque, 30 por cento da Mclaren, 16 por cento da Nasdaq Stock Market «bolsa industrial» de Nova Iorque bem como acções em importantes cadeias de hotéis. Ao todo em 2007 investiram 23.5 biliões nos Eua, 12.9 na Austrália, 11.5 na Suíça, 5.1 na Grã-Bretanha e 5 na Suécia. Badder al Saad, o ministro das Finanças do Kuwait, diz que o próximo passo será marcar posição em África, onde se por enquanto se paga menos. Diz ele que a voracidade com a China e a Índia procuram matérias-primas será um bom negócio apara quem se apoderar do controlo dessa indústria. Como se vê, a ideia da criação de um fundo soberano não é nada má de todo. Antes pelo contrário. O que se questiona em Angola é a sua concepção e execução à porta fechada, num fórum em que nem as principais autoridades económicas do país têm assento. Ora, com tanta opacidade quem pode garantir que o nosso fundo de soberania está a ser criado com propósitos nobres?

080329-0405

Mpla

João Lourenço beneficia de realinhamento interno

O bureau político do Mpla deveria deliberar ontem, sexta-feira, sobre alguns aspectos relativos à

preparação da sua campanha eleitoral. Em agenda estavam, a definição não só de estratégias como também das equipas responsáveis pela sua execução. À entrada da reunião uma coisa parecia indesmentível: o antigo secretário-geral, João Lourenço, poderia ver reconfirmada a sugestão de que, embora lentamente, está em ascensão. Apeado do posto de secretário-geral no congresso de 2005, João Lourenço entrou logo após isto num período de discricção, «interrompido» por actos pontuais decorrentes da sua condição de primeiro vice-presidente da Assembleia Nacional. Há cerca de quatro semanas foi confirmado como adjunto de Dino Matross na equipa responsável pela execução da estratégia do partido para as eleições. Com esta nomeação João Lourenço passou a ser o membro do BP sem assento no secretariado com o posto mais elevado no âmbito da campanha eleitoral. Da equipa encarregue de executar a estratégia eleitoral do Mpla fazem parte também Afonso Van-Dúnem «Mbinda», Mário António, antigo secretário para a Informação, e outros dirigentes que já estavam «nas prateleiras». Fontes próximas ao partido no poder vaticinavam que João Lourenço poderia sair da reunião de ontem com «outros poderes». De acordo com as fontes do Semanário Angolense, o realinhamento na direcção do Mpla será mais pronunciado na medida em que se acentua a certeza de que o vice-presidente, António Pitra Neto, deverá deixar o lugar. «A decisão, que já é irreversível, de Pitra Neto de abandonar a vice-presidência do partido baralhou profundamente a estratégia do Presidente do Mpla. Por causa disso, ele é agora obrigado a socorrer-se de figuras de que aparentemente já se tinha desembaraçado. Tal é, penso, o caso de João Lourenço», segundo análise de um membro da «grande família». Além da equipa coordenada por Dino Matross, o Mpla criou mais outros três grupos de trabalho. Um deles responde pela concepção da estratégia eleitoral e que tem à testa o (ainda) vice-presidente António Domingos Pitra da Costa Neto, secundado pelo secretário para os Assuntos Políticos e Eleitorais, João de Almeida Martins «Jú» e pelo secretário para os Quadros, Virgílio de Fontes Pereira. Uma terceira comissão, liderada pelo secretário para os Assuntos Económicos, Manuel Nunes Júnior, e da qual também faz parte Joana Lina está a trabalhar na concepção do que será o programa de governo a submeter ao eleitorado durante a campanha. O quatro grupo prepara a conferência nacional do partido, agendada para 9 e 10 de Maio próximo.

080315-22

Antigos trabalhadores «infernizam» a vida de Sílvio Vinhas

Indemnizações milionárias podem levar Porto de Luanda à falência

O caso já chegou à secretária do Presidente da República, mas este endossou a «batata» para André Brandão, de quem,

Dani Costa

Perto do equivalente a 232 milhões de dólares é quanto o Porto de Luanda tem de pagar, só em indemnizações, a diversos grupos de trabalhadores que foi despedindo colectivamente desde 2001, por decisão do Tribunal Provincial de Luanda, ao cabo de vários processos judiciais que lhe foram movidos. Além do Porto de Luanda, estão também envolvidos no assunto das indemnizações a «Multiterminais», a Unicarga e a Sogester. Existem igualmente sentenças ligadas ao pagamento de pensões de reforma, subsídios, retroactivos e outros. São mais de 2000 antigos trabalhadores que reclamam das indemnizações, às quais o Porto de Luanda, no seu grosso, tem-se recusado a pagar, em claro incumprimento das sentenças ditadas, num país em que parece estar a instalar-se já uma cultura de total desrespeito às decisões dos tribunais, incluindo da parte dos órgãos de soberania, como aconteceu com o Tribunal Supremo, a quem a Assembleia Nacional ignorou, no caso do pedido para a retirada da imunidade a um deputado, para responder em juízo. O Porto de Luanda tem interposto recursos, mas, como diz a lei, estes são apenas devolutivos, pelo que não anula a execução da sentença, como tem incorrido a parte condenada. A não execução das sentenças resultou num conflito entre os antigos trabalhadores, representados por dois sindicatos do ramo, e o conselho de administração do Porto de Luanda, tendo chegado à mesa do Presidente da República, a 7 de Fevereiro último, depois de passar pelo ministério da Justiça, a quem se recorrera antes para a sua resolução, que na verdade já se revelou praticamente sem sucesso. O Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, por seu lado, passou a bola ao ministro dos Transportes, André Brandão, de quem os trabalhadores, no entanto, desconfiam, uma vez que ele é tido por «padrinho» do conselho de administração do Porto de Luanda, dirigido por Sílvio Vinhas, devendo, por isso, protegê-lo, como já deu mostras disso em

várias ocasiões. A decisão da Presidência da República foi transmitida ao secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores Marítimos, Portuários, Ferroviários e Afins de Luanda (STMPFL), Ernesto Manuel António, em documento datado de 25 de Fevereiro último, assinado por Florbela Rocha Araújo, identifica como assessora jurídica. (...) Deste modo, vimos informar que o assunto foi submetido para apreciação e decisão do Senhor Ministro dos Transportes (...), diz, no essencial, o documento enviado aos representantes sindicais dos trabalhadores despedidos pelo Porto de Luanda, com a chancela dos Serviços de Apoio ao Presidente da República - Casa Civil. No entanto, há o outro lado da questão: será que o Porto de Luanda tem capacidade para pagar tanto dinheiro em indemnizações? A resposta é-nos dada por uma fonte da própria empresa: não. «Se o programa de investimento da própria Empresa Portuária de Luanda está avaliado em 150 milhões de dólares norte-americanos, ninguém acredita que ela esteja em condições de pagar, só em indemnizações, valores superiores. Só se quiserem falir o Porto de Luanda», disse. Os números As indemnizações exigidas dizem respeito a quatro grupos de antigos trabalhadores, nomeadamente 1421 do Terminal de Carga Geral, 688 do terminal de contentores, 283 do terminal polivalente e 761 directamente ligados à administração da Empresa Portuária de Luanda. Muitos destes funcionários prestavam serviços às empresas privadas que geriam os referidos terminais, mas estas também recusam-se a pagar o que devem aos trabalhadores. No que diz respeito aos 1421 funcionários do Terminal de Carga Geral, dos quais 400 continuam a trabalhar e 1021 encontram-se em casa, sem remuneração, a Sala de Trabalho do Tribunal Provincial de Luanda já decidiu o caso a seu favor. Porém, falta apenas que a administração do Porto de Luanda e a da «Multiterminais» cumpram com o que foi estabelecido, mas nem uma nem outra parece disposta em fazê-lo, passando por cima das decisões judiciais. Documentos em posse do Semanário Angolense indicam que em relação aos funcionários do Terminal de Carga Geral a direcção do Porto de Luanda e a «Multiterminais» foram condenadas a pagar USD 117.374.932.19, sendo USD 62.065.675.79 para a primeira empresa e USD 55.309.256.40 para a segunda. Os valores monetários mencionados foram encontrados pelo Tribunal Provincial de Luanda depois de se excluir o reajuste salarial, custas com acção executiva e custas com a acção declarativa (para o Porto de Luanda, por ser uma empresa pública) e igualmente o reajuste

salarial, custas com acção declarativa e acção executiva, assim como as horas extras e subsídios de serviço prestado no período nocturno (para a Multiterminais). Caso contrário, as duas empresas teriam de pagar qualquer coisa como USD 291.139.977.12, cabendo ao Porto de Luanda o montante de USD 134.333.587.89 e à «Multiterminais» USD 161.149.439.42. Por outro lado, a questão dos 688 trabalhadores do Terminal de Contentores está dividida em três partes, nomeadamente os 153 do seu corpo de segurança, 425 em efectivo serviço e 110 que passam para a reforma. Segundo apurámos, só aos elementos do corpo de segurança deste grupo de trabalhadores, lançados no desemprego desde 2005, os juizes da Sala de Trabalho do Tribunal Provincial de Luanda fixaram como montante para sua indemnização cerca de USD 3.800.000.00.

080308-15

Reviravolta no Padepa

Liderança de Silva Cardoso reconhecida pelo Tribunal Supremo

Poucos meses depois de Carlos Leitão e Silva Cardoso, que agora disputam a liderança do partido, terem virado às costas um ao outro,

Tribunal Supremo

(Tribunal Constitucional)

O Partido de Apoio Democrático e Progresso de Angola - Padepa, nos termos do processo há muito existente e documentação reunida realizou de 15 a 16 de Agosto de 2005, em Luanda, o seu I Congresso, nele elegendo como presidente o senhor Carlos Leitão. Sucede, porém, que a partir do último quadrimestre do ano de 2007, iniciaram desinteligências intestinas no Partido de que é evidente reflexo o comunicado de 25 de Setembro, saído da 1ª Reunião Extraordinária do Comité Nacional, em que atendo-se à posição da Comissão Política Nacional do Partido, dentre outras, por unanimidade decidiu pela expulsão do senhor Carlos Alberto de Andrade Leitão do cargo de presidente, incumbindo ao secretário geral Luís Filipe dos Santos e Silva Cardoso a direcção do Padepa, até ao Congresso Extraordinário, o que se concretizou de 23 a 24 de Novembro, e aqui dentre outras deliberações, elegeu igualmente o senhor Alberto Manuel Dala para o lugar de secretário-geral, destes factos dando conhecimento ao Tribunal Supremo (Tribunal Constitucional). Essa data pode ser assinalada como sendo o marco de referência para um conjunto de informações, exposições e denúncias, para além de mais

um Comunicado, desta feita respeitante àquele Congresso Extraordinário. Entretanto, a entrega de uma certidão, previamente requerida por Carlos Leitão, cuja cópia consta do presente processo, veio despoletar duro protesto, conforme carta de 13.12.07, assinada por Luís Silva Cardoso, ora na qualidade de Presidente. Nesta exposição, solicita afinal a legitimação da nova Direcção emanada do Congresso Extraordinário do Padepa realizado em Luanda de 23 a 24 de Novembro do corrente ano sob o lema «Padepa, SÍMBOLO DE DEMOCRACIA E DIGNIDADE PARA OS ANGOLANOS» na qual o senhor Luís Silva Cardoso é presidente do partido e o senhor Alberto Manuel Dala, é secretário-geral do partido, desejando também o decurso do competente procedimento administrativo para a instrução do devido processo judicial. Do quadro factual, aqui sucintamente recortado podemos extractar, porquanto evidente, que do conjunto de denúncias com particular destaque para a falsificação dos Estatutos, imputada ao também militante Carlos Leitão, se nos afigura ter sido posta em causa a integral estrutura do próprio Partido, a par dos desvios de fundos e demais locupletamento da sua autoria que o tornou elemento estranho àquela formação política. Perante o estabelecido na lei, ao Tribunal Supremo caberia apenas dirimir a confrontação, ora criada e resultante da aplicação dos Estatutos, merecendo resposta desde que assumida perante a instância judicial competente e nos moldes indicados no artigo 3.º do CPCivil. Assim, nos termos e fins do que dispõe o n.º 2 do artigo 28.º da Lei dos Partidos Políticos e demais normas aplicáveis, vai convidado o expoente Luís Filipe dos Santos e Silva Cardoso para apresentar, querendo, a sua petição, nela devendo devidamente expor as razões de facto e de direito, tendo em vista a defesa da posição que foi sendo carreada ao longo da diversa documentação, até aqui endereçada ao Tribunal Supremo, sem prejuízo de outras diligências em nome e interesse do partido. Dê-se conhecimento

Gabinete do Juiz-Conselheiro Presidente do Tribunal Supremo (Tribunal Constitucional), aos 03 de Março de 2008

O presidente, ass: Cristiano André

080308-15 Desde estatutos, carros e contas bancárias
As falcatruas imputadas a Carlos Leitão

As primeiras acusações que deram azo a dissidência de Silva Cardoso estavam apenas relacionadas com as supostas alterações que Carlos Leitão terá feito aos estatutos do partido, que posteriormente enviou ao Tribunal Supremo, após a realização do primeiro congresso do Padepa. Não passou muito tempo e o Tribunal Supremo (TS) garantiu publicamente que nada disso se tinha passado. Agora com o douto acórdão que o TS proferiu esta semana, surgiram ainda mais acusações contra Carlos Leitão, algumas das quais devidamente documentadas pelos seus adversários. Por exemplo, Carlos Leitão é acusado de, em Julho do ano passado, ter registado em seu nome uma viatura de marca Toyota Fortuner (chassis nº Ahtyk59G800001734, Motor Nº 51-6033003, cor verde com chapa de matrícula LD-89-51-BC), adquirida na representação desta marca em Luanda e que era destinada ao partido. No auge da desavença com Silva Cardoso é que Carlos Leitão tentou corrigir o erro. Isto aconteceu em finais do ano passado, quando no dia 7 de Dezembro ele endereçou uma carta à direcção da Toyota de Angola S.A solicitando que a viatura fosse, finalmente, registada em nome do Partido de Apoio Democrático e Progresso de Angola - Padepa. «É de salientar que houve um erro por parte do meu colega que procedeu o pagamento e gostaria de contar com vossa atenção», desculpou-se, na altura, o político. Além de lhe ser atribuída a apropriação de bens do partido, Carlos Leitão é também acusado de desvio de fundos, assim como a realização de pagamentos de subsídios a membros desta colectividade em mais de 10 províncias sem o aval da Comissão Política Nacional, o órgão máximo do Padepa. Há ainda desconfianças de que as contas bancárias abertas em 17 províncias para alguns membros do partido não estejam a servir os interesses desta agremiação. Com excepção do representante na capital do país, os restantes possuem contas bancárias em nomes de particulares e apenas em duas províncias, Malange e Moxico, respectivamente, existem contas bancárias em nome do Padepa. Segundo apurámos, as contas das esposas dos secretários provinciais desta formação em Benguela e no Namibe também têm servido para as transacções financeiras entre a direcção e os seus representantes locais. De igual modo, as fontes próximas de Silva Cardoso acrescentaram que durante o seu consulado Leitão promoveu alguns quadros sem o beneplácito dos órgãos centrais e muito menos dos seus mais directos colaboradores. Um dos casos mais flagrantes, de acordo com Silva Cardoso, foi a nomeação

de Gabriel Lelo Nsungini para o cargo de secretário da presidência em finais de Agosto do ano passado.

080301-08

A tónica dominante na interpelação sobre a gestão do Canal 2 da TPA

Nos filhos do Chefe ninguém toca!

A defesa feita pela bancada do MPLA demonstrou aos seus opositores que não adianta questionar os negócios dos filhos do seu

Dani Costa

Apesar da agenda do dia prever a discussão de um outro assunto quente, como a problemática do desarmamento da população, foi a hipotética privatização do Canal 2 da Televisão Pública de Angola, gerida pela West Side, uma empresa em que actuam dois filhos do Presidente da República, nomeadamente «Tchizé» dos Santos e José Paulino dos Santos, a dominar os debates em plenária na Assembleia Nacional, terça-feira passada, 26. Não foram convincentes as explicações fornecidas pelo vice-ministro da Comunicação Social, Miguel de Carvalho «Wadijimbi», cujo ministério foi notificado para uma interpelação sobre a privatização ou não do referido canal televisivo, algo que vinha sendo há muito insistentemente denunciado por diversos órgãos de imprensa. Mas nem por isso Wadijimbi saiu vergado, tendo ficado a assistir, tranquilo, a uma troca de galhardetes que se seguiu à sua explanação, entre um restrito grupo de «camaradas» e opositoristas. Aí, sim, é que a prazos ouviram-se «cobras e lagartos», tanto de um como de outro lado, numa sessão em que pela primeira vez os deputados ousaram falar dos negócios privados dos filhos de José Eduardo dos Santos. Durante a sua alocução, «Wadijimbi» tratou logo de esclarecer a questão essencial, se havia ou não privatização: «a Televisão Pública de Angola é um órgão público, a par da Rádio Nacional de Angola, Edições Novembro e a ANGOP. A gestão da empresa pública é da inteira responsabilidade deste órgão. A TPA deve garantir uma melhor formação dos seus quadros e, neste sentido, está a desenvolver uma política de tercerização das suas actividades», informou aquele membro do Governo. Assim sendo, segundo o representante de Manuel Rabelais, o contrato entre a TPA e a West Side decorre de uma acção da gestão corrente da própria empresa televisiva do Estado. Sobre a hipotética

«tercerização », Wadijimbí adiantou que a Televisão Pública mantém igualmente contratos com outras firmas angolanas, entre as quais a Dread Lock, Methodus, Interactiva, Óscar Gil e Estúdio Baía. A única diferença é que o acordo com a West Side estabelece que essa empresa assegure a introdução de novos programas, formação dos funcionários e sua requalificação, não envolvendo «quaisquer verbas para terceiros e receitas da publicidade», conforme explicou ainda Wadijimbí. Não obstante os argumentos apresentados por «Wadijimbí », quando a oposição o contrariou foi para referir a falta de transparência, nomeadamente que se está perante «critérios em que foram utilizados o clientelismo, que nem são usados em regimes mais condenáveis», como frisou Abel Chivukuvuku, da UNITA. Outros, como Eugénio Manuvakola, igualmente dos «maninhos», disseram que a forma como foi repassada a gestão do Canal 2 tenderá a envenenar o ambiente eleitoral que se avizinha. De todas as intervenções dos deputados da oposição, Marta Cristina, do PLD, foi uma das mais inconformadas pela forma como a cedência do Canal 2 da TPA foi feita (ver caixa). «Há sinal de melhoria no Canal 2. O que preocupa é a forma como foi adjudicada a West Side. Quantas foram as empresas que têm interesse na gestão do Canal 2 e qual foi o critério utilizado para a sua escolha», indagou Alexandre Sebastião André, parlamentar e líder do PAJOCA, que falou em representação do grupo do seu partido com apenas um assento no Parlamento. Fernando Heitor, segundo vice-presidente da Assembleia Nacional, preferiu abandonar o palanque, dizendo: «o que repugna um cidadão honesto é porquê que não abriram a oportunidade a todos. Mesmo que seja um bom acto, ele transformou-se num mau acto. Primeiro do Estado, Governo e depois das próprias figuras. Foi o que aconteceu ». No entanto, a polémica em torno da privatização ou não e da falta de transparência do processo que ditou a cedência do canal a West Side terminou tão logo o presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida, interveio dando a palavra aos parlamentares da bancada maioritária. Não houve uma voz contrária na bancada do MPLA contra a forma como o Canal 2 foi parar às mãos de uma empresa em que alinham Tchizé dos Santos e José Paulino dos Santos, dois filhos do Chefe de Estado e presidente do MPLA. Segundo Teresa Cohen, antiga vice-ministra da Saúde, que chegou mesmo a tratar a filha do Presidente da República por «Dra. Welwitscha», a UNITA só levou o assunto para atingir a filha do seu pai, o Presidente José Eduardo dos Santos. Furiosa, a

deputada apontou o dedo à UNITA lembrando aos representantes deste partido que no Ministério da Saúde, dirigido por um membro do Galo Negro no âmbito do Governo de Reconstrução Nacional (GURN), existem áreas sob gestão privada, numa alusão à cedência que foi feita pelo Ministério da Comunicação Social. Fugindo completamente do âmbito do debate, Tany Narciso, ex-adido de imprensa da Embaixada de Angola no Brasil, barafustou: «uma certa imprensa tem dado a entender que a família dos governantes, como irmãos, filhos, mulheres e outros não deviam ter direito a trabalho, alimentação nem nada. É essa a ideia que querem dar às pessoas, manipulando a população». Tany Narciso acha que o assunto foi ao plenário porque existem conflitos de interesse, mas os que estão à frente do projecto são angolanos, profissionais da área, capacitados e, pelo que tem visto, têm dado sinais positivos. Já o porta-voz do MPLA, Kwata Kanawa, considerou que a UNITA fez um aproveitamento político da situação, discordando da necessidade da existência de um concurso público porque não houve privatização do Canal 2 da Televisão Pública de Angola. Para ele, os seus colegas da oposição fizeram intervenções muito básicas. Para fechar a sessão, a honra estava reservada ao líder da bancada dos «camaradas», Bornito de Sousa, que leu uma carta enviada pela própria Tchizé dos Santos, na qual a sócia da West Side realça o seu interesse apenas na gestão do canal de televisão. Por tudo isso, Bornito considera até que as pessoas deveriam «enaltecer o carácter empreendedor dos filhos do Presidente da República».

Marta Cristina, do PLD

Deputada agastada com nepotismo

«Já comparam Angola

Na sessão da última terça-feira, 26, Marta Cristina, do Partido Liberal Democrático (PLD), foi uma parlamentar inconformada com a forma como o Canal 2 da Televisão Pública de Angola foi «entregue» aos filhos do Presidente da República. A avaliar pelos desabafos cáusticos que fez, ela está por aqui com as manifestações de nepotismo que se vão sucedendo aqui e ali. «A TPA não é do [seu]director-geral, nem é uma Maria vai com as outras. Por isso, não podem fazer o que lhes dá na cabeça para decidirem algo», vociferou a senhora sem parar por aí. Segundo ela, é legítima a comparação que muitos já fazem de Angola a um autêntico

reino, em que as pessoas ligadas à corte se apropriam de tudo. Por isso, segundo Marta Cristina, «as empresas do Estado não podem ser dos filhos, filhas, esposas ou de quem quer que seja». Noutra analogia com a situação presente, a deputada trouxe à liça o PRESILD, projecto concebido pelo Estado para a edificação das lojas Nosso Super, mas que segundo ela já foram parar às mãos de cidadãos «desconhecidos», que são detentores de quase metade das suas acções. A deputada mencionou o caso da UNITEL, uma empresa que tem entre os seus principais accionistas Isabel dos Santos, primogénita de José Eduardo dos Santos, contou com a participação de fundos do Estado, mas acabou nas mãos da «Princesa». «Na UNITEL também não houve concurso público. O fim de todos sabem», garantiu a senhora, referindo-se posteriormente à Nova Cimangola, onde, de um momento para o outro, uma boa parte das acções desta empresa também foram parar às mãos da «Princesa Isabel», como é, também, conhecida a filha mais velha do Presidente da República. «Os critérios nunca são claros. Lamentavelmente, estamos perante mais uma situação semelhante, um desrespeito as leis e que conta com o beneplácito do próprio Governo», lamentou Marta Cristina, desconfiada dos destinos que poderão ser dados aos meios que o Estado comprou para a TPA, assim como do orçamento aprovado para que esta empresa fizesse consideráveis investimentos.

080223-0301As evidências da gestão ruinosa da SECIL Sousa Neto

As evidências indicam que a Secil Marítima, uma empresa de navegação que tem inviabilizado um plano governamental para ser transformada em companhia de bandeira, debate-se com mais problemas de gestão do que com falta de fundos. Na semana que hoje termina, o Semanário Angolense obteve provas que indicam a probabilidade de que para além das decisões de investimento afastadas do «core business» (ver edição 252), a directora-geral da Secil, Amélia Rita, pode, também, ter utilizado fundos da empresa para fins totalmente distanciados de qualquer interesse público. Empréstimo do Bic: O caso mais flagrante é o do empréstimo de um milhão de 300 mil dólares contraído no Bbic para construir um chamado Cais de Apoio ao Kaposoka, com base na prestação de garantias cifradas em 500 mil dólares americanos, numa altura em que a empresa tinha uma dívida salarial para com os seus trabalhadores que já se prolongava por seis meses. Esse

projecto visava um serviço de Ferryboat ligando o embarcadouro à ilha turística de Mussulo. Acontece que a Secil pagou a edificação da obra a duas empresas empreiteiras, a Oopp e a Oorgel, geridas por um mesmo indivíduo chamado António Rodrigues, sem que em resultado tenha sido colocado no local um único tijolo ou uma única pá de cimento. Depois de terem obtido pagamentos totais de Usd 775.555,48, os empreiteiros nem sequer deram início às obras e os factos relacionados com isso não estão, nem de longe, suficientemente explicados. As provas dadas a ver a este jornal dizem que depois da obtenção do financiamento, a Secil pagou às duas empresas um «down payment» de 30 por cento do valor total da obra, tal como é norma nas transacções, com o que ficava conformado um pagamento de Usd 388.566,21. Mas em Novembro de 2006, sem que as obras tivessem iniciado, a empresa promoveu um segundo pagamento aos empreiteiros, ferindo as normas que regulam as transacções. A ordem do pagamento daquilo que era o primeiro auto de mediação, ou seja, a primeira tranche depois do «down payment», foi assinada pela própria Amélia Rita em 16 de Novembro de 2006, num documento que tem a referência 00286/SC/DG/06. Sem que a obra tivesse iniciado, a directora-geral da Secil mandou fazer um novopagamento da ordem dos Usd 151.087. A 12 de Fevereiro de 2007, a Secil voltou a ordenar o pagamento de um segundo auto de mediação, no valor de Usd 235.902,70, como prova um documento que recebeu a referência 00019/SC/DG/07. Todos esses pagamentos não teriam nada de estranho se não tivessem sido feitos antes de as obras terem iniciado e se a 23 de Novembro de 2006, apenas sete dias depois do pagamento do primeiro auto de mediação e cerca de três meses antes do pagamento do segundo, a Secil não tivesse conhecimento de que as obras do cais estavam embargadas. A prova de que ao dar ordens para o pagamento de obras não iniciadas, a directora-geral sabia do embargo, é um memorando dirigido ao vice-ministro dos Transportes, Noy da Costa, a 23 de Novembro de 2006 pelo director-geral em exercício da Secil, quando Amélia Rita de ausentou para o estrangeiro por uns dias. No memorando lê-se que «o Governo Provindial de Luanda dizia que a obra não estava autorizada e finalmente a entidade que emitiu a Licença de Autorização para a vedação embargou a obra, não obstante aos esforços feitos para a solução do problema, quer pela Secil Marítima, como pela Ngola Tur, nosso parceiro no projecto». Esse documento tem a referência 00293/HBT/DG/06 e pode provar que a

directora- geral da Secil ordenava pagamentos ao empreiteiro, mesmo sabendo que as obras q estavam embargadas. A 27 de Fevereiro do ano passado, 15 dias depois de ter ordenado o pagamento da segunda tranche e depois do seu regresso de uma estadia no exterior do país, a directora- geral da Secil pode ter dado um tiro de ricochete. Escrevendo um ofício à Oopp, um dos empreiteiros, com cópia ao Bbic, o banco que emprestou o dinheiro para as obras, Amélia Rita faz passar à instituição financeira o recado de que as obras para as que se destinara o empréstimo contraído pela Secil, não tinham iniciado. No documento 00025 SC/DG/07, emitido a 27 de Fevereiro do ano passado, Amélia Rita comunica ao empreiteiro o embargo da obra, mas diz que será um situação temporária, porquanto estava a ser solucionada por deputados que não aponta quais. A solução, notava Amélia Rita, viria «após o estudo de enquadramento que está a ser feito pelo gabinete recentemente criado para o efeito pela Presidência da República». A verdade é que a Secil entrou em mora, tendo a dívida para com o banco atingido o valor alegado de 800 mil dólares, superando o capital contraído em empréstimo.

Indemnizações e despedimentos: Em 2002, quando o antigo director-geral da Secil Marítima, Manuel Kissama, foi exonerado pela descoberta de um caso de peculato de que era o principal protagonista, Amélia Rita foi designada para dirigir a empresa com base num plano de reestruturação que incluía a ordem para relançar a empresa com um pequeno núcleo de trabalhadores. Isso implicava um programa de despedimento voluntário e negociado entre a direcção da empresa e os trabalhadores, algo para o qual o Governo terá disponibilizado fundos que serviriam para compensar os que fossem ser dispensados. Volvidos pouco mais de cinco anos sobre esse processo, as indemnizações não ficaram concluídas: apenas 40 dos 64 trabalhadores de mar receberam indemnizações e 91 dos 112 do corpo de pessoal terra receberam compensações, havendo por isso, 45 trabalhadores por indemnizar. Contra essa falha, o Semanário Angolense obteve provas de que a directora-geral da Secil sugou 79 mil dólares da comissão que tratou dos processos de indemnização. As provas assentam em quatro documentos de caixa emitidos no dia 08 de Novembro de 2002 e assinados pela própria Amélia Rita, em que solicitava fundos, entre outras coisas, para pagar a compra de artigos de decoração ou para dar uma soma de uns dez mil dólares ao sindicato ao que estão filiados os empregados da Secil. Os despedimentos na Secil já atingiram 300 trabalhadores, de acordo com

números publicados na imprensa na semana que hoje termina, mas a alegação de que a falta de fundos ameaça os restantes trabalhadores da empresa com o mesmo destino encheu de indignação aos representantes de órgãos decisores, que interpretaram declarações nesse sentido como uma tentativa de minimizar os esforços do Governo para manter os postos de trabalho para equilibrar os indicadores do emprego e reduzir a pobreza. Na verdade, disse uma fonte do Ministério dos Transportes, a Secil estaria a passar dias melhores se a directora-geral tivesse tomado decisões adequadas de investimento e utilizado os fundos da empresa para os objectivos propostos pelo Governo. Gastos não justificados: uma enorme lista de gastos não justificados é apontada a Amélia Rita. Fala-se na aquisição de uma casa de madeira em Moçambique, para ser instalada no Projecto Cabiri, onde a directora possui uma moradia semelhante, não se sabendo se é a mesma; na aquisição de uma viatura de marca Toyota alegadamente feita a um parente; no saque de 35 mil dólares para uma viagem ao Dubai; em outro de 40 mil dólares «para aquisição de meios»; e ainda em outro de 20 mil dólares para «resolver assuntos pessoais». Esses factos foram escolhidos aleatoriamente para serem aqui narrados, mas a lista é enorme. Até agora, para além de uma investigação policial estabelecida pela Ddniaie, Amélia Rita já passou por um inquérito feito pela Direcção de Inspecção do Ministério dos Transportes e por um diagnóstico mandado fazer pela Secretaria de Estado para o Sector Público Empresarial.

080316-21

Directora da Secil está sob investigação policial
Amélia Rita é acusada de desvio de fundos, mas são-lhe também apontadas decisões de investimento

Sousa Neto

A directora-geral da Secil Marítima, Amélia Rita, tem aos pés uma averiguação movida pela Direcção Nacional de Inspecção e Investigação das Actividades Económicas (Dniiae) para apurar suspeitas de desvio de fundos. Fontes diversas disseram ao Semanário Angolense que a acção da Dniiae foi movida em consequência de denúncias recentemente enviadas, em simultâneo, a essa mesma instituição policial, à Secretaria de Estado do Sector Empresarial e Público e ao ministro dos Transportes. Fontes deste jornal declararam tratar-se, diferentemente, de uma acusação relativa ao desvio de

algo mais de 100 mil dólares, ou, como afirmaram outras fontes, de somas muito superiores a isso, e respeitantes a gastos sistematicamente não justificados. As acusações recaem, de forma geral, sobre Amélia Rita. A gestão da Secil, uma empresa de navegação marítima detida em algo como 90 por cento pelo Estado angolano, é, por outro lado, geralmente responsabilizada pelo fiasco que se verificou numa tentativa do Governo de transformar tal empresa numa espécie de companhia angolana de bandeira. Fontes deste jornal apontaram Amélia Rita como protagonista de uma gestão que, de tão ruínosa, acabou por inviabilizar a tentativa do Governo de transformar a Secil numa tal companhia. Um plano de capitalização dava à empresa a prerrogativa de absorver a grande maioria dos fretes afectos aos agentes e instituições do Estado Angolano. Por exemplo, as informações dizem que em 2005, o Conselho de Ministro havia concedido à Secil preferência na absorção dos fretes afectos às importações de equipamentos e materiais provenientes da China em consequência do crédito de dois mil milhões de dólares naquele ano contraído pelo Governo àquele país asiático. Tal constituía uma oportunidade de salvar a Secil da situação de falência em que a empresa fora deixada por Manuel Kissama, um director-geral que foi parar à prisão depois de ter vendido, a seu favor, dois navios da empresa. Os relatos dizem que no quadro das decisões naquela altura tomadas pelo Conselho de Ministros, a empresa também recebeu uma injeção de fundos. A Angonave tinha passado à situação de liquidação havia dois anos, pelo que tanto o momento, quanto a própria situação resultante das decisões do Governo, mais do que uma simples oportunidade, representavam claras vantagens para o impulsionamento da Secil. Mas, prosseguem as fontes, Amélia Rita trocou as voltas aos planos governamentais quando ao empregar o dinheiro tomou decisões de investimento totalmente afastadas do «core business» da empresa. Ao invés de mandar apostar em investimentos relacionados com o «shipping», que é o objecto social da empresa, Amélia Rita pagou salários em atraso, o que pode, em princípio, parecer plausível, mas também mandou comprar um terreno para a construção de um condomínio. Não se sabe se um edifício particular que Amélia Rita mandou construir na Chicala por uma empresa associada à Secil envolve valores da empresa destinados à aquisição dos terrenos para o condomínio. Aparentando prosseguir a saga de negócios pessoais, quando se esgotaram os fundos injectados, Amélia Rita foi ao Bic buscar um

crédito para a construção de um chamado «Cais de Apoio ao Kaposoka», no embarcadouro do Mussulo. Tratar-se de um cais que seria construído enquanto a empresa não recebia uma remessa de uns tantos ferryboat's para servir a travessia entre o embarcadouro e a Ilha do Mussulo, numa obra cedida a duas empresas empreiteiras geridas por alguém conhecido por António Rodrigues, a Opp e a Orgel. Estas duas empresas receberam um total de 700 mil dólares em pagamentos feitos pela Secil a favor da construção do tal cais, que nunca entregaram as obras e nem sequer as iniciaram. O crédito solicitado ao Bic está cifrado em um milhão e 300 mil dólares, tendo um período de reembolso de cinco anos, ou seja, 56 meses para o capital e 60 meses para os juros, que têm uma taxa anual de dez por cento. As obras deveriam ter iniciado em Novembro de 2006, mas só em Fevereiro do ano passado é que Amélia Rita comunicou ao Bic que as obras tinham sido embargadas, um argumento que não se sabe se é verdadeiro, levando a empresa a incorrer no pagamento de juros de mora. «Em vez de promover investimentos que favorecessem o 'core business' da empresa, a directora transformou a Secil numa imobiliária», disse uma fonte conhecedora do processo. Por esta altura, as autoridades ligadas ao sector dos transportes já sabem que não podem contar com a Secil como companhia para fazer face aos fretes marítimos do Estado. Uma empresa estatal de navegação é vista como um elemento estratégico para as importações angolanas neste período de aquisições intensivas no estrangeiro, encarecidas, entretanto, por penalizações impostas pelos principais armadores internacionais, que se defendem dessa forma da falta de operacionalidade do Porto de Luanda e das consequentes sobre estadias que ali se verificam.

080316-21

080225 semanario

A alegação da agenda de Sarkozy pode não reunir toda a verdade

As causas do adiamento da visita do presidente francês

Com a quebra dos seus índices de popularidade em França, Nicolas Sarkozy evitou «um país controverso» como Angola, confrontado

Sousa Neto

Ficou por se saber porquê realmente o presidente francês, Nicolas Sarkozy, adiou a visita que deveria efectuar a Angola a 29 de Fevereiro. Quando solicitados a comentar o facto, representantes do Ministério das Relações Exteriores de Angola apontaram aos jornalistas a porta da Embaixada da França. Em boa verdade, o silêncio da diplomacia angolana em torno da agora adiada visita de Nicolas Sarkozy não é novo. Em nenhum momento, quando essa visita foi anunciada enquanto uma possibilidade ou até como certa, os anúncios partiram de representantes governamentais angolanos. A primeira ocasião em que a hipotética viagem foi publicamente anunciada, foi pela voz do próprio presidente francês, salvo melhor indicação, depois do encontro que manteve com o presidente José Eduardo dos Santos à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Setembro último. Posteriormente, o Governo Francês enviou a Angola o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Bernard Kouchner, numa viagem que tinha em vista a preparação de tal visita, uma ocasião em que alusões a ela voltaram a ser feitas publicamente. Mas neste mês de Fevereiro, as perspectivas em torno dessa viagem que parecia ser certa, começaram a esmorecer. Os franceses não enviaram a missão que a 13 de Fevereiro deveria vir a Luanda dar os últimos retoques na preparação da viagem de Estado de Nicolas Sarkozy a Angola. Quando já quase sobre a data da chegada de Sarkozy, o adiamento da viagem ficou conhecido dos representantes da opinião públicas, tanto as chancelarias de Luanda e Paris, quando a embaixada daquele em Angola, optaram pelo silêncio que, como já se disse, já tinha pautado a conduta do Governo Angolano em relação à visita que parecia ter mesmo sido projectada. A Embaixada de França em Luanda chegou a dizer aos jornalistas que emitiria uma declaração pública sobre o assunto, embora não tenha sido no quadro desse documento que o Semanário Angolense chegou a confirmação do adiamento da visita. Ao cancelar uma entrevista solicitada pelo Semanário Angolense para se debruçar sobre a viagem de Nicolas Sarkozy, o embaixador da França em Angola, Francis Blondet, informou a este jornal que a visita «foi adiada por razões de agenda». Francis Blondet declarou num curto ofício enviado ao director deste jornal que «as autoridades francesas e angolanas estão, neste preciso momento, a procurar encontrar uma data consensual para a realização da visita». Prometeu, entretanto, «em tempo oportuno» voltar a abordar este assunto com o Semanário Angolense numa entrevista», algo que constitui uma referência à realização da visita numa

outra ocasião. Por seu lado, representantes da diplomacia angolana recusaram-se, quando abordados pelos jornalistas, comentar o adiamento da viagem do estadista francês. A diplomacia de Luanda considera que não se deve pronunciar sobre a decisão de Nicolas Sarkozy de adiar a viagem a Angola, pelo facto do Governo angolano nunca ter feito alusões públicas a essa visita, nem mesmo quando ela foi sendo badalada por representantes institucionais franceses. Uma fonte deste jornal citou um diplomata angolano que afirmou que «os franceses andaram com muita lenga-lenga» em relação a todo o processo da viagem de Nicolas Sarkozy. Oficiosamente, suspeitase, entretanto em Luanda, que o adiamento da visita esteja relacionado com o forte quebra dos índices de popularidade do presidente francês no seu país. De acordo com tais fontes, uma visita de Nicolas Sarkozy a Angola neste penoso momento das suas relações com o público francês não ajudaria em nada a uma mudança de atitude e à recuperação da sua popularidade. Antes pelo contrário, a visita seria vista com controvérsia, que deve, na falta de melhor termo, ser a forma como a opinião pública francesa olha agora para as autoridades angolanas, depois dos escândalos financeiros como o Angolagate. Fundado em acusações de tráfico de armas, lavagem de dinheiro e corrupção de agentes estrangeiros, o Angolagate tem o seu epicentro no cidadão francês Pierre Falcone, transformado em diplomata angolano no quadro de artifícios jurídicos estabelecidos por Luanda para contornar a sua prisão em França ou em todo o espaço comunitário europeu. Mas apesar de todas essas artimanhas, o máximo que as autoridades angolanas conseguiram de Paris foi ilibar os dignitários angolanos envolvidos no caso que despoletou o Angolagate, a apropriação de fundos destinados a pagar a dívida para com a Rússia, com a França a manter as acusações contra os franceses. Aliás, depois de condenado a uma pena de quatro anos de prisão por fraude fiscal e a outra de um por apropriação indevida de fundos públicos, Pierre Falcone deverá voltar a responder este ano diante de um tribunal francês a acusações relacionadas com o Angolagate. Esse mesmo Angolagate que no decurso das duas últimas semanas voltou a suscitar as atenções da imprensa e da justiça de Genebra, Suíça, onde três organizações não-governamentais internacionais pediram ao procurador da República a reabertura das investigações relacionadas com o caso. Quer dizer que a vinda do presidente Nicolas Sarkozy a Angola seria, nesta altura, um

incómodo de todo o tamanho: o presidente francês seria levado a responder a perguntas delicadas. Ora, o Chefe de Estado francês acabou por evitar ser confrontado por aquele adágio que sentencia «diz-me com quem andas e dir-te-ei quem és», dando a indicação clara do desconforto que o envolvimento político-diplomático com as autoridades angolanas ainda suscita na roda da alta política internacional. Agora, as informações disponíveis dizem que Nicolas Sarkozy deve realizar o seu périplo africano em Maio, mas este iniciaria na África do Sul, para a opinião pública francesa um país menos controverso que Angola.

Sa 080225 Negócio de armas para a Marinha de Guerra Angolana

Alemanha investiga negócios pouco transparentes com Angola

As autoridades alemãs estão a averiguar se a TkmS teria tentado subornar influentes figuras angolanas

A rigor não se pode dizer que Aguinaldo Jaime, de visita à Alemanha, tivesse sido perturbado pela notícia de que a justiça alemã investiga uma operação alegadamente suspeita e que teria entre os seus protagonistas dignitários angolanos. Porém, a coincidência entre a publicação da notícia e a presença dele no fórum económico, que decorreu esta semana em Frankfurt, não era também coisa para ignorar, mais a mais porque o assunto foi manchete consecutivamente, primeiro na «Focus», e mais recentemente no «Der Spiegel», o maior jornal alemão. Em substância, a notícia, também retomada pelo sul-africano «Mail Guardian», diz que a Procuradoria Federal da Justiça está a investigar um planeado negócio de equipamentos militares envolvendo a companhia alemã «Thyssen Krupp Marine Systems» e o Governo de Angola. Em concreto, a justiça alemã quer saber se a Thyssen Krupp Marine Systems, uma firma de construção naval, teria violado a lei que proíbe o recurso ao suborno para a consumação de negócios. As autoridades alemãs estão a averiguar se a TkmS teria tentado subornar influentes figuras angolanas para a realização de um negócio que envolveria 1 bilião de dólares. A investigação partiu de indícios de que directores da TkmM pretendiam oferecer luvas a influentes membros do Governo e das Forças Armadas Angolanas em resultado de um negócio em que haveria uma superfacturação. As investigações remontam ao ano de 2006 quando oficiais da Marinha de Guerra Angolana (Mga) teriam mostrado interesse em

comprar uma corveta e mais três outras embarcações que seriam usadas no controlo da nossa costa. A investigação foi despoletada pela contratação, pela TkmMs, de Johnny Kamerman, um antigo almirante da marinha sul-africana. Johnny Kamerman foi director do programa de aquisição das corvetas da marinha sul-africana. Consumado o negócio, ele foi nomeado vice-presidente do sector de vendas da Thyssen Krupp Marine Systems. A contratação do sul-africano teria começado quando ele se deslocou à Alemanha para assinar o termo de entrega das embarcações. As consultas ocorridas na altura foram parar aos ouvidos da Polícia, que abriu o processo que acaba de chegar à imprensa. Segundo escreve o diário sul-africano «Mail Guardian» foi o almirante Johnny Kamerman quem, em Agosto de 2006, fez a ponte entre Luanda e Berlim, começando primeiro por submeter às autoridades angolanas, em Luanda, uma proposta para a venda à marinha angolana de uma corveta e de mais três embarcações para a guarda costeira. Segundo o Mail Guardian, em Novembro do mesmo ano Johnny Kamerman avistou-se com oficiais do Governo angolano nos estaleiros da Blohm an Voss, propriedade da Thyssen Krupp Marine Systems, na cidade alemã de Hamburgo. Ele acabaria por promover um almoço entre os executivos da companhia e o embaixador de Angola na Alemanha, o general Alberto Bento do Carmo Ribeiro «Kabulo», referido pela publicação sul-africana como sendo uma figura muito próxima ao chefe da Casa Militar do Presidente angolano, o general Manuel Hélder Dias Kopelipa. Relatos da imprensa alemã e sul-africana indicam que Johnny Kamerman viu a sua residência vasculhada pela polícia, que teria levado consigo, entre outros, um computador onde estariam registados detalhes sobre as consultas. Embora o negócio não se tivesse consumado, a ocorrência de consultas sobre comissões pode resultar em processo- crime. O Semánario Angolense tentou ouvir a Marinha de Guerra de Angola no que não foi bem-sucedido. Da Alemanha o SA recebeu a indicação de que tanto o embaixador, Bento Ribeiro, quanto a adida de imprensa, Sara Fialho, estavam ausentes de Berlim.

080225 Pedidos de reabertura das investigações brotam como cogumelos

Angolagate: um caso metastático

O Angolagate, que em tempos crispou as relações diplomáticas e políticas entre Angola e a França, pode ser comparado a um câncer metastático: novas

ramificações voltam sempre a ensombrar tanto o sono dos dignitários angolanos envolvidos, quanto a reputação do próprio Governo. A caminho de duas semanas, três organizações internacionais de luta contra a corrupção, a Action Place financiere Suisse (Aafp), a Declaração e Berna e a Global Witness, escreveram ao Procurador da República em Genebra, Daniel Zappelli, e ao juiz encarregado do Angolagate, Vincent Founier, pedindo a reabertura da investigação criminal pendente desde o ano 2000, relativa a alegada corrupção envolvendo grande quantidade de fundos públicos e figuras políticas angolanas. O Angolagate respeita centenas de milhões dólares de transacções suspeitas, feitas através de uma conta bancária domiciliada em Genebra (Suíça), no fim dos anos 90. Tais fundos provinham de receitas petrolíferas angolanas destinadas a pagar a dívida face à Rússia. As três organizações que a 13 de Fevereiro comunicaram a petição à imprensa consideram existirem «provas suficientes» de que foram cometidos crimes de corrupção de agentes de Estados estrangeiros e de branqueamento de capitais para que uma investigação seja levada a cabo. Para além disso, recorda o comunicado, uma queixa criminal contra os sujeitos desse caso «foi silenciada» pelo Procurador da República em Genebra, em fins de 2005. As organizações que subscreveram essa petição fazem-no para interceder a favor de seis cidadãos angolanos que em Dezembro de 2006 apresentaram a Daniel Zappelli uma solicitação para a reabertura do caso encerrado em 2005. A somar a isso, em Julho de 2007 um memorando legal sublinhando em detalhe as razões pelas quais o caso deveria ser reaberto foi apresentado a Daniel Zappelli e a Vincent Fournier. Os signatários queixam-se do facto de que apesar do número de petições apresentadas para a reabertura do caso, não ter havido qualquer acção da parte das autoridades judiciais suíças. De acordo com o comunicado, o grupo apelou a 12 de Fevereiro ao Procurador da República em Genebra e ao juiz de investigação para darem «continuação pró-activa» às averiguações sobre a Abalone, a alegada empresa de fachada envolvida nas transacções que descambaram no Angolagate. Os factos relativos ao Angolagate ocorreram entre 1997 e 2001, quando 774 milhões de dólares (um dólar equivale a 75 kwanzas) em receitas provenientes do petróleo foram colocados numa conta da União des Banques Suisses (Ubs) pertencente à Abalone Investment Limited, uma empresa dirigida pelo empresário Pierre Falcone e seu sócio Arcadi Gaydamak. Tal soma destinava-se ao pagamento da dívida bilateral de Angola

com a Rússia, mas apenas 161 milhões de dólares foram transferidos da Abalone para a conta do Ministério das Finanças da Rússia. De acordo com os subscritores da petição, cerca de 600 milhões de dólares foram transferidos para contas pertencentes a Falcone, Gaydamak e uma série de empresas, com uma parte substancial a ir parar em contas privadas de dignitários angolanos. Falcone foi investigado por branqueamento de capitais, apoio a organização criminosa e corrupção de agentes públicos estrangeiros num inquérito arquivado pelo procurador suíço Daniel Zapelli. Gaydamak nunca foi formalmente acusado, mas ambos negam qualquer apropriação indevida de fundo.

080225 As evidências da gestão ruínosa da SECIL

Sousa Neto

As evidências indicam que a Secil Marítima, uma empresa de navegação que tem inviabilizado um plano governamental para ser transformada em companhia de bandeira, debate-se com mais problemas de gestão do que com falta de fundos. Na semana que hoje termina, o Semanário Angolense obteve provas que indicam a probabilidade de que para além das decisões de investimento afastadas do «core business» (ver edição 252), a directora-geral da Secil, Amélia Rita, pode, também, ter utilizado fundos da empresa para fins totalmente distanciados de qualquer interesse público. Empréstimo do Bic: O caso mais flagrante é o do empréstimo de um milhão de 300 mil dólares contraído no Bbic para construir um chamado Cais de Apoio ao Kaposoka, com base na prestação de garantias cifradas em 500 mil dólares americanos, numa altura em que a empresa tinha uma dívida salarial para com os seus trabalhadores que já se prolongava por seis meses. Esse projecto visava um serviço de Ferryboat ligando o embarcadouro à ilha turística de Mussulo. Acontece que a Secil pagou a edificação da obra a duas empresas empreiteiras, a Oopp e a Oorgel, geridas por um mesmo indivíduo chamado António Rodrigues, sem que em resultado tenha sido colocado no local um único tijolo ou uma única pá de cimento. Depois de terem obtido pagamentos totais de Usd 775.555,48, os empreiteiros nem sequer deram início às obras e os factos relacionados com isso não estão, nem de longe, suficientemente explicados. As provas dadas a ver a este jornal dizem que depois da obtenção do financiamento, a Secil pagou às duas empresas um «down payment» de 30 por cento do valor total da obra, tal

como é norma nas transacções, com o que ficava conformado um pagamento de Usd 388.566,21. Mas em Novembro de 2006, sem que as obras tivessem iniciado, a empresa promoveu um segundo pagamento aos empreiteiros, ferindo as normas que regulam as transacções. A ordem do pagamento daquilo que era o primeiro auto de mediação, ou seja, a primeira tranche depois do «down payment», foi assinada pela própria Amélia Rita em 16 de Novembro de 2006, num documento que tem a referência 00286/SC/DG/06. Sem que a obra tivesse iniciado, a directora- geral da Secil mandou fazer um novopagamento da ordem dos Usd 151.087. A 12 de Fevereiro de 2007, a Secil voltou a ordenar o pagamento de um segundo auto de mediação, no valor de Usd 235.902,70, como prova um documento que recebeu a referência 00019/SC/DG/07. Todos esses pagamentos não teriam nada de estranho se não tivessem sido feitos antes de as obras terem iniciado e se a 23 de Novembro de 2006, apenas sete dias depois do pagamento do primeiro auto de mediação e cerca de três meses antes do pagamento do segundo, a Secil não tivesse conhecimento de que as obras do cais estavam embargadas. A prova de que ao dar ordens para o pagamento de obras não iniciadas, a directora-geral sabia do embargo, é um memorando dirigido ao vice-ministro dos Transportes, Noy da Costa, a 23 de Novembro de 2006 pelo director-geral em exercício da Secil, quando Amélia Rita de ausentou para o estrangeiro por uns dias. No memorando lê-se que «o Governo Provincial de Luanda dizia que a obra não estava autorizada e finalmente a entidade que emitiu a Licença de Autorização para a vedação embargou a obra, não obstante aos esforços feitos para a solução do problema, quer pela Secil Marítima, como pela Ngola Tur, nosso parceiro no projecto». Esse documento tem a referência 00293/HBT/DG/06 e pode provar que a directora- geral da Secil ordenava pagamentos ao empreiteiro, mesmo sabendo que as obras q estavam embargadas. A 27 de Fevereiro do ano passado, 15 dias depois de ter ordenado o pagamento da segunda tranche e depois do seu regresso de uma estadia no exterior do país, a directora- geral da Secil pode ter dado um tiro de ricochete. Escrevendo um ofício à Oopp, um dos empreiteiros, com cópia ao Bbic, o banco que emprestou o dinheiro para as obras, Amélia Rita faz passar à instituição financeira o recado de que as obras para as que se destinara o empréstimo contraído pela Secil, não tinham iniciado. No documento 00025 SC/DG/07, emitido a 27 de Fevereiro do ano passado, Amélia Rita comunica ao empreiteiro o embargo da obra, mas diz que será um

situação temporária, porquanto estava a ser solucionada por deputados que não aponta quais. A solução, notava Amélia Rita, viria «após o estudo de enquadramento que está a ser feito pelo gabinete recentemente criado para o efeito pela Presidência da República». A verdade é que a Secil entrou em mora, tendo a dívida para com o banco atingido o valor alegado de 800 mil dólares, superando o capital contraído em empréstimo.

Indemnizações e despedimentos: Em 2002, quando o antigo director-geral da Secil Marítima, Manuel Kissama, foi exonerado pela descoberta de um caso de peculato de que era o principal protagonista, Amélia Rita foi designada para dirigir a empresa com base num plano de reestruturação que incluía a ordem para relançar a empresa com um pequeno núcleo de trabalhadores. Isso implicava um programa de despedimento voluntário e negociado entre a direcção da empresa e os trabalhadores, algo para o qual o Governo terá disponibilizado fundos que serviriam para compensar os que fossem ser dispensados. Volvidos pouco mais de cinco anos sobre esse processo, as indemnizações não ficaram concluídas: apenas 40 dos 64 trabalhadores de mar receberam indemnizações e 91 dos 112 do corpo de pessoal terra receberam compensações, havendo por isso, 45 trabalhadores por indemnizar. Contra essa falha, o Semanário Angolense obteve provas de que a directora-geral da Secil sugou 79 mil dólares da comissão que tratou dos processos de indemnização. As provas assentam em quatro documentos de caixa emitidos no dia 08 de Novembro de 2002 e assinados pela própria Amélia Rita, em que solicitava fundos, entre outras coisas, para pagar a compra de artigos de decoração ou para dar uma soma de uns dez mil dólares ao sindicato ao que estão filiados os empregados da Secil. Os despedimentos na Secil já atingiram 300 trabalhadores, de acordo com números publicados na imprensa na semana que hoje termina, mas a alegação de que a falta de fundos ameaça os restantes trabalhadores da empresa com o mesmo destino encheu de indignação aos representantes de órgãos decisores, que interpretaram declarações nesse sentido como uma tentativa de minimizar os esforços do Governo para manter os postos de trabalho para equilibrar os indicadores do emprego e reduzir a pobreza. Na verdade, disse uma fonte do Ministério dos Transportes, a Secil estaria a passar dias melhores se a directora-geral tivesse tomado decisões adequadas de investimento e utilizado os fundos da empresa para os objectivos propostos pelo Governo. Gastos não justificados: uma enorme lista de gastos não

justificados é apontada a Amélia Rita. Fala-se na aquisição de uma casa de madeira em Moçambique, para ser instalada no Projecto Cabiri, onde a directora possui uma moradia semelhante, não se sabendo se é a mesma; na aquisição de uma viatura de marca Toyota alegadamente feita a um parente; no saque de 35 mil dólares para uma viagem ao Dubai; em outro de 40 mil dólares «para aquisição de meios»; e ainda em outro de 20 mil dólares para «resolver assuntos pessoais». Esses factos foram escolhidos aleatoriamente para serem aqui narrados, mas a lista é enorme. Até agora, para além de uma investigação policial estabelecida pela Ddniaie, Amélia Rita já passou por um inquérito feito pela Direcção de Inspeção do Ministério dos Transportes e por um diagnóstico mandado fazer pela Secretaria de Estado para o Sector Público Empresarial.

080216-23

Directora da Secil está sob investigação policial

Amélia Rita é acusada de desvio de fundos, mas são-lhe também apontadas decisões de investimento

Sousa Neto

A directora-geral da Secil Marítima, Amélia Rita, tem aos pés uma averiguação movida pela Direcção Nacional de Inspeção e Investigação das Actividades Económicas (Dniiae) para apurar suspeitas de desvio de fundos. Fontes diversas disseram ao Semanário Angolense que a acção da Dniiae foi movida em consequência de denúncias recentemente enviadas, em simultâneo, a essa mesma instituição policial, à Secretaria de Estado do Sector Empresarial e Público e ao ministro dos Transportes. Fontes deste jornal declararam tratar-se, diferentemente, de uma acusação relativa ao desvio de algo mais de 100 mil dólares, ou, como afirmaram outras fontes, de somas muito superiores a isso, e respeitantes a gastos sistematicamente não justificados. As acusações recaem, de forma geral, sobre Amélia Rita. A gestão da Secil, uma empresa de navegação marítima detida em algo como 90 por cento pelo Estado angolano, é, por outro lado, geralmente responsabilizada pelo fiasco que se verificou numa tentativa do Governo de transformar tal empresa numa espécie de companhia angolana de bandeira. Fontes deste jornal apontaram Amélia Rita como protagonista de uma gestão que, de tão ruínosa, acabou por inviabilizar a tentativa do Governo de transformar a Secil numa tal

companhia. Um plano de capitalização dava à empresa a prerrogativa de absorver a grande maioria dos fretes afectos aos agentes e instituições do Estado Angolano. Por exemplo, as informações dizem que em 2005, o Conselho de Ministro havia concedido à Secil preferência na absorção dos fretes afectos às importações de equipamentos e materiais provenientes da China em consequência do crédito de dois mil milhões de dólares naquele ano contraído pelo Governo àquele país asiático. Tal constituía uma oportunidade de salvar a Secil da situação de falência em que a empresa fora deixada por Manuel Kissama, um director-geral que foi parar à prisão depois de ter vendido, a seu favor, dois navios da empresa. Os relatos dizem que no quadro das decisões naquela altura tomadas pelo Conselho de Ministros, a empresa também recebeu uma injeção de fundos. A Angonave tinha passado à situação de liquidação havia dois anos, pelo que tanto o momento, quanto a própria situação resultante das decisões do Governo, mais do que uma simples oportunidade, representavam claras vantagens para o impulsionamento da Secil. Mas, prosseguem as fontes, Amélia Rita trocou as voltas aos planos governamentais quando ao empregar o dinheiro tomou decisões de investimento totalmente afastadas do «core business» da empresa. Ao invés de mandar apostar em investimentos relacionados com o «shipping», que é o objecto social da empresa, Amélia Rita pagou salários em atraso, o que pode, em princípio, parecer plausível, mas também mandou comprar um terreno para a construção de um condomínio. Não se sabe se um edifício particular que Amélia Rita mandou construir na Chicala por uma empresa associada à Secil envolve valores da empresa destinados à aquisição dos terrenos para o condomínio. Aparentando prosseguir a saga de negócios pessoais, quando se esgotaram os fundos injectados, Amélia Rita foi ao Bic buscar um crédito para a construção de um chamado «Cais de Apoio ao Kaposoka», no embarcadouro do Mussulo. Tratar-se de um cais que seria construído enquanto a empresa não recebia uma remessa de uns tantos ferryboat's para servir a travessia entre o embarcadouro e a Ilha do Mussulo, numa obra cedida a duas empresas empreiteiras geridas por alguém conhecido por António Rodrigues, a Opp e a Orgel. Estas duas empresas receberam um total de 700 mil dólares em pagamentos feitos pela Secil a favor da construção do tal cais, que nunca entregaram as obras e nem sequer as iniciaram. O crédito solicitado ao Bic está cifrado em um milhão e 300 mil dólares, tendo um período de reembolso de cinco anos,

ou seja, 56 meses para o capital e 60 meses para os juros, que têm uma taxa anual de dez por cento. As obras deveriam ter iniciado em Novembro de 2006, mas só em Fevereiro do ano passado é que Amélia Rita comunicou ao Bic que as obras tinham sido embargadas, um argumento que não se sabe se é verdadeiro, levando a empresa a incorrer no pagamento de juros de mora. «Em vez de promover investimentos que favorecessem o 'core business' da empresa, a directora transformou a Secil numa imobiliária», disse uma fonte conhecedora do processo. Por esta altura, as autoridades ligadas ao sector dos transportes já sabem que não podem contar com a Secil como companhia para fazer face aos fretes marítimos do Estado. Uma empresa estatal de navegação é vista como um elemento estratégico para as importações angolanas neste período de aquisições intensivas no estrangeiro, encarecidas, entretanto, por penalizações impostas pelos principais armadores internacionais, que se defendem dessa forma da falta de operacionalidade do Porto de Luanda e das conseqüentes sobre estadias que ali se verificam.

Plano de capitalização furado

Em Junho de 2005, o Conselho de Ministros tomou a decisão de favorecer a companhia de navegação estatal Secil Marítima, ao conceder-lhe preferência na atribuição de fretes para a transportação de importantes importações de equipamentos e matéria-prima da China. Tratava-se, de facto, de um plano de capitalização dessa empresa de navegação de longo curso, a única detida pelo Estado, depois de dois anos antes, a Angonave, a antiga companhia de bandeira, ter sido extinta por decisão desse mesmo Conselho de Ministros. O Governo havia ponderado a capitalização da Secil pela via da cedência de fretes em regime de preferência, para a transportação, para Angola, de aquisições ligadas a um financiamento chinês de dois biliões de dólares, naquela altura acabado de receber pelas autoridades angolanas. Naquela altura, pensava-se que a companhia fosse adquirir navios em regime de «leasing», mas o que se sabe agora é que a Secil não pôde estabelecer rotas sobre nichos não explorados no mercado depois das decisões de investimento da directora-geral não terem sido feitas em prol do objecto de trabalho da empresa. O plano era o de a Secil fretar navios a prestigiados armadores internacionais e estabelecer as suas próprias rotas,

com base nos direitos de preferência sobre os fretes decididos pelo Conselho de Ministros. Operando sobre o valor do frete, a empresa obteria a sua renda, mas foi exactamente nisso que Amélia Rita falhou ao, alegadamente, tomar decisões que indicam a sua preferência pela transformação da companhia de navegação, numa empresa imobiliária.

A situação é periclitante

Habitação, uma bomba-relógio

Severino Carlos

A política habitacional do país está um caos. Injusta e imoral, ela tem vindo a cavar ainda mais o fosso entre ricos e pobres. Condomínios de luxo a cada esquina e muita especulação imobiliária são os sintomas de uma doença que pode vir a redundar em tensão social num país que precisa de calma e estabilidade para progredir. Os quadros e executivos que vivem em apartamentos no casco urbano de Luanda estão a ser empurrados para a periferia, pois as rendas triplicaram nos últimos dois anos. O centro da cidade passou a ser uma coutada de expatriados. Isto vai ter efeitos deletérios para o Governo e o Mpla. Estamos, sem dúvidas, diante de uma bomba-relógio. Prestes a explodir! Mário Pinto, professor universitário, viu a sua vida entrar, repentinamente, num rebuliço quando o senhorio do apartamento onde mora, na Maianga, comunicou-lhe que no próximo semestre a renda subirá para 1200 dólares. Nos últimos dois anos, o aluguer tinha passado, sucessivamente, de 400 para 800 dólares. Era muito para o seu rendimento mensal, que não passava dos 2.500 dólares. Fez as contas e a decisão foi pegar nas poucas poupanças que havia feito, com muito sacrifício, e mudar-se para a casa que andava a construir em Viana. Mas o caso de Mário não é único. Pedro Muanza, contabilista de várias Ong, também terá de abandonar o apartamento em que vive nos Combatentes. Razão: o dono resolveu fazer obras profundas no sítio e alugar a uma petrolífera por cinco mil dólares/mês. Para o Pedro, era uma fasquia impossível de transpor, apesar do seu ordenado mensal andar perto disso: 4800 dólares. A solução foi mudar-se para uma casa modesta, no Morro Bento. Mário e Pedro são apenas dois exemplos de um fenómeno cada vez mais conhecido dos quadros e executivos que vivem na capital angolana. A especulação

imobiliária entrou numa espiral que está a atirar as rendas dos apartamentos e vivendas no centro da cidade para a estratosfera. Se em finais da década de 80 e princípios de 90, ainda era possível adquirir um apartamento por qualquer coisa como vinte mil dólares, hoje nem sonhar. Mesmo duas assoalhadas a caírem aos pedaços, dificilmente ficam por menos de 100 mil dólares. A situação agudizou-se nos últimos tempos, quando o país se tornou num verdadeiro eldorado para os negócios vindos do estrangeiro. Este fenómeno está a resultar numa divisão social nunca vista em Luanda. Com excepção de algumas famílias tradicionais, está todo o mundo a mandar-se para a periferia. O casco urbano está a ser tomado por residências de cidadãos expatriados e escritórios de empresas. Desenganem-se os que pensam que a situação é a mesma noutros países, onde a norma é, de facto, os dormitórios estarem situados fora do centro das grandes urbes. Não. A diferença está na qualidade de vida. Tal como estão hoje, Luanda-Sul e Viana ainda não garantem essa qualidade de vida, salvo seja para situações pontuais, de gente instalada em condomínios que viraram "ilhas" de luxo num "oceano" de miséria. Há reclames um pouco por toda a cidade a publicitarem, via de regra, a construção de aglomerados habitacionais que servem apenas para alojar uns quantos nababos deste país. Mário e Pedro, os protagonistas desta nossa história, esborracharam-se com o nariz na parede quando tentaram seguir aquele atraente anúncio sobre um prédio de habitação a ser construído na zona do Benfica. Afinal, não era solução para eles a "casa de sonhos" que o "out door" mostrava. O paraíso é para gente rica, os novo-ricos que esta terra vai parindo sabe-se lá como, capazes de torrarem mais de um milhão de dólares numa casa com sistema de hidromassagem no WC e piscina no quintal. Também se espatifaram ao comprido ao tentarem ocupar um lugar na comprida bicha de candidatos à segunda fase do Projecto Nova Vida. Este projecto, que o Governo diz tratar-se do começo de uma política que visa dar qualidade de vida aos quadros que formam a classe média do país em matéria habitacional, não passa, afinal, de um escorregadio poço de cunhas. Um verdadeiro funil por onde se acotovelam os indefectíveis do "regime" instalado. Está visto que estamos perante uma derrapagem estrepitosa da política habitacional do Estado, incapaz de construir habitações para as classes de baixa e média renda ou criar incentivos que levem os empreiteiros privados a fazerem-no. Pelo contrário, o Estado tem-se revelado inepto nestes aspectos,

permitindo que ganhe campo uma selvagem especulação imobiliária - um mercado no qual se afigura mais vantajoso para os empresários do sector construir 20 chalés de milhão e meio de dólares cada um, do que 10 fogos que permitam alojar 1000 famílias de baixo rendimento. Fórmulas alternativas, tais como o regime mutualista de construção de habitações, estão longe de cobrir o déficit existente. É o caso da «Cooperativa O Lar do Patriota», que vale pelo esforço, mas não consegue passar da balbúrdia que tem sido. O mesmo acontece com o "Projecto Cajueiro", que nasceu no âmbito da política de responsabilidade social da Sonangol. Há anos que os candidatos inscritos esperam e desesperam por uma casinha. Mais parecendo as antigas bichas do pão, no tempo do racionamento alimentar, os que estão à frente vêem-se constantemente ultrapassados pelos últimos da fila.

080209-15 Gestora do terminal de contentores quer redução dos prazos de stockagem

A resposta da Sogester ao congestionamento do Porto de Luanda

A Sociedade Gestora de Terminais (Sogester), que em Novembro tomou a administração do terminal de contentores do Porto de Luanda, solicitou às autoridades alfandegárias e portuárias a imposição de uma redução do período de stockagem de contentores desembarcados no porto de 30, para apenas dez dias. O presidente do Conselho de Administração da Sogester, Félix Matias Neto, disse ao Semanário Angolense que a prerrogativa que os importadores têm de manter contentores no Porto de Luanda até a um prazo máximo de 30 dias antes de serem transferidos para o Porto Seco de Viana «tem causado grandes transtornos operacionais» à Sogester. «Este tempo livre de 30 dias tem um impacto negativo na capacidade e produtividade do terminal» de contentores, acrescentou Félix Matias Neto que estimou que caso as autoridades aceitarem a proposta de redução do prazo de manutenção de contentores nas instalações portuárias, a capacidade de trabalho da Sogester poderá aumentar em 30 por cento. A fonte disse que tal é parte da resposta da empresa às dificuldades de descarga de navios no Porto de Luanda, um facto que criando problemas de congestionamento, obriga a uma permanente estadia de navios ao largo da costa angolana. Para se defenderem desses percalços, os armadores adoptaram políticas que penalizam as importações

angolanas, como é a imposição de taxas de sobre estadia e de limites na aceitação de carga destinada ao Porto de Luanda. De acordo com Félix Matias Neto, a questão da sobre estadia de navios ao largo, em fila para atracar, «levará ainda algum tempo». Segundo a fonte, tal «não é só uma questão de aumento da produtividade na carga e descarga de navios: trata-se, também, do aumento de espaço do parque dos contentores» porquanto, disse, «o aumento dos volumes de carga de 20 por cento ao ano não é acompanhado pelo aumento da disponibilidade de espaço para stockagem temporária de contentores». Por estes dias do mês de Fevereiro completaram-se 100 dias desde que a Sogester, uma sociedade detida pelo Fundo de Pensões Futuro e pela empresa internacional de navegação marítima Maersk, tomou a gestão e exploração do terminal de contentores depois de em 2003 ter ganho um concurso público internacional para o efeito promovido pelo Porto de Luanda. As obrigações contratuais da Sogester na gestão do Porto de Luanda incluem a reabilitação de infra-estruturas (cais, pavimento, edifícios, armazéns, electricidade, água, esgotos, oficinas), aquisição de novos equipamentos e máquinas modernas, introdução de novas tecnologias de informação e sistemas informáticos modernos, assim como treinamento e desenvolvimento de recursos humanos (a sociedade manteve os postos de trabalho de 521 trabalhadores do Porto de Luanda). No total, o programa de investimentos da Sogester, que recebeu uma licitação para a gestão daquele empreendimento ao longo dos próximos 20 anos, é de 45 milhões de dólares só nos próximos três ou cinco anos. Segundo Félix Matias Neto, as acções desenvolvidas pela Sogester do decurso dos primeiros 100 dias após a tomada da gestão do terminal de contentores «tiveram um impacto considerável», resultando precisamente no aumento da produtividade do terminal e na diminuição das filas de navios em espera. «A produtividade na descarga de navios e na entrega de contentores aumentou consideravelmente, reduzindo o número de embarcações (com destino ao terminal da Sogester) ancoradas; foram realizadas obras de construção e de reabilitação de instalações, edifícios, cais, pavimento e outras, assim como introduzidas máquinas e equipamentos mais modernos, como são os guindastes de rodas; foram assinaladas melhorias na transportação de contentores de e para o Porto Seco de Viana, onde os métodos de gestão foram aprimorados. Além disso, está em curso um plano de motivação dos recursos humanos que combina políticas de gestão e retenção da força de trabalho,

bem como de responsabilidade social. Foi, por outro lado, estabelecido o estreitamento das relações de trabalho entre as partes envolvidas no desembarço de mercadorias, como é o Porto de Luanda, Alfândega, operadores de terminal, agências de navegação e clientes». De acordo com o presidente do Conselho de Administração da Sogester, as transformações são de tal ordem, que «o terminal de contentores do Porto de Luanda não é nada do que era antes! Os antigos operadores não o reconheceriam se o visitassem agora». Neste momento, prosseguiu, o terminal tem máquinas suficientes para operar todos os contentores que entram e saem, e, simultaneamente e sem atrasos, carregar e descarregar três navios. Foram introduzidos sistemas informáticos de padrão internacional que permitem gerir operações portuárias e realizar operações financeiras em tempo útil, ao mesmo tempo que, segundo Félix Matias Neto, o interesse dos trabalhadores no treinamento conjugado à introdução de novas tecnologias permitiu que nos primeiros dois meses, desde que a Sogester tomou o terminal em Novembro, fosse possível utilizar tais ferramentas no processo de planeamento, na operação de navios e do parque de contentores. A Sogester também instalou um sistema moderno de segurança de dados e protecção de todo o sistema informático para que não haja paragem dos sistemas operacionais, estando na fase final a elaboração de projectos de engenharia para as obras de construção civil. Félix Matias Neto disse que embora todos esses progressos contribuam para a solução dos problemas que o Porto de Luanda enfrenta, todo esse processo manterá «uma arrelhiadora limitação»: a Sogester perdeu uma parte considerável da área concessionada e, por conseguinte, a sua capacidade de armazenagem, na sequência da cedência de terreno para a execução do projecto de uma nova estrada em frente ao terminal (Sgep/Sonils) e à introdução da linha férrea no terminal de contentores. É neste ponto que Félix Matias Neto chega à conclusão de que é necessário construir um novo terminal de contentores. Descrevendo a situação actual, o presidente do Conselho de Administração da Sogester considerou que o Porto de Luanda «está situado dentro da cidade, com um espaço limitado ou quase nenhum para a expansão. Todo o trânsito rodoviário de plataformas e de camiões pesados passa por dentro da cidade, contribuindo para o aumento dos engarrafamentos, deterioração da situação rodoviária, acidentes e aumento do stress dos habitantes de Luanda que vivem ou trabalham nas áreas circundantes».

Prosseguindo a sua descrição, Felix Matias Neto notou que «a existência de empresas operadoras de terminal, de logística de apoio à actividade petrolífera, de transporte e distribuição de combustível e outros produtos, a circulação de viaturas pesadas e o elevado número de pessoas e empresas de serviços que coabitam e se movimentam naquele pedaço de terra degradam uma área da Baía de Luanda e não contribui para a qualidade de vida de luandenses e visitantes». A proposta é, assim, a da deslocalização destes agentes económicos para um novo terminal de contentores, provavelmente a ser implantado na parte norte da cidade de Luanda», que «iria facilitar o acesso às novas estradas e auto-estradas em construção, melhorar a utilização do Porto Seco de Viana e contribuir para o desenvolvimento económico e social de Luanda Norte». A Sogester, declarou Félix Matias Neto, «daria uma resposta rápida e positiva a um convite para participação num projecto de construção e gestão de um novo terminal de contentores de Luanda».

A história da tomada do terminal de contentores

A Sociedade Gestora de Terminais (Sogester) tomou a gestão e exploração do terminal de contentores do Porto de Luanda a cinco de Novembro do ano passado, cinco anos depois de ter vencido um concurso público internacional destinado a licitar a concessão do empreendimento. Logo após ao anúncio dos resultados do concurso, em 17 de Junho de 2003, em que o consórcio formado pela Gestão de Fundos e pela Maersk, a Sogester, foi dado como vencedor, seguido, por ordem, pela Sgep Limitada, LM/Multiterminal, M&D/Ictsi e Intertransit (Grupo Mello Xavier), um recurso impediu a imediata tomada do terminal de contentores. Isso, apesar de que na proposta de adjudicação enviada ao ministro dos Transportes pelo Conselho de Administração do Porto de Luanda dizia que «o agrupamento [Gestão de Fundos/Maersk] reúne as condições (experiência, organização da supra-estrutura, procedimentos) para garantir uma correcta gestão e exploração do terminal de contentores e a prestação de um serviço portuário de qualidade, rápido, seguro e a baixo custo». Uma longa batalha judicial arrasta-se até que a 21 de Dezembro de 2005 uma instância do Tribunal Supremo revoga integralmente uma decisão proferida pela Câmara do Cível e Administrativo do Tribunal Supremo que decretou a anulação para a que havia recorrido o ministro dos

Transportes, solicitando a manutenção da classificação e pontuação final dos concorrentes, tal como tinha anunciado o presidente do Conselho de Administração do Porto de Luanda. Em Setembro de 2007, em cerimónia presidida pelo ministro dos Transportes e que contou com a presença do secretário de Estado para o Sector Empresarial Público, respectivamente, André Luís Brandão e Augusto Tomás, foi assinado o Contrato de Concessão para a Exploração do Terminal de Contentores do Porto de Luanda. No dia cinco de Novembro de 2007, a Sogester, na qualidade de concessionária, recebe o terminal e inicia a sua actividade de concessionária por um período de vinte anos.

080209-15 Pode dizer-se que tecnicamente está enalhado Negócio mal parado entre o Bca e o Absa

Um desacordo entre os sócios angolanos do Bca, e o seu parceiro sul-africano, Absa, poderá vir a atrasar o processo de consolidação daquele banco. Criado há mais de 10 anos, o Bca, Banco Comercial Angolano, foi adquirido, em Abril de 2005, em 50 por cento pelo banco sul-africano Absa. Por esta quota o Absa pagou 7 milhões e meio de dólares e garantiu lugares no Conselho de Administração e na direcção do banco. Quase três anos depois desta operação, os parceiros angolanos descrevem o papel do Absa no crescimento do Bca como sendo pouco satisfatório. Fonte afecta aos sócios angolanos disse ao Semanário Angolense que ao contrário do que se passou com outros bancos angolanos, que receberam injeção de capital e de «know-how» estrangeiro, o Bca ainda não sentiu nada disto da parte do Absa. «O Absa nunca foi muito claro. Parece estabelecer um “linkage” em relação àquilo que pode fazer e o seu desejo de passar a controlar o banco». Segundo o que apurou o Semanário Angolense, o Absa vem se batendo pelo controlo de 60 por cento da quota, contra os actuais 50 por cento. «Além disso o Absa não garante que os accionistas minoritários que não queiram acompanhar incrementos de capital sejam protegidos. Exige também direito de preferência. Evidentemente que não podemos aceitar. Tínhamos um banco inteiramente angolano, aceitamos abrir a sociedade, e agora querem impor-nos um princípio que nos pode tirar do negócio», comentou a fonte do SA. O Bca detém actualmente 20 agências em todo o território nacional. Recentemente conseguiu a sua maior operação ao assegurar o controlo e a gestão das contas do Instituto de Segurança Social.

Os parceiros angolanos do Absa estariam ainda a contar com mais substância depois que o banco sul-africano foi adquirido, há cerca de 2 ano e meio, pelo gigante britânico «Barcklay's» por cerca de 4 mil milhões de dólares. Do Absa os angolanos esperavam, nomeadamente, intervenção no processo de expansão da rede, investimento na preparação do «staff», estabelecimento de novas políticas e «casamento» com os procedimentos que levaram aquele banco sul-africano a estabelecer-se na África Austral. O Absa detém 55 por cento das acções do Banco Nacional do Comércio da Tanzânia, 26 por cento do Jewel Bank, do Zimbabwe, 80 por cento do Banco Austral de Moçambique - o governo de Moçambique detém os outros 20 por cento, - mais 36.6 por cento da Capricorn Holdings Limited, companhia que controla 3 bancos namibianos entre os quais o poderoso Bank of Windhoek. O Absa apenas detém direito de preferência no Banco Nacional do Comércio da Tanzânia. Ao todo este gigante sul-africano detém 770 agências, 8 milhões de clientes, 7 455 caixas automáticas e 35 mil funcionários. Os sócios angolanos acreditam que alguma coisa poderá mudar à medida que o Barclay's for incorporando no Absa o seu «modus operandi». «O Absa já mostrou que tem muita paciência. Nós também. Esperemos para ver que atitude o Barclay's vai tomar», disse a nossa fonte. Constituído por um capital inicial de 4.5 milhões de dólares, o Bca tem entre os seus accionistas Jaime Freitas, França Van-Dúnem, Marcolino Moco, Isaac dos Anjos, Dino Matross, Grupo Valentim Amões, Lopo do Nascimento, Salomão Xirimimbi, Augusto Tomás. Estes sócios detém acções que totalizam 50 por cento. A Gestão de Fundos de Pensões, Sarl, o maior fundo de pensões angolano, é o maior entre os accionistas angolanos, com 10 por cento do capital do banco. Mário Pizarro, antigo governador do Banco Nacional de Angola, é o seu actual presidente não executivo.

Sonangol apontada como fundo soberano

Em Portugal, onde está a dispersar a entrada no capital das grandes empresas, a percepção é que

Depois dos rumores que a caminho de duas semanas atribuíam à Sonangol a intenção de adquirir uma participação na portuguesa Zon Multimédia, representantes do sector empresarial luso foram, no início da semana que hoje termina, citados na comunicação social daquele país conferindo à petrolífera estatal angolana a qualidade de um fundo

soberano. Fundos soberanos são veículos empresariais para onde são direccionados os excedentes orçamentais de alguns países, nomeadamente dos mercados emergentes. Segundo números disponíveis, os fundos soberanos fizeram investimentos de 90 mil milhões de euros (um euro equivale a cerca de 108,5 kwanzas) desde o início de 2004, tendo como alvo preferencial empresas norte-americanas e britânicas. A «descoberta» dessa vocação da Sonangol surgiu com a constatação de que a empresa angolana já não limita os seus interesses em Portugal ao seu «core business», o sector petrolífero, onde, através de uma participação de 45 por cento no capital da Amorim Energia, participa no capital da petrolífera portuguesa Galp. É que a Sonangol detém também uma participação de 4,9 por cento no maior banco privado português, o Bcp, tendo recentemente manifestado um forte interesse em entrar na área das telecomunicações através da aquisição de uma participação na Zon Multimédia ou mesmo na Portugal Telecom (PT). Dedicando-se fundamentalmente à prospecção, produção e comercialização de petróleo e gás natural, estando a negociar com a russa Gazprom a entrada em novos mercados, para além do Bcp em Portugal, a Sonangol acumula participações em três bancos angolanos (Bai, Bci e Bpa), além de ter, alegadamente, iminente a sua entrada no capital do Bfa, detido pelo Bpi, e a criação do Millennium Angola, com o Bcp. Aparentemente, a Sonangol estaria, também, a impor uma participação relevante no apêndice angolano do Banco Espírito Santo (Bes). As telecomunicações seriam a mais recente aposta da Sonangol, no quadro do suposto interesse demonstrado na Portugal Telecom e na Zon Multimédia, para desenvolver projectos em Portugal, Angola e outros países. O negócio da Zon Multimédia, dona da TV Cabo portuguesa, teria como contrapartida o acelerar do plano de expansão desta última empresa nos países lusófonos de África, mais concretamente em Angola. A empresa de multimédia já está presente em mercados africanos de conteúdos e cinema com alguns dos accionistas de referência, mas o objectivo seria o reforço destas áreas de negócios. No início da semana que hoje termina notícias publicadas em Lisboa diziam que no clímax proporcionado pela investida da petrolífera angolana sobre o capital de certas empresas portuguesas, a Sonangol estaria agora a jogar uma cartada para limitar os poderes dos italianos da Eni na Galp. Segundo as notícias, Américo Amorim, que cedeu à petrolífera angolana uma participação de 45 por cento na sua empresa de energia, e a Sonangol querem limitar

os poderes dos italianos na Galp em resultado dos negócios do gás em Espanha, onde os italianos são um obstáculo aos projectos de expansão da petrolífera portuguesa. Em parte, a questão explica-se pelo facto da petrolífera portuguesa e a sua congénere espanhola estarem a entrar em choque no mercado do gás em Espanha e é cada vez mais evidente que, nesse negócio de enorme importância para o crescimento da Galp, a principal preocupação dos italianos é travar a companhia lusa. Este contrapeso à Eni é um dos motivos para a entrada da Gazprom, gigante russo que Amorim quer levar para a Galp desde que garantiu a entrada na empresa, através da Amorim Energia - «holding» que serviu igualmente de veículo para a entrada da Sonangol, que detém 45 por cento da empresa através da Esprasa, onde Isabel dos Santos, filha do presidente José Eduardo dos Santos, detém alegadamente 20 por cento. Amorim e Sonangol não têm força para travar os italianos, que dominam 33,34 por cento do capital da Galp e contam com seis entre 18 administradores. Mas tendo do seu lado a Gazprom, maior empresa de gás natural do mundo e de longe o principal fornecedor de gás da Eni, têm outro poder. Em relação a estes factos, as notícias na capital lusa falavam numa «poderosa estratégia da Sonangol em Portugal», no «braço-armado de Angola nas grandes empresas portuguesas» ou «braço no investimento do Estado angolano», várias variantes para a conclusão de que a petrolífera está a actuar, de facto, como um fundo soberano.

080109-16

0801

Bai abre em Abril em Cabo Verde

A primeira sucursal cabo-verdiana do Banco Africano de Investimentos (Bai) abre previsivelmente no mês de Abril, na cidade de Praia, segundo revelou o presidente da Comissão Executiva do banco, José Lima Massano, solicitado a pronunciar-se por este jornal. O formato inicialmente encontrado para a penetração do Bai em Cabo-Verde previa que fosse ser introduzido como um banco offshore, que não podia fazer operações com residentes, mas José Lima Massano disse a este jornal que prevaleceu a opção de fazer dessa sucursal um banco onshore com a designação Bai - Cabo Verde. Participado em 60 por cento por fundos do Bai e em 40 por fundos privados cabo-verdianos, a sucursal contará com um capital social de 12 milhões de dólares, indicou a fonte quando indagada por este jornal. O capital cabo-

verdiano é representado, nessa sociedade, por uma sociedade designada Sogei, que é repartida por um elevado número de accionistas privados. No decurso da semana que hoje termina, decorriam no arquipélago discussões para determinar quem serão os accionistas que haverão de representar a Sogei na sucursal local do Bai. Nos primeiros anos desta década, o Bai, que figura entre os 100 maiores bancos do continente (78^a posição), com um capital de 51 milhões de dólares, recebeu autorização das autoridades cabo-verdianas para se instalar naquele país. No ano passado, ao apresentar o seu relatório e contas aos jornalistas, oficiais banco revelaram projectos do banco expandir-se para países africanos como a África do Sul, assim como para algumas das principais praças financeiras internacionais. Presentemente, o Bai possui um apêndice subsidiário em Portugal, designado Bai-Europa.

xxx